



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CAMPUS REITOR JOÃO DAVID FERREIRA LIMA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

NATALIA PALHOZA

NADA DE NOVO SOB O PARREIRAL:
O TRABALHO INFANTIL DOS ÍTALO-DESCENDENTES NA
VITIVINICULTURA VIDEIRENSE

FLORIANÓPOLIS

2019

Natalia Palhoza

NADA DE NOVO SOB O PARREIRAL:
O TRABALHO INFANTIL DOS ÍTALO-DESCENDENTES NA VITIVINICULTURA
VIDEIRENSE

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Profa. Dra. Soraya Franzoni Conde

Florianópolis

2019

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Palhoza, Natalia

Nada de novo sob o parreiral : O trabalho infantil dos
ítnalo-descendentes na vitivinicultura videirense / Natalia
Palhoza ; orientador, Soraya F. Conde, 2019.

162 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós
Graduação em Educação, Florianópolis, 2019.

Inclui referências.

1. Educação. 2. Trabalho infantil. 3. Escola. 4. Ítnalo
descendentes. 5. Vitivinicultura. I. Conde, Soraya F.. II.
Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós
Graduação em Educação. III. Título.

Natalia Palhoza

Nada de novo sob o parreiral: o trabalho infantil dos ítalo-descendentes na vitivinicultura
videirense

O presente trabalho em nível de mestrado foi avaliado e aprovado por banca examinadora
composta pelos seguintes membros:

Profª. Célia Regina Vendramini, Dra. (examinadora)
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Iraldo Alberto Alves Matias, Dr. (examinador)
Instituto Federal de Santa Catarina

Prof. Irlan von Linsingen, Dr. (examinador)
Universidade Federal de Santa Catarina

Profª. Edna Garcia Maciel Fiod, Dra. (suplente)
Universidade Federal de Santa Catarina

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que foi julgado
adequado para obtenção do título de Mestre em Educação.

Profª Drª Andrea Brandão Lapa
Coordenadora do Programa

Prof. Dra. Soraya Franzoni Conde
Orientadora

Florianópolis, 2019.

Aos meus pais, cujas histórias de vida, permeadas pelo trabalho árduo ainda na infância, também são analisadas de forma genérica nesta dissertação.

AGRADECIMENTOS

Agradeço de forma especial à professora Soraya por apostar em mim como sua orientanda. Por sua enorme sensibilidade diante das incertezas comuns aos pesquisadores iniciantes. Também pela autonomia que me concedeu para tatear os caminhos dessa pesquisa, sem, evidentemente, permitir que eu me perdesse em meio a tantas possibilidades que se abriam.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), pela concessão da bolsa de pesquisa, elemento determinante para o desenvolvimento deste trabalho de forma mais qualificada.

Às professoras Dra. Célia Vendramini e Dra. Luciane Schindwein, bem como ao professor Dr. Antonio Jorge Gonçalves Soares, pelas importantes contribuições durante o Exame de Qualificação desta pesquisa.

Aos professores Dr. Irlan von Linsingen, Dr. Iraldo Alberto Alves Matias, Dra. Edna Garcia Maciel Fiod e novamente à professora Dra. Célia Regina Vendramini, por também contribuírem significativamente na banca de defesa desta dissertação.

A todos os professores da linha *Trabalho, Educação e Política*, pelas disciplinas repletas de possibilidades para a reflexão da educação, da infância e do trabalho no modo de sociabilidade vigente.

Aos colegas do Núcleo de Estudos sobre as Transformações no Mundo do Trabalho (TMT) e do Grupo de Estudos sobre Trabalho, Educação e Infância (GETEI). As discussões alcançadas nesses espaços foram fundamentais e indispensáveis para muitas das análises acerca do objeto aqui estudado.

Aos funcionários do Museu do Vinho Mário de Pellegrin, em especial à Leo e à Aline, pela recepção e pelo auxílio na coleta de dados no rico acervo que a instituição possui.

Aos participantes desta pesquisa, aos quais não posso citar o nome por questões éticas. Obrigado por me receberem em suas casas, cederem uma algumas horas de seu tempo e confiarem a mim trechos de suas memórias de infância.

Aos amigos que fiz durante essa caminhada. De forma muito especial ao Afonso, Jonas e Lyn, pessoas queridas com quem dividi as disciplinas, as dores e as alegrias em cada etapa do mestrado. À Suzana e à Márcia, pelas conversas acolhedoras e pelas infinitas caronas. Ao Vagner e à Fabi, pelas sempre divertidas trocas de experiências.

Às pessoas mais humanas que conheci no meu processo de idas e vindas de Videira à Florianópolis: Renata, Jacqueline, Helena, Morgana, Karine, Kathiuska, Yasmin, Leandro, Margareth. Obrigada por me receberem em suas casas quando muitas vezes eu era pouco mais que um rosto ligeiramente familiar. Sem o acolhimento de vocês o mestrado teria sido muito mais difícil.

À Bianca e à Juliana, pelas risadas que deixaram meu percurso muito mais leve.

Aos meus estimados professores da graduação – André, Francini, Jane – pelo incentivo constante para que eu seguisse minha trajetória na pesquisa.

Ao Vitor, meu amor, que me acompanha desde que o trabalho aqui finalizado era apenas um sonho distante. Obrigada pelas palavras de incentivo e por estar ao meu lado nessa nova vida que sucedeu o meu ingresso na pós-graduação.

À Aida e ao Zé, também à Rô, ao Lê e ao pequeno Miguel, pela prestatividade e apoio constantes.

À Angela Zatta, pela revisão tão cuidadosa em cada linha deste texto.

Por fim, mas talvez mais importante, agradeço aos meus pais Celso e Dinacir e ao meu irmão Nathan. Esta pesquisa tem muito de nós e de nossa história – afinal, se não fosse pelas dificuldades vividas na pequena propriedade rural, talvez eu nunca tivesse sentido a necessidade de buscar instrumentalização teórica para compreender (e querer transformar) essas relações opressoras. Eu os amo, da forma mais genuína possível. Obrigada.

Agradeço também a todas as pessoas que eu deixei de citar, mas que, de uma forma ou outra, contribuíram para que essa dissertação se tornasse possível – seja com apoio emocional, material ou teórico.

Afagar a terra
Conhecer os desejos da terra
Cio da terra, propícia estação
E fecundar o chão

(Milton Nascimento e Chico Buarque, 1977)

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo analisar a relação entre o trabalho, a infância e a educação dos ítalo-descendentes na vitivinicultura em Videira/SC em meados do século XX. A relevância da análise de tal objeto reside no fato de que o trabalho infantil persiste até a atualidade no estado catarinense, especialmente nas pequenas propriedades rurais e familiares – tais quais aquelas que também comportavam o trabalho infantil na vitivinicultura no século passado. Possibilita-se, desta forma, uma melhor compreensão sobre a história de um fenômeno que se configura na atualidade como um problema social. Em termos metodológicos, apresenta um estudo bibliográfico em repositórios virtuais de pesquisas científicas e em livros do acervo do Museu do Vinho Mário de Pellegrin; além de pesquisa de campo por meio de entrevistas semiestruturadas com idosos que, em suas infâncias, trabalharam na vitivinicultura; e pesquisa documental no acervo fotográfico do Museu do Vinho. Evidencia que a produção vitivinícola em Videira/SC teve sua origem imbricada ao processo de colonização das terras por ítalo-descendentes nas primeiras décadas do século XX. Desde sua introdução na localidade, a uva era produzida nas pequenas propriedades familiares a fim de ser comercializada como matéria-prima para a indústria de vinhos. Tendo em vista que as famílias precisavam vender a uva para comprar outras mercadorias que eram incapazes de produzir individualmente, necessitavam produzi-la de forma competitiva – ou seja, no menor tempo possível. Porém, diante da escassez de maquinários e da impossibilidade de contratar assalariados, tornava-se indispensável a utilização da força de trabalho de todos os membros da família – inclusive das crianças. Assim, é comum entre os entrevistados o relato de memórias referentes ao trabalho infantil na produção de uvas, especialmente na colheita – período mais dispendioso da produção – em atividades como ajuntar grãos do chão, carregar caixas, acondicionar os cachos em caixotes. Suas atividades sob o parreiral também se estendiam ao longo do ano, carpindo ou sulfatando, por exemplo. Para além da produção de uvas, porém, observou-se que aqueles indivíduos tinham um importante papel na divisão familiar do trabalho. Desde muito jovens, com cerca de cinco anos, tornavam-se responsáveis por tarefas pouco exigentes, que se complexificavam proporcionalmente ao aumento de suas idades. Suas atividades laborais ocupavam toda a semana, exceto os domingos – dia do ócio para toda família. O tempo para brincadeiras era determinado pela folga no trabalho e, portanto, restringia-se aos finais de semana. De forma similar, a escolarização: os entrevistados estudaram pouco, sendo que nenhum concluiu o ensino ginasial. Isso porque o trabalho era a prioridade para suas famílias, mais do que a frequência escolar.

Palavras-chave: Trabalho. Infância. Escola. Vitivinicultura. Ítalo-descendentes.

ABSTRACT

This thesis aims to analyze the relationship between work, childhood and education of italo-descendants in viticulture in Videira / SC in the mid-twentieth century. The relevance of the analysis of this object lies in the fact that child labor persists to the present day in the state of Santa Catarina, especially in small rural and family properties - such as those that also included child labor in winemaking in the last century. Thus, it is possible to better understand the history of a phenomenon that is currently configured as a social problem. In methodological terms, it presents a bibliographical study in virtual repositories of scientific research and in books from the collection of the Museu do Vinho Mário de Pellegrin; in addition to field research through semi-structured interviews with elderly people who, in their childhood, worked in viticulture; and documentary research in the Wine Museum photographic collection. It shows that the wine production in Videira / SC had its origin intertwined with the process of colonization of the lands by Italian descendants in the first decades of the twentieth century. Since its introduction in the locality, grapes were produced in small family properties in order to be marketed as raw material for the wine industry. Considering that the families had to sell grape to buy other goods that they were unable to produce individually, they needed to produce it competitively — that is, in the shortest possible time. However, given the scarcity of machinery and the impossibility of hiring wage earners, the use of the workforce of all family members - including children - was indispensable. Thus, it is common among respondents to report memories of child labor in the production of grapes, especially harvesting - the most exhausting period of production - in activities such as raking grains from the ground, carrying boxes, wrapping the grape clusters in crates. Their activities under the vineyard also extended throughout the year, weeding the ground or sulphating, for example. In addition to grape production, however, it was observed that these individuals had an important role in the family division of labor. From a very young age, about five years old, they were responsible for undemanding tasks, which became proportionally complex as they grew. Their work activities took up all week except Sundays - idle day for the whole family. Play time was determined by time off at work and therefore restricted to weekends. Similarly, schooling: respondents studied little, and none completed high school. That's because work was a priority for their families, rather than school attendance.

Keywords: Work. Childhood. School. Viticulture. Italo-descendants.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Grupo de caboclos comendo churrasco após se apresentarem às autoridades legais em Canoinhas durante a Guerra do Contestado, no meio-oeste catarinense.....	42
Figura 2: Colonos trabalhando na abertura da primeira estrada para a comunidade de Rio Tigre, atualmente Videira/SC.....	49
Figura 3: Residência de colonos coberta por tabuinhas no interior da Vila de Perdizes na década 30	51
Figura 4: Casa de madeira típica do período da colonização, coberta por tabuinhas. Vila de Perdizes, década de 1930.....	51
Figura 5: Linha do tempo da vitivinicultura videirense	55
Figura 6: Tanoaria da família Facchin, por volta da década de 1940, em Videira/SC....	59
Figura 7: Carroça puxada por bois na Vila de Perdizes década de 1920.....	60
Figura 8: Carregamento do trem com caixas de uva na década de 1950, em Videira/SC	64
Figura 9: Retrato de família - Anastásio e Catarina Perazzoli com os filhos em 1958, Videira/SC.....	72
Figura 10: Jordão Anselmi e família, Videira/SC, sem data especificada.....	73
Figura 11: Família Brandalero sulfatando o parreiral em sua propriedade na comunidade de Anta Gorda, atual Videira/SC – sem data especificada	81
Figura 12: Colonos sulfatando os parreirais das famílias Menegola - Balvedi no interior da Vila de Perdizes, em 1930	82
Figura 13: Outra imagem da família sulfatando os parreirais das famílias Menegola - Balvedi em 1930, em Perdizes/SC	82
Figura 14: Cestel, espécie de cesto de vime específico para o trabalho na colheita da uva	87
Figura 15: Produção de uvas nos parreirais de Manoel Roque dos Santos na Vila de Perdizes, década de 1930.....	88
Figura 16: Família de José Ferlin e Maria Vanz Ferlin na colheita da uva – década de 1930, Perdizes/SC	89
Figura 17: Família Benedetti posando com uvas colhidas em sua propriedade na comunidade de Santa Lúcia, em Videira/SC – sem data especificada.....	95

Figura 18: Família Crotti posando com as uvas colhidas na comunidade de Santa Lúcia, Videira/SC, sem data especificada.	95
Figura 19: Colheita de uva no Parreiral Balvedi – Menegolla durante a década de 1940, em Videira/SC.....	96
Figura 20: Mastela ou Sotospina – artefato de madeira utilizado para esmagamento da uva por meio de pisoteio.....	98
Figura 21: Desengaçadeira utilizada para esmagar a uva. Detalhe para o cilindro coberto de pregos em seu interior	99
Figura 22: Engarrafadeira mecânica usada em indústrias	100
Figura 23: Início da construção do Colégio Salvatoriano Imaculada Conceição, Vila de Perdizes, 1937.....	116
Figura 24: Giovanni Simonetto e os filhos com seus brinquedos na década de 1930, em Perdizes/SC	134

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
2 A “BEBIDA DOS DEUSES”: UM MARAVILHOSO FRUTO DO TRABALHO DOS HOMENS	30
2.1 COLONIZAÇÃO, PEQUENA PROPRIEDADE E TRABALHO FAMILIAR: AS RAÍZES DA VITIVINICULTURA VIDEIRENSE	34
2.2 DA ORIGEM AOS DESTINOS: AS RELAÇÕES ENTRE A PEQUENA PROPRIEDADE RURAL E A INDÚSTRIA VINÍCOLA	47
2.2.1 Origens.....	47
2.2.2 Destinos.....	54
3 PEQUENOS GRÃOS QUE ALIMENTAVAM A INDÚSTRIA: O TRABALHO INFANTIL NA VITIVINICULTURA VIDEIRENSE.....	67
3.1 “NÃO MATOU NINGUÉM, MAS DEIXOU TODO MUNDO MEIO TORTO”: O TRABALHO DAS CRIANÇAS NA PRODUÇÃO FAMILIAR DE UVAS E VINHOS EM VIDEIRA/SC.....	75
3.1.1 Colher a uva, recolher cada grão da uva.....	86
3.1.2 Forjar na uva o milagre do vinho – e se fartar de vinho.....	96
3.2 O TRABALHO DAS CRIANÇAS NA VITIVINICULTURA PARA ALÉM DOS LIMITES DE VIDEIRA/SC.....	102
4 TRABALHAR, ESTUDAR E BRINCAR: CONTRADIÇÕES QUE FORJAVAM A INFÂNCIA DOS ÍTALO-DESCENDENTES EM VIDEIRA/SC	110
4.1 “EU ESTUDEI POUCO NA MINHA VIDA”: INTERSECÇÕES ENTRE O TRABALHO E A ESCOLA A PARTIR DAS MEMÓRIAS DOS IDOSOS	117
4.2 QUANDO O TEMPO PARA BRINCAR ERA A FOLGA DO TRABALHO	127
4.3 SERIA O TRABALHO DOS ÍTALO-DESCENDENTES UMA QUESTÃO DE CULTURA? – O QUE DIZEM AS DEMAIS PESQUISAS ACADÊMICAS	136
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	145
REFERÊNCIAS	152

1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação analisa o trabalho das crianças ítalo-descendentes na vitivinicultura em Videira/SC, a partir da colonização do território até a década de 1970. Mais especificamente – tendo como pressuposto que aqueles indivíduos e famílias estavam inseridos em uma totalidade de relações capitalistas – investiga as atividades que eles desempenhavam na produção de uvas e vinhos artesanais, bem como a divisão familiar do trabalho; as brincadeiras e o tempo para brincar; a escolarização e os processos educativos que fizeram parte de suas formações.

O interesse por esse objeto surgiu quando a pesquisadora, ainda estudante do curso de Pedagogia do Instituto Federal Catarinense - IFC/Videira, realizou estágio não obrigatório no Museu do Vinho Mário de Pellegrin. Desta forma, conheceu detalhadamente o acervo que a instituição possui acerca da atividade vitivinícola e do movimento de colonização das terras – estas que, na atualidade, delimitam-se como Videira/SC. O papel importante do trabalho das crianças no processo produtivo da uva nas pequenas propriedades já era uma hipótese da então estudante. Isso porque havia duas fontes de indícios: o próprio acervo, especialmente as fotografias; e as memórias relatadas pelos visitantes idosos, sempre saudosas de uma infância em que manipulavam aqueles instrumentos expostos no museu.

Todavia, no contato com as memórias salvaguardadas pelo Museu do Vinho, mais do que um objeto distante, a pesquisadora encontrou elementos que lhe permitiram entender sua própria história enquanto também ítalo-descendente. Filha, neta e bisneta de agricultores, a pesquisadora cresceu em uma pequena propriedade em Treze Tílias, no meio-oeste catarinense. Nas conversas com seus pais sobre suas infâncias – uma curiosidade que acredita ser comum a todos os filhos – sempre apareciam relatos de trabalho árduo em tarefas variadas: carpir, tratar animais, arar a terra, cuidar das plantações de milho, uva, feijão... Além disso, o trabalho no contexto agrícola também foi experienciado na forma de brincadeira, ajuda e labuta pela própria pesquisadora antes de começar a trabalhar como estagiária em uma creche municipal, aos 14 anos¹.

De forma específica acerca da vitivinicultura em Videira/SC – segundo dados do Museu do Vinho Mário de Pellegrin (2014) – os responsáveis por iniciar os cultivos da uva

¹ No caso das vivências da pesquisadora, o trabalho na pequena propriedade ocorreu já mediado por maquinários próprios do século XXI, de forma bem menos intensa do que o que foi experienciado pelos seus pais, além de não se dar na vitivinicultura.

foram os ítalo-descendentes gaúchos que se instalaram na região a partir de 1910. Ao migrarem para a localidade, os colonos levaram consigo as mudas de parreira, os instrumentos e as técnicas, iniciando o plantio das videiras tão logo conseguiram abrir a mata e preparar o terreno. Há indícios de produção vitícola ainda no ano de 1913 e já em 1919, da instalação de indústrias de vinificação. Tais vinícolas tiveram papel fundamental no fortalecimento da economia local, sendo determinantes para a emancipação política daquelas terras – que foram aglutinadas, não coincidentemente, sob o nome de “Videira”, em 1944.

Como fica evidente contrapondo as informações do Museu do Vinho (2014) e de Santos (1984), a uva em Videira/SC passou a ser cultivada de forma similar ao que ocorria na região serrana do Rio Grande do Sul, em pequenas propriedades familiares. Em ambos os estados, a fruta adquiria caráter de valor de uso e de valor de troca para seus produtores: era valor de uso quando consumida *in natura* pela família ou vinificada em suas propriedades para o autoconsumo; era valor de troca, mercadoria, ao ser ofertada como matéria-prima para a indústria de vinhos e sucos. Mas era essa última forma assumida pela uva que representava maior relevância para os núcleos familiares. Isso porque, ao ser vendida, ela era transformada no dinheiro que subsidiava a compra de outras mercadorias indispensáveis para a sobrevivência das famílias, mas que não poderiam ser produzidas individualmente em suas pequenas propriedades.

Outra questão fundamental é que a produção de uvas e vinhos artesanais nas pequenas propriedades em Videira ocorria basicamente por meio da utilização da força de trabalho dos membros das famílias (MUSEU DO VINHO, 2014). Incluía-se aí adultos e crianças, considerando que todos tinham relevância indispensável na constituição da força produtiva familiar e desde cedo se tornavam corresponsáveis pelo próprio sustento. Isso fica evidente também nas memórias narradas à Stropassola *et al.* (2014, p. 08), em que um senhor contou que desde criança trabalhava na produção vitícola. Nas palavras dele, “[...] eu, depois que me lembro de sete, oito anos, que eu ali sempre ajudava. Sempre junto fazendo uma coisa e outra. Se não tinha o que fazer, tinha que ficar junto”². Sob o título de “ajuda” à labuta dos mais velhos, as crianças assumiam desde cedo responsabilidades de trabalho no processo produtivo da uva.

Há de se destacar, porém, que não há nada de novo sob o parreiral acerca do trabalho infantil no Brasil ao longo do século XX, especialmente se considerados os grupos de italianos

² Entrevista com Ricardo Heberman, realizada em maio de 2013 por Stropassola *et al.* (2014).

e seus descendentes. O trabalho precoce desses indivíduos não foi um fato restrito à especificidade da região de Videira, à vitivinicultura ou ao contexto rural. É possível inferir isso, por exemplo, a partir pesquisa de Moura (1999) sobre a situação das crianças na industrialização paulista. No início do século XX, boa parte da força de trabalho que alimentava a indústria nascente provinha de crianças e adolescentes de ascendência italiana. É válido ressaltar que, naquele cenário, o trabalho infantil era muito comum: em 1920, constituía 7% de toda força de trabalho empregada no setor industrial paulista – e proporção significativa destes indivíduos, segundo a pesquisadora, tinha origem europeia.

Ademais, quando se considera exclusivamente um contexto não-urbano, é possível encontrar indícios do trabalho infantil de ítalo-descendentes também nas fazendas cafeeiras paulistas analisadas por Martins (2010). Naqueles espaços, as crianças trabalhavam com os pais colhendo os frutos nas partes mais baixas das árvores. Outros registros constam ainda nas pesquisas acadêmicas de Trivilin (2009), Simoni (2003) e Stimamiglio (2005), que trazem depoimentos de velhos sobre o trabalho em suas infâncias nas antigas colônias no Sul do país. Este trabalho – mais próximo das circunstâncias analisadas por esta pesquisa em Videira/SC – ocorria no âmbito familiar, nas pequenas propriedades e em cultivos diversos. Desta forma, contemplava atividades variadas, que iam desde o cuidado com animais e o manejo das plantações agrícolas, até a execução das tarefas domésticas.

Particularmente na atividade vitivinícola, também foram encontrados relatos de memória acerca de trabalho infantil para além dos limites de Videira/SC. Estes casos são oriundos de pesquisas desenvolvidas em outras antigas colônias de imigrantes italianos. É exemplo o estudo de Prado (2013), que angaria relatos de idosos que, quando meninos, faziam esmagamento da uva com os pés em São Caetano/SP. Também a investigação de Stimamiglio (2005), que se depara com as memórias de um senhor que colhia uvas em Antônio Prado/RS quando criança. Além disso, Trivilin (2009) e Tisott (2008), em suas respectivas dissertações, apresentam memórias de velhos acerca do trabalho em vinícolas industriais na serra gaúcha ainda em suas infâncias.

Em suma, é nítido que o trabalho das crianças italianas e ítalo-descendentes fez parte dos diversos contextos nos quais a imigração esteve vinculada no Brasil – como força de trabalho para a indústria; nas pequenas propriedades frutos da colonização; na associação com os latifúndios cafeeiros do Sudeste. Propriamente, o fenômeno da imigração europeia para o país teve relação intrínseca, dentre vários fatores, com as transformações no mundo do trabalho ocasionadas pelo fim da escravatura e pela ascensão do trabalho livre (PRADO JUNIOR, 1995).

Os indivíduos de origem europeia, nascidos em relações onde o trabalho já assumia tal característica, eram vistos como trabalhadores ideais para a indústria nascente e para a substituição da força de trabalho escravizada na cafeicultura, tanto como portadores do progresso para as áreas até então ocupadas apenas por nativos e caboclos, tal qual na região meio-oeste catarinense. Os nativos e caboclos eram desprezados como trabalhadores porque sua compreensão de trabalho não ia ao encontro das necessidades do capital. Ou seja, não tinham como premissa a propriedade privada e não estabeleciam relações de assalariamento. Assim, os italianos já migravam para o país com a finalidade de trabalhar. Inseridas nesse conjunto de relações junto aos seus pais, as crianças também assumiam condição de trabalhadoras, tendo corresponsabilidade no sustento familiar.

Indo mais a fundo na questão do trabalho infantil – a partir dos clássicos estudos de Marx (2017) – destaca-se que a labuta das crianças sob as exploratórias relações capitalistas prescinde a própria formação do território brasileiro. É, portanto, muito anterior à imigração italiana e à colonização do Sul do Brasil. Remete-se à Revolução Industrial, que, com a introdução da maquinaria, permitiu que mulheres e crianças passassem a integrar a produção fabril. E, mesmo que a luta sistemática do proletariado tenha resultado em legislações educacionais que pautavam a retirada das crianças da exploração nas fábricas, isso não significou a exclusão destas do mundo do trabalho. É uma realidade que se conserva ao longo dos séculos até a atualidade para determinada fração da classe trabalhadora, ainda que sob novas formas.

O que se observa, a partir das pesquisas desenvolvidas por Conde (2012) e Aued e Vendramini (2009), é uma complexificação das relações de trabalho infantil: passa a ser realizado em ambientes pulverizados, privados e familiares, sem contratos formais e/ou escamoteados sob a máscara da “ajuda”³. Embora muitas vezes despojados das formas assalariadas tipicamente capitalistas devido à sua ilegalidade, o trabalho desempenhado pelas crianças apresenta-se imbricado à indústria – seja na produção de matéria-prima na pequena

³ Conde (2012), em sua pesquisa sobre a exploração do trabalho infantil na fumiicultura catarinense, constata que o trabalho infantil é assunto proibido: em suas falas, aparece sempre negado ou dissimulado em virtude do caráter ilegal que carrega. Nas propriedades rurais do tipo familiar, diz-se que as crianças não trabalham, apenas auxiliam seus pais nas tarefas mais leves do processo produtivo (CONDE, 2012; VERAS, 2005). Todavia, de acordo com Conde (2012), este representa apenas o âmbito aparente do fenômeno: em essência as crianças são inseridas em tarefas que muitas vezes podem causar danos à sua saúde, como objetos cortantes, excesso de peso, agrotóxicos; além de prejudicar a escolarização e comprometer o tempo do brincar. Disfarçado sob outros rótulos e em espaços privados, o trabalho das crianças é de difícil detecção, acaba não sendo incluso em fiscalizações e é pouco denunciado. Assume, na contemporaneidade, a forma típica do que Conde (2007) chama de “Trabalho Invisível”.

propriedade ou pelo deslocamento de parte do processo produtivo da fábrica para o espaço familiar (CONDE, 2012; AUED; VENDRAMINI, 2009).

Neste sentido, é mister ressaltar que o trabalho infantil persiste significativamente nas pequenas propriedades catarinenses⁴. Segundo o “Boletim Temático: Trabalho Infantil em Santa Catarina” (SANTA CATARINA, 2016), há 143 mil crianças e adolescentes com idades entre 0 e 17 anos trabalhando no estado. Destes, 86 mil configuram-se como casos de trabalho infantil – os demais são contratados legalmente como Jovens Aprendizes. Em termos gerais, Santa Catarina é o segundo estado do país com maior taxa proporcional de crianças e adolescentes trabalhando. Apesar da maioria desses indivíduos trabalharem em atividades urbanas, entre os mais jovens (de 5 a 9 anos), há o predomínio de atividades desempenhadas no setor agrícola – alcançando 66,7% do total.

Ademais, de acordo com o mesmo documento, torna-se evidente que Santa Catarina compreende o município brasileiro com maior índice de trabalho infantil de indivíduos de 10 a 14 anos: Novo Horizonte, com 72,91% de taxa de ocupação considerando o total da população local nesta faixa etária. Constam ainda na lista os municípios de Xavantina e de Saltinho, com 61,81% e 56,87% – o que equivale à quinta e à nona posição nacional, respectivamente. Em todos estes municípios, localizados na porção oeste do estado, tem como característica fundiária a pequena propriedade rural e a economia predominantemente agrícola (agricultura, suinocultura, produção de leite, milho, feijão, soja, dentre outros). São, portanto, municípios originados de processos de colonização de imigrantes europeus e seus descendentes.

Dado este panorama, torna-se evidente que o trabalho infantil se apresenta como uma problemática bastante atual. Isso, de modo especial, quando se considera o espaço rural catarinense e suas pequenas propriedades, tendo em vista a expressividade dos casos registrados. Sabendo que esse fenômeno não é nenhuma novidade histórica naquelas terras, cabe explicitar quais são os determinantes que, historicamente, vem colocando as crianças na

⁴ Os números do trabalho infantil considerando todo o Brasil também são bastante expressivos. De acordo com informações publicadas pelo Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI; 2016) baseado na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Anual (PNAD) de 2014, haviam 3.331.378 crianças e adolescentes de 5 a 17 anos trabalhando no Brasil. Em termos estatísticos, esse número representa 8,1% do total da população nesta faixa etária. Neste conjunto, a maioria das crianças trabalha no setor de *Agricultura, pecuária, silvicultura, pesca e aquicultura*: 30,8%, ou 1.024.403 indivíduos. Além disso, “das crianças e adolescentes ocupados no Brasil em 2014, 65,5% (2.182.727) eram do sexo masculino e 34,5% (1.148.651) do sexo feminino” (FNPETI, 2016, p. 22). Outra questão interessante a ser pontuada é que os índices de trabalho aumentam proporcionalmente à idade da criança e do adolescente, de forma que é no grupo que compreende indivíduos com idades entre 15 e 17 anos que se encontra a maior “fatia” de indivíduos trabalhadores. Estes dispõem sua força de trabalho predominantemente em atividades urbanas, sendo que o oposto pode ser verificado entre os mais jovens.

posição de trabalhadoras. É nesse sentido que a vitivinicultura videirense atua como síntese: a produção ocorria nas pequenas propriedades frutos da colonização de ítalo-descendentes; o ambiente familiar e privado era o contexto no qual as crianças desempenhavam suas funções. É também nesse mesmo conjunto de relações que o trabalho infantil ainda persiste até a atualidade, mesmo que na produção de outros cultivos ou animais.

Torna-se pertinente, então, levantar as seguintes questões como norteadoras da presente pesquisa: **como e por que ocorria a inserção da força de trabalho infantil no processo produtivo da uva e do vinho na pequena propriedade rural familiar no século XX em Videira/SC? O trabalho concorria com a escola e com o brincar daquelas crianças? Quais são as múltiplas determinações que colocavam aquelas crianças na condição de trabalhadoras?**

A relevância desta pesquisa se dá porque, segundo Figueira (1989), é fundamental estudar os fatos históricos para que não se tome determinadas relações sociais como únicas, naturais ou verdadeiras. Para a autora, as transformações que ocorrem no mundo do trabalho são decorrentes das próprias necessidades que surgem em certo momento histórico. Explicitar tais relações possibilita a reflexão e a problematização de discursos que se restringem à aparência do fenômeno, ou seja, a uma percepção romântica sobre o passado. Isso implica em uma apreensão crítica não apenas do próprio passado, mas também do presente. No tocante desta pesquisa, significa desmistificar e desnaturalizar as considerações acerca dos italianos e de seus descendentes que os tomam como um povo laborioso, que ama o trabalho por determinações de sua própria cultura inata – uma cultura dada a priori e descontextualizada das questões de classe. Essas afirmações, desvinculadas das bases materiais, também contribuem para a persistência do trabalho infantil nas pequenas propriedades, legitimando-o como positivo.

De modo específico, ao problematizar o trabalho de crianças na uva e no vinho – e, conseqüentemente, de ítalo-brasileiros – esta pesquisa carrega a possibilidade de refletir relações que constituem a gênese do espaço que, hoje, chamamos de Videira. O nome do município carrega em si a importância que a vitivinicultura teve em sua história. Conhecer e refletir sobre a memória de idosos que também fizeram essa história com seu próprio trabalho na infância oportuniza que se atribua um novo significado a estas relações. Um significado que considere o protagonismo das crianças na produção familiar de uvas e vinhos para a localidade.

Neste sentido, a pesquisa aqui descrita teve como objetivo compreender e analisar a relação entre o trabalho, a infância e a educação dos ítalo-descendentes na vitivinicultura em

Videira/SC em meados do século XX. De forma específica, suas finalidades podem ser enunciadas como: apreender de que forma o trabalho infantil era realizado no processo produtivo da uva e do vinho; conhecer as múltiplas determinações que colocavam crianças na situação de trabalhadoras na vitivinicultura em Videira/SC; compreender, a partir da memória dos mais velhos, a relação entre o trabalho, a escola e as brincadeiras; analisar a relação entre o trabalho infantil e a cultura dos ítalo-descendentes presente na literatura acadêmica.

De tais objetivos, decorreram as seguintes hipóteses:

- Há indícios de que, no processo produtivo da uva e do vinho colonial em meados do século XX em Videira/SC, o trabalho das crianças fazia parte de todas as etapas do processo produtivo na pequena propriedade. Isso ocorria porque as famílias precisavam da força de trabalho de todos os membros para produzir uma maior quantidade de mercadorias em um menor tempo e, desta forma, conseguir minimamente competir no mercado com outros produtores que contavam com maquinaria e/ou força de trabalho assalariada.
- Havia uma subsunção da própria infância ao trabalho: o brincar e o estudar eram renegados a segundo plano e a obrigação no trabalho era a prioridade. O tempo de brincar se fazia escasso e era determinado a partir do cumprimento das tarefas do trabalho. Existem indicativos de que a escolarização era aceita, desde que não afetasse o trabalho da criança no contexto de sua família. Assim, o trabalho e a infância estavam imbricados de forma que não é possível pensar ambos fora desta relação.
- Nas pesquisas acadêmicas, o trabalho das crianças é apontado pelos autores como parte da própria cultura dos ítalo-brasileiros. Na medida em que não vinculam a cultura como produto do trabalho humano, essas explicações se restringem a um olhar idealista sobre o trabalho infantil, portanto, presas à aparência do fenômeno.

A partir disso, para apreender o movimento do real, desenvolveu-se uma pesquisa empírica com a exploração de diversas fontes de dados. A primeira etapa, consistiu na exploração bibliográfica de pesquisas acadêmicas, a fim de mapear o que já havia sido produzido sobre o trabalho infantil de ítalo-descendentes na vitivinicultura, durante o século passado. A relevância desse primeiro momento da investigação, segundo Triviños (1987), reside na elucidação dos limites e possibilidades da produção acadêmica na área, esclarecendo quais são os aspectos que já foram amplamente contemplados e, outros, que ainda precisam ser pesquisados.

Neste sentido, foram escolhidos quatro repositórios virtuais para a seleção dos trabalhos acadêmicos. São eles: o Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de

Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), a Scientific Electronic Library Online (SciELO), o Google Acadêmico e os Anais das Reuniões Nacionais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd). A partir da delimitação dos repositórios, a estratégia metodológica utilizada para selecionar os trabalhos pertinentes consistiu no cruzamento de palavras-chave. Foram utilizadas aquelas atribuídas à presente pesquisa – trabalho, colonização, vitivinicultura, infância, escola – além de outras correlacionadas que foram identificadas nos próprios trabalhos, na medida em que estes eram encontrados⁵. Na SciELO foram testados também termos em inglês⁶. Já nos anais das reuniões da ANPEd, que não aceitam buscas por verbetes, os artigos foram selecionados por meio da leitura de títulos, resumos e palavras-chave, individualmente.

Foi possível identificar, de imediato, a ausência de pesquisas que se dedicassem de forma específica ao mesmo objeto aqui delimitado – o trabalho infantil de descendentes de imigrantes italianos na vitivinicultura videirense. Todavia, foi constatada a existência de diversas pesquisas acerca dos ítalo-brasileiros nas antigas colônias em vários estados do país. Seus focos recaem predominantemente sobre a cultura, o dialeto falado, a configuração das escolas a partir do Estado Novo, os papéis de gênero na organização familiar. Embora poucos estudos se lancem à análise das memórias de infância, relatos de brincadeira, escolarização e trabalho apareciam frequentemente de modo transversal, trazidos pelos próprios entrevistados daquelas pesquisas em seus depoimentos. Mesmo sem conter análises aprofundadas sobre o trabalho das crianças – que não necessariamente ocorria na vitivinicultura – estas pesquisas foram consideradas e apresentaram papel fundamental na apreensão do objeto estudado.

Desta forma, foram escolhidos 12 trabalhos, sendo sete dissertações (OSTETTO, 1997; STIMAMIGLIO, 2005; FABRO, 2010; RODRIGUES, 2008; TRIVILIN, 2009; SIMONI, 2003; TISOTT, 2008), uma tese (RADIN, 2006), três artigos publicados em revistas (SCARPIN, 2016; COLBARI, 1997; PRADO, 2013) e um em anais de evento (STROPASSOLA et. al., 2012).

Findado o primeiro momento de análise bibliográfica, foi desenvolvida a pesquisa de campo. O instrumento utilizado para a coleta dos dados foi a entrevista semiestruturada, tendo

⁵ Assim, cruzaram-se as seguintes palavras-chave: *trabalho infantil, trabalho infantil rural, trabalho precoce, formação pelo trabalho, vitivinicultura, uva e vinho, uva, vinho, agricultura, agricultura familiar, imigração, imigrantes italianos, italianos, ítalo-brasileiros, colonização, colonização italiana, Sul do Brasil, Santa Catarina, Oeste Catarinense, Vale do Rio do Peixe, organização familiar, família.*

⁶ São eles: *italian immigrants, work, Brazil, family.* Somente o termo “Italian immigrants” teve resultado: foram 57 trabalhos, sendo selecionados 06 em um primeiro momento e apenas 01 ao final, para leitura na íntegra.

em vista que esta possibilita a reconstrução de processos de ação, experiências e acontecimentos referentes ao passado dos participantes – como apontam Quivy e Campenhoudt (2005). Neste sentido, as perguntas atuaram como facilitadoras para que a pesquisadora se aproximasse das memórias acerca do trabalho na vitivinicultura, da escola, das brincadeiras e dos demais elementos próprios da infância dos entrevistados – bem como, para além disso, das interpretações que eles fazem sobre os fatos vividos.

Para as entrevistas, foram selecionados seis idosos que, em suas infâncias, residiram em pequenas propriedades rurais de Videira/SC e que trabalharam junto com suas famílias na produção de uvas e vinhos artesanais. Além destes critérios fundamentais, somaram-se outros que possibilitaram a escolha dos participantes diante do vasto número de informantes em potencial encontrado no *locus* da investigação. São eles: 1) o primeiro integrante da família precisa ter chegado nas terras de Perdizes ou de Vitória ainda na década de 1920; 2) que ainda existam integrantes da família produzindo uvas na atualidade; 3) que tenha mais do que cinco familiares (irmãos, tios, primos) listados entre os pioneiros da uva e do vinho, tendo como referência a pesquisa de Hoeller, Zago e Sinzker (2018).

A partir desses critérios, foi possível identificar as famílias que tiveram maior expressividade na produção vitivinícola em Videira logo após a colonização das terras – as chamadas famílias “pioneiras”. No Museu do Vinho Mário de Pellegrin foram coletadas informações centrais para a localização de indivíduos que fazem parte dessas famílias. Definiram-se, inicialmente, três informantes: uma senhora viúva, e dois senhores, ambos, casados. Após a primeira visita de contato, constatou-se, porém, que as esposas dos dois indivíduos selecionados também tinham trabalhado na vitivinicultura quando crianças e estavam dispostas (e bastante estimuladas) para relatarem suas memórias. Optou-se, assim, por incluí-las na pesquisa, mesmo sendo necessário abrir mão de alguns dos critérios iniciais⁷. O sexto participante, por sua vez, trata-se de um familiar da pesquisadora que foi entrevistado inicialmente com o intuito de fornecer uma primeira experiência da entrevista a ser realizada. Todavia, como as informações fornecidas trouxeram contribuições relevantes para a compreensão do objeto, decidiu-se por analisá-la junto com as demais.

Para além da flexibilização nos critérios de seleção dos entrevistados, é interessante ressaltar que a pesquisa sofreu alterações metodológicas no seu percurso. A proposta inicial era localizar um membro de cada família e, a partir dele, coletar informações que levassem a outros

⁷ Apenas no que se refere ao pioneirismo de suas famílias na vitivinicultura. Tendo em vista que ambas as esposas são ítalo-descendentes, residiram em pequenas propriedades e trabalharam na vitivinicultura em suas infâncias.

familiares cujas memórias pudessem contribuir para a apreensão do objeto. Utilizar-se-ia, então, de uma técnica chamada de “bola de neve”, em que, partindo de um informante inicial, mapear-se-iam vários outros, cessando apenas quando as memórias se tornassem repetidas. Todavia – diante da limitação de tempo imposta para a conclusão da pesquisa, somada ao acréscimo das contribuições das esposas e do familiar da pesquisadora – optou-se por fazer a entrevista apenas com um dos membros de cada uma das famílias selecionadas inicialmente. Ainda assim, mesmo que os participantes não se conhecessem quando crianças, a similaridade entre seus relatos ganha destaque – é quase como se todos fizessem parte de uma mesma família, dadas as aproximações nas memórias relatadas.

Por fim, os seis entrevistados – cujos nomes são omitidos por questões éticas – foram:

- O senhor A.A., de 71 anos, casado – familiar da entrevistada. Residiu durante quase toda sua vida na pequena propriedade familiar que herdou de seus pais. Somente na velhice, aos 68 anos, diante da necessidade de ficar próximo a algum filho, migrou para uma cidade vizinha. Sua experiência com a vitivinicultura começou na infância e se estendeu por sua vida adulta: ele ainda frequenta as terras de sua propriedade a fim de cuidar da parreira e colher os cachos maduros – apesar de não vinificá-las há cerca de dez anos.
- A senhora A.G., de 102 anos, viúva. Ela reside em uma comunidade rural do município de Videira junto com uma filha e genro. Apesar de ter morado em vários estados ao longo da sua vida, sempre residiu na zona rural e trabalhou na agricultura. Apenas na infância e adolescência, junto ao seu pai e tio, trabalhou na vitivinicultura.
- O senhor A.Z., de 69 anos, casado. Reside atualmente em um bairro urbano do município de Videira. Saiu da pequena propriedade ainda adolescente para trabalhar na cidade. Seu envolvimento com a produção vitivinícola na infância se deu junto aos familiares, na produção de uvas como matéria-prima para a indústria local. Depois de adulto e agora, na velhice, realiza trabalhos temporários durante os períodos de poda e de colheita das uvas nas produções de seus irmãos, primos. Além disso, revende informalmente os vinhos coloniais fabricados por um parente seu.
- A senhora G.Z., 67 anos, esposa do senhor A.Z. Reside em uma área urbana em Videira/SC. Em sua infância e adolescência, trabalhava na produção de uvas e vinhos junto com seus pais e irmãos. Depois de adulta, casou-se e migrou para a cidade, onde, conseqüentemente, mudou de profissão. Todavia, ainda trabalha temporariamente na safra da uva nas propriedades de seu irmão e dos familiares do seu esposo. Ainda, compra uvas e fabrica suco artesanal em sua casa para comercialização.

- M.P., 58 anos, casado. Reside na zona rural do Município de Videira, no mesmo terreno em que cresceu e herdou de seu pai. A vitivinicultura acompanha toda sua trajetória de vida: ainda criança, trabalhava junto com os familiares; depois de adulto, seguiu cuidando das parreiras. Tanto que, atualmente, a produção de uvas como matéria-prima para a indústria de vinhos local se constitui como a principal fonte de renda da família. Além de produzir uvas para a indústria, M.P. também sempre fabricou vinho artesanal para o próprio consumo.
- D.P., 60 anos, casada com M.P. Reside com seu esposo em uma área rural de Videira/SC. Durante a infância, trabalhou com seus pais e irmãos na produção de uvas, mas apenas por um curto período: quando o pai comprou um novo terreno próximo à cidade, para que os filhos pudessem estudar. Todavia, diante do baixo rendimento da plantação de uvas, seu pai vendeu o terreno e desistiu da vitivinicultura. Depois de adulta, casou-se com M.P. e, desde então, trabalha com a produção de uvas como matéria-prima e de vinhos artesanais.

Todas as entrevistas foram realizadas na casa dos participantes e agendadas de acordo com o horário estabelecido por eles. As entrevistas aqui analisadas não são resultado do primeiro contato entre participante e pesquisadora: houve ao menos uma conversa anterior, de forma que a entrevistadora conseguiu informações prévias sobre os sujeitos entrevistados, além de criar um vínculo de confiança entre ambos. É interessante sinalizar a relevância desse procedimento, já que alguns participantes responderam de forma diferente a algumas questões na segunda visita, quando tinham mais intimidade com a entrevistadora⁸. A realização de uma conversa prévia não foi possível apenas no caso da senhora mais idosa, A.G., que no auge de sua mais que centenária vida apresenta algumas limitações físicas – como deficiência auditiva, além de sofrer de dores de cabeça quando fala por longos períodos e de se emocionar de modo muito intenso e constante com suas memórias. A fim de evitar submetê-la a essas decorrências, decidiu-se por não entrevistá-la novamente.

Ao longo das conversas, os participantes estabeleceram uma relação de confiança com a pesquisadora: alguns chegaram a contar segredos de família, outros falaram sobre posições polêmicas acerca do cenário político local, por exemplo. Não houve nenhuma pergunta não respondida: até mesmo o trabalho infantil se apresentou como um assunto aberto⁹, sendo relatado pelos pesquisados, por vezes, em tons queixosos, em outras como representação de

⁸ Por exemplo, no primeiro contato, um participante (M.P.) comentou que “no seu tempo”, já tinha calçados para ir à escola; na segunda entrevista, relatou uma situação oposta, afirmando que andava de pés descalços.

⁹ Contexto distinto daquele encontrado por Conde (2012), que – ao pesquisar a exploração do trabalho infantil na fumicultura catarinense, com um recorte contemporâneo – encontrou um contexto em que a labuta infantil é assunto proibido, além de ser escamoteada com a utilização de outros termos, como “ajuda”.

uma forma de aprendizagem. Ademais, todos os entrevistados consentiram a gravação de áudio da entrevista¹⁰, não demonstrando nenhum tipo de constrangimento em virtude disso. Desta forma, as entrevistas aconteceram em tom de conversa, com assuntos engraçados e “causos” que nem sempre tinham relação com o objeto de estudo. Possivelmente, isso se deve ao fato de que a entrevistadora pertence também àquele grupo social – ítalo-descendente, crescida na zona rural daquela região – e apresenta o mesmo modo de falar, bem como assuntos em comum.

O ambiente amigável estabelecido durante as entrevistas se mostrou, porém, como um desafio para que a pesquisadora mantivesse o foco da conversa em elementos relevantes para a apreensão do objeto estudado. Um exemplo foi a entrevista dos participantes A.Z. e G.Z.¹¹, que ocorreu em dois momentos: no primeiro, em uma noite de dezembro de 2018, não foi possível contemplar todos os aspectos de interesse porque A.Z. passou a rememorar uma série de vivências relacionadas à vitivinicultura, porém pouco significativas para esta pesquisa. Foi necessário retornar na semana seguinte, a fim de estabelecer uma nova conversa voltada às experiências de infância na produção de uvas – esta sim mais exitosa. De forma geral, porém, as entrevistas consistiram em uma etapa muito fértil desta pesquisa, trazendo elementos fundamentais para a compreensão do contexto vivido pelas crianças ítalo-descendentes em Videira, até meados do século XX.

As informações coletadas por meio das entrevistas foram complementadas através de pesquisa documental no acervo fotográfico do Museu do Vinho Mário de Pellegrin. Foi possível encontrar uma série de imagens que representam o mundo do trabalho, a produção vitivinícola, a organização social e religiosa e as famílias numerosas que compunham aquela realidade. De acordo com Ciavatta (2002; 2012), como um instrumento de pesquisa no campo do trabalho e educação, a fotografia possibilita a apreensão de um mundo social que não pode mais ser experimentado diretamente pelo pesquisador, apenas contatado por meio da memória. Viabiliza a ampliação da visão sobre o mundo do trabalho e de suas configurações ao longo dos séculos, considerando a história de todos os homens – não só dos “grandes homens”. Todavia, ainda segundo a referida autora, as fotografias são uma representação da realidade, da memória e da expressão da cultura de um povo. Portanto, não são a realidade em si, mas uma aparência dela – e, como toda aparência de um fenômeno, ao mesmo tempo em que esconde também revela a sua própria essência. Em suma, da mesma forma que os relatos orais de memória, as fotografias

¹⁰ As conversas exploratórias que consistiram no primeiro contato entre pesquisadora e pesquisados foram registradas apenas em diário de campo. Apenas a entrevista final teve registro em áudio, para posterior transcrição. A exceção, evidentemente, da entrevista de A.G., que foi gravada logo no primeiro contato.

¹¹ No caso dos casais, as entrevistas ocorreram simultaneamente com ambos os cônjuges.

constituem-se elemento de mediação para entender o real, mas que precisa ser analisado dentro do contexto fornecido por meio de outros dados.

Neste sentido, a fim de se apropriar do contexto de vida e de trabalho dos vitivinicultores – além do resultado das entrevistas e das fotografias – desenvolveu-se também pesquisa bibliográfica no Museu do Vinho Mário de Pellegrin, em duas oportunidades. Na primeira, foram analisados os resultados do resgate histórico “Pioneiros da Uva e do Vinho”, desenvolvido ao longo de dez anos pela Associação de Amigos do Museu do Vinho (AAMUVI)¹². Em seguida, foram estudados os livros da biblioteca que compõem o acervo do Museu do Vinho. Consideraram-se somente aqueles que relatam memórias sobre as comunidades rurais e, o próprio município, ou acerca de municípios vizinhos que, antes de serem emancipados, constituíam-se como Videira – como é o caso de Scapin (1997), Lopes (1989), Schüller ([2000?]) e Testolin (2011); relatos de memórias de família, tais quais Santos (2012) e Baldissera et al. (2016); e registros das próprias memórias, como é o caso de Karan (2000) e Pinto (2018). Estes livros, geralmente escritos por familiares ou moradores das comunidades, trazem narrativas informais, pois são destinados à própria família, ou, a residentes das localidades a fim de preservar aquelas memórias. Estas, no entanto, mostraram-se pertinentes para a apreensão do objeto de estudo desta pesquisa.

Ademais, a própria exposição de longa duração do Museu do Vinho Mário de Pellegrin serviu como fonte para a pesquisa aqui descrita. Segundo Vieira (2017), por sua própria função social, os museus atuais se constituem como “lugares de memória”, responsáveis por preservar, difundir e salvaguardar o patrimônio cultural de uma determinada época e de um grupo social. Assim sendo, o acervo do Museu do Vinho Mário de Pellegrin se dedica às memórias da vitivinicultura videirense desde o início da produção, com a chegada dos colonos, até a década de 1970. Em sua exposição de longa duração – além do texto que contextualiza cronologicamente os acontecimentos – apresenta um amplo acervo de peças que os representam materialmente. Por meio desses, é possível perceber o revolucionamento das forças produtivas empregadas na produção de uva, desde as ferramentas mais rudimentares em madeira até maquinários mais modernos.

¹² A pesquisa encontra-se compilada em uma série de cadernos (cada um correspondente a uma edição), que compõem o acervo do Museu do Vinho Mário de Pellegrin. Posteriormente, estes mesmos textos foram publicados na forma dos livros: “A arte de Tanoar” (HOELLER, 2017) e “Pioneiros da Uva e do Vinho” (HOELLER, ZAGO E SINZKER, 2018).

Em síntese, esta pesquisa teve como objeto de estudo o trabalho infantil na produção vitivinícola em Videira/SC calcado no terreno da memória. Por meio de vários tipos de registros: foram considerados os relatos orais, os escritos em livros, as fotografias, o acervo e a exposição do museu. A memória pode ser entendida, a partir das teorias histórico-culturais, como uma função psicológica superior: uma das muitas características propriamente humanas construídas de forma dialética mediante a atividade de trabalho. Como fica evidente em Vygotski (1991), a memória é condição fundamental para a criação, a conservação e a reprodução dos signos. Para o pesquisador soviético – de acordo com Almeida e Antunes (2005) – a memória como função psicológica superior representa a superação por incorporação de sua forma elementar e, portanto, essencialmente biológica e involuntária. Como função superior, torna-se consciente e intencional. Nesse sentido, assume importante papel para a ação teleológica do homem, bem como para o processo de humanização dos indivíduos.

De forma individual, a memória representa para os homens a possibilidade de acionar lembranças de fatos vivenciados e de experiências acumuladas ao longo de suas vidas. Situações que ocorreram em suas histórias, mas que ficaram restritas ao passado – algo emblemático especialmente quando se tratam de idosos, cujo acúmulo de vivências é muito maior, assim como a distância temporal de muitos dos fatos rememorados.

No plano individual, segundo Pollak (1992), a memória dos indivíduos opera por “marcos”, isto é, por meio de situações muito significativas que apresentam sentido importante para os indivíduos. Estes fatos são lembrados com muitos detalhes e sempre retornam à consciência do indivíduo quando ele rememora seu passado. São exemplos de marcos o primeiro sapato, o casamento, o nascimento de um irmão. Além disso, as memórias são compostas também por personagens e por locais, referentes às pessoas que vivenciaram as situações com o indivíduo e aos lugares onde elas ocorreram. Entretanto, de acordo com Bosi (1994) e com Pollak (1992), as memórias individuais apresentam um caráter determinantemente social. Elas são construídas também nas conversas e trocas com outros seres humanos. Desta forma, é possível que o indivíduo assuma lembranças de fatos que não viveu diretamente, mas que lhe foram narrados por terceiros; ou que transforme suas memórias em algo distinto daquelas que tinha *a priori*, após conversar com outras pessoas que apresentavam percepções diferentes sobre o mesmo fato.

Por essas razões, segundo Bosi (2003), a narração da memória de um idoso não ocorre como uma sucessão de fatos vivenciados, em ordem cronológica e nem sempre é um registro exato do ocorrido. O que se dá é a narração de fatos verídicos para os indivíduos no momento

em que os estão contando, ou seja, uma interpretação sobre o que foi efetivamente vivido. Na mesma esteira, há de se considerar que “a memória é seletiva. Nem tudo fica gravado. Nem tudo fica registrado” (POLLAK, 1992, p. 203). Isso, em um primeiro momento, pela própria condição humana que impede o indivíduo de lembrar-se de todos os detalhes dos fatos que ocorrem sucessivamente a cada segundo da vida. Do contrário, tal qual *Funes, o memorioso* (BORGES, 1979), a consciência humana estaria tão atenta aos detalhes triviais e imediatos do cotidiano que seria incapaz de operar por meio de generalizações, abstrações – elementos fundamentais para o pensamento articulado e lógico¹³. Para além disso, os esquecimentos também apresentam um caráter social, na medida em que há determinados fatos que não devem ser lembrados por serem considerados vergonhosos, menos dignos ou por contrariarem as narrativas dominantes (POLLAK, 1989). Há, aí o que Pollak (1989) chama de “não-ditos”, silêncios, referentes às memórias indizíveis, vergonhosas e criminalizadas.

Apesar destes determinantes, a memória narrada se constitui sim como uma importante fonte para a pesquisa científica. Apresenta a possibilidade sem igual de aproximar o pesquisador de um tempo que já se foi e que pode ser contatado apenas a partir da memória de quem o vivenciou (BOSI, 2012; 2003). Pollak (1992), por sua vez, reforça a pertinência e a importância das fontes orais, afirmando que elas apresentam limites e possibilidades tais quais qualquer outra fonte, necessitando de contextualização e de análise minuciosa. Para este pesquisador, tona-se primordial reconhecer que a história é plural, assim como “as realidades”, admitindo diversas narrativas. O que não se pode perder de vista, porém, é que, para além da interpretação que o sujeito dá para os fatos, estes existem e não podem ser relativizados. A memória individual não se fecha em si mesma, está inserida em uma totalidade de relações materiais. Por isso, mesmo que se trate das vivências de um indivíduo, ou de determinado grupo, a memória não está descolada da realidade. E esta, como pontua Oliveira (2017), não pode ser entendida

¹³ Funes, o memorioso é um conto de Jorge Luis Borges, publicado originalmente no livro *Ficciones*, em 1944. Relata a história de um rapaz que, após sofrer um acidente, passou a ter uma memória prodigiosa: não esquecia de absolutamente nada o que via, pensava, sentia em cada segundo de sua existência. “Sabia as formas das nuvens austrais do amanhecer de trinta de abril de 1882 e podia compará-los na lembrança às dobras de um livro em pasta espanhola que só havia olhado uma vez e às linhas da espuma que um remo levantou no Rio Negro na véspera da ação de Quebrado. Essas lembranças não eram simples; cada imagem visual estava ligada a sensações musculares, térmicas, etc. Podia reconstruir todos os sonhos, todos os entresonhos. Duas ou três vezes havia reconstruído um dia inteiro, não havia jamais duvidado, mas cada reconstrução havia requerido um dia inteiro. Disse-me: *Mais lembranças tenho eu do que todos os homens tiveram desde que o mundo é mundo*. E também: *Meus sonhos são como a vossa vigília*. E também, até a aurora: *Minha memória, senhor, é como depósito de lixo*. Uma circunferência em um quadro-negro, um triângulo retângulo; um losango, são formas que podemos intuir plenamente; o mesmo se passava a Irene com as tempestuosas crinas de um potro, com uma ponta de gado em um coxilha, com o fogo mutante e com a cinza inumerável, com as muitas faces de um morto em um grande velório. Não sei quantas estrelas via no céu” (BORGES, 1979, p. 480).

como um somatório de testemunhos discursivos sobre o passado. É necessário, então, contrapor as narrativas individuais com outros elementos que permitam a compreensão do movimento do real, com suas múltiplas determinações.

Com estes pressupostos, a memória narrada pelos entrevistados desta pesquisa ganha destaque, criando nexos e apontando relações entre dados coletados a partir de outras fontes. Partiu-se da premissa que os relatos de memória fazem parte de um contexto histórico e social, com determinações claras a partir da posição assumida no trabalho.

A partir do exposto, esta pesquisa se estrutura em três capítulos. O primeiro, faz um resgate da introdução do cultivo de uvas e da produção de vinhos (com finalidade comercial e de autoconsumo) em Videira/SC. Para isso, retorna ao próprio processo de imigração italiana ao Brasil, ao seu desdobramento posterior na colonização do meio-oeste catarinense e à consequente formação das pequenas propriedades rurais familiares no espaço estudado. A finalidade deste primeiro capítulo é desnudar os fios invisíveis que vinculam a pequena propriedade à indústria, e que acabam por transformar aqueles agricultores em fornecedores da matéria-prima para as vinícolas.

Dado o contexto da produção vitivinícola em Videira/SC, o segundo capítulo se dedica especificamente à análise da inserção das crianças no processo produtivo da uva e do vinho artesanal dentro das pequenas propriedades. Relata e analisa quais eram as tarefas que as crianças realizavam, bem como suas jornadas, intensidade e riscos dessas tarefas. Por fim – com o respaldo de outras pesquisas acadêmicas – pontua o trabalho infantil na vitivinicultura como um fenômeno que não se restringe aos limites do município videirense, mas como algo comum a várias colônias espalhadas pelo país.

O terceiro capítulo amplia o contexto de trabalho ao qual os ítalo-descendentes pesquisados estavam inseridos. Eles não trabalhavam exclusivamente na vitivinicultura, nem apenas durante a colheita (entre janeiro e fevereiro): haviam tarefas próprias das crianças ao longo de todo ano, nas mais diversas atividades – como nas culturas de milho, trigo e feijão, bem como no cuidado com os animais. Neste sentido, o tempo de escolarização e de brincadeiras é analisado tendo como contraponto à labuta diária. Além disso, reflete-se acerca do trabalho precoce como um elemento da cultura daqueles indivíduos, situando suas posições na relação entre classes sociais.

Por fim, são tecidas as considerações finais. Evidencia-se que a uva, nas pequenas propriedades rurais, era produzida a fim de se tornar matéria-prima para a indústria. As pequenas propriedades se utilizavam predominantemente de força de trabalho familiar,

incluindo as dos filhos ainda crianças. Isso porque a família precisava produzir grandes quantidades da fruta, em um curto período de tempo, sem contar com maquinários ou com a contratação de assalariados. Então, as crianças trabalhavam ao longo de todo o processo produtivo junto aos adultos, porém, a maior intensidade ocorria durante o período de colheita. O trabalho na vitivinicultura, somado àquele dispendido em outras atividades na pequena propriedade, determinava o tempo dedicado à escolarização e ao brincar, tendo em vista que a labuta era a prioridade.

2 A “BEBIDA DOS DEUSES”: UM MARAVILHOSO FRUTO DO TRABALHO DOS HOMENS

O vinho acompanha a história da humanidade desde tempos tão remotos que o seu surgimento é registrado por meio de lendas. A ele, são associadas várias divindades, como Osíris, Dionísio e Baco – de acordo com as diferentes civilizações em que esteve presente. Mesmo sendo conhecido como “bebida dos deuses”, o fato é que o vinho é, na verdade, um dos incríveis frutos do trabalho humano. Sua descoberta ocorre entre 9000 a. C e 4000 a. C., quando povos que habitavam a região dos atuais Irã e Armênia tentaram armazenar pequenas frutas nativas do gênero *vitis* em recipientes de cerâmica (LEÃO, 2010; STANDAGE, 2005). A prática era utilizada para conservação de cereais por longos períodos, mas, ao ser aplicada às uvas, ocasionou acidentalmente uma bebida alcóolica. Isso uma vez que, “o vinho consiste simplesmente no suco fermentado de uvas. Leveduras naturais que estão presentes nas cascas das uvas convertem os açúcares do suco em álcool” (STANDAGE, 2005, p. 34). Muito antes de entender o processo de criação do vinho teórica e cientificamente, o homem o conheceu de forma prática¹⁴.

Por meio das relações comerciais e das guerras, o vinho foi sendo difundido ao longo de toda Mesopotâmia, Egito, Grécia e Roma. Não era apenas a bebida que se espalhava, mas o hábito de consumi-la, as técnicas de vinificação e de cultivo das videiras, além dos vasilhames de armazenamento. Observa-se que, após o declínio do Império Romano, o consumo de vinho decaiu, mas foi reavivado posteriormente pela Igreja Católica. O sincretismo religioso associava o vinho simbolicamente ao Sangue de Cristo. A Igreja – possuidora de imensos parreirais – representou significativo papel na disseminação dessa cultura, seja por meio das cruzadas ou das missões jesuítas (LEÃO, 2010; STANDAGE, 2005).

É válido ressaltar que, com a descoberta da vinificação, as uvas passaram a ser cultivadas sistematicamente e domesticadas. Pela ação do homem, mediante a satisfação de suas necessidades, a natureza da planta se modificou. Segundo Leão (2010, p. 81), além da transformação no formato e tamanho dos cachos, “[...] a biologia das plantas passou por mudanças drásticas para alcançar maior conteúdo de açúcar nos frutos, assegurando uma melhor fermentação, bem como, produções maiores e mais regulares”. Este processo que

¹⁴ Para nossos antepassados esta transformação parecia espontânea, porém, anos mais tarde, foi trazida a humanidade o conhecimento da ciência enológica, explicando que a fermentação é uma reação química. O homem soube utilizar os fenômenos muito antes de sabê-los explicar” (MUSEU DO VINHO, 2014).

ocorreu ao longo de milhares de anos permitiu que a uva fosse cultivada, inclusive, em locais onde não era naturalmente encontrada, como é o caso do Brasil (OLIVER, 2007).

Acerca especificamente da vitivinicultura no Brasil, as primeiras cepas de videira foram introduzidas em 1532, por Martin Afonso de Souza, na Capitania de São Vicente (RODRIGUES, 2008; FALCADE, 2005). À estas, seguiram-se outras tentativas em diversas regiões da então colônia portuguesa – inclusive em localidades onde a cultura assumiu, posteriormente, forte expressividade econômica, como é o caso do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina¹⁵ e de Minas Gerais (HERÉDIA, TISOTT, 2005). Em um primeiro momento, porém, a implantação foi mal sucedida por decorrência de dois motivos principais: porque o solo litorâneo, onde a uva foi plantada, não era adequado para o desenvolvimento das videiras; e porque Portugal proibiu a produção de vinhos no Brasil para evitar concorrência no mercado internacional, considerando que o referido país era um dos maiores produtores mundiais da bebida (RODRIGUES, 2008; FALCADE, 2005; HERÉDIA, TISOTT, 2005).

Ao ser introduzido no Brasil, segundo Souza (2004), o vinho ganha status e imponência de bebida de brancos: enquanto a cachaça era consumida pelos negros e pobres, o vinho era a bebida das elites, dos encontros sociais, da diplomacia e da religião. A cachaça chegou a ter seu consumo limitado, considerando o alto índice de alcoolismo dos escravizados e nativos. Já acerca da “bebedeira” entre as elites, não constam registros, porque “o alcoolismo socialmente condenado era o alcoolismo dos pobres” (2004, p. 58). Trabalhadores bêbados não produziam de forma adequada, também tendiam ao desrespeito às regras – por isso foi necessário limitar seu acesso ao álcool, tendo em vista uma força de trabalho mais profícua. Nesse sentido, todas as tentativas de controle e proibição ao álcool se resguardaram às bebidas baratas, não às importadas e caras – como é o caso dos vinhos europeus – que por si só limitavam o acesso das classes empobrecidas.

Ainda de acordo com o autor supracitado, os religiosos tiveram pioneirismo no plantio de uvas e fabrico de vinhos em vários locais do país. Neste sentido, no ano de 1626, a uva foi cultivada pela primeira vez em solo gaúcho pelos padres jesuítas. A fruta era utilizada para o consumo *in natura* e para fazer o vinho das missas (RODRIGUES, 2008; LEÃO, 2010). A experiência obteve maior êxito nas terras do Sul, que se mostravam mais propícias para o

¹⁵ Neste estado, a uva foi introduzida em 1807, por imigrantes portugueses provenientes da Ilha de Açores, na atual cidade de São Francisco do Sul. Mas foi somente com a colonização italiana em Urussanga, em 1878, que a vitivinicultura tornou-se expressiva (FALCADE, 2005). Todavia, no contexto desta pesquisa, as uvas gaúchas levadas pelos migrantes ítalo-descendentes no início do século XX tiveram maior influência. Por isso, será enfatizado nessa sessão a introdução da uva no estado gaúcho.

cultivo. Além disso, a vitivinicultura jesuíta contava com abundante força de trabalho dos povos nativos que estavam sob sua dominação. Outro impulso ocorreu quando, no cenário da disputa territorial com a Espanha, Portugal enviou um contingente de imigrantes para as terras onde, hoje, se delimita o estado do Rio Grande do Sul. Estes se engajaram no plantio de uvas de variedade europeia, mas as plantas foram atacadas por fungos e não vingaram (RODRIGUES, 2008).

A fragilidade das espécies europeias à geografia brasileira foi solucionada na década de 1830, quando o Almirante Tamandaré enviou dos Estados Unidos uma variedade de uva chamada “Isabel” (RODRIGUES, 2008). A espécie americana conseguiu frutificar em locais onde as uvas europeias não haviam obtido progresso. Além disso, a uva Isabel era capaz de produzir em maior quantidade, porém, com uma qualidade distinta daquelas de procedência europeia – o que era avaliado como pouco satisfatório para os padrões dos imigrantes¹⁶. A produção de vinhos da uva Isabel tornou-se uma característica marcante da região, mesmo encontrando resistência de muitos apreciadores¹⁷ (TISOTT, 2008; TRIVILIN, 2009).

Somado à introdução da uva Isabel, o impulso determinante para a expansão da produção vitivinícola ocorreu com a chegada dos imigrantes italianos. No Rio Grande do Sul, esse fato se deu na década de 1870. De acordo com Herédia e Tisott (2005), tais indivíduos provinham majoritariamente do Norte da Itália e já trouxeram consigo bacelos de videiras para as colônias do Brasil. Todavia, eles não tinham recursos materiais para cuidar de suas mudas de forma adequada¹⁸ e as condições naturais se mostraram adversas ao cultivo – seca, geada e ataque de pragas. O resultado foi que uvas provenientes da Europa acabavam morrendo. Assim, os imigrantes italianos também precisaram se adaptar ao plantio da variedade Isabel, que já era produzida no país (RODRIGUES, 2008).

¹⁶ Oliver (2007) ressalta que essa diferenciação parte de um discurso “eurocêntrico”, que toma os produtos do Velho Mundo como melhores. Por exemplo, em 1896, uma exposição na Filadélfia de vinhos feitos com variedades americanas teve suas bebidas classificadas como não-potáveis e com aroma semelhante à caatinga de raposa. Uvas e vinhos americanos eram tão desvalorizados quanto pessoas negras, enquanto o vinho europeu era exaltado tal qual pessoas brancas – e o hibridismo entre as variedades seria tão inaceitável como a mestiçagem humana (que supostamente desvalorizaria a civilidade branca). Neste sentido, Rodrigues (2008), afirma que o tipo de vinho bebido era elemento de diferenciação social: enquanto os trabalhadores podiam acessar somente o vinho nacional, de uvas comuns, as classes abonadas bebiam vinhos importados, de uvas finas.

¹⁷ Segundo Triches *et. al.* (2004), o Brasil consome, até a atualidade, uma maior proporção de vinhos de uvas comuns, americanas – e não de uvas viníferas (“europeias”). Esse fato é uma peculiaridade em relação a todos os outros países do mundo.

¹⁸ “É importante lembrar que no início da ocupação italiana no nordeste do RS, os primeiros viticultores não tinham domínio da cultura. O plantio era feito de forma primária e os cuidados com as vides, como o tratamento das pragas e as podas nem sempre era efetuadas de forma correta” (HERÉDIA, TISOTT, 2005, p. 564)

Manfio (2016) aponta que os imigrantes italianos tinham uma relação identitária com o consumo do vinho. A bebida sempre esteve presente nas refeições familiares, junto com a polenta, e era consumida por todos os membros – inclusive, pelas crianças, em pequena quantidade (RODRIGUES, 2008). Desta forma, mesmo não sendo os responsáveis históricos pela introdução do cultivo de videiras no país, foram eles que o expandiram e o intensificaram. E, como forma de manter um costume que os remetia ao país de origem, produziam vinhos artesanais para o autoconsumo em suas propriedades. Em alguns casos, a pequena produção passou a ser comercializada de modo gradual para colonos de outras nacionalidades e para outras regiões do país. Esse processo, ao ser intensificado ainda na década de 1870, resultou em grandes indústrias vinícolas – conforme corroboram Rodrigues (2008) e Tisott (2008).

Trivilin (2009, p. 80), por sua vez, resume que:

A atividade vinícola teve sua origem como indústria doméstica, desenvolvida em cantinas, onde o processo de elaboração era realizado de forma manual e a uva era amassada com os pés. Com o decorrer do tempo, o processo de modernização foi acontecendo, de forma lenta, com a fundação dos estabelecimentos vinícolas.

Essa passagem da produção de vinho doméstica para a industrial pode aparentar uma mera mudança no ambiente, ou uma reorganização de métodos de fabricação. Todavia, ela demarca profundas transformações no mundo do trabalho, reconfigurando as próprias relações de produção e, conseqüentemente, o papel desempenhado pela pequena propriedade. Quando a produção era exclusivamente doméstica, os agricultores detinham os meios de produção, o conhecimento e a matéria-prima para a fabricação de uma bebida que também lhes pertencia. Todo o processo ocorria em suas casas, com força de trabalho majoritariamente familiar. Com o surgimento da indústria vinícola, as pequenas propriedades rurais passaram à condição de produtoras de matéria-prima para a fábrica. A partir disso, as relações de produção lhes escaparam do controle – assumiram forma de trabalho assalariado, foram incrementadas por maquinário. A bebida que passou a resultar de todo esse processo já não lhes pertencia mais. E, mesmo que ainda fossem capazes de produzir uma pequena quantidade de vinho de forma artesanal, isso não era mais suficiente para lhes garantir a subsistência.

É válido ressaltar ainda que a indústria de vinhos no Rio Grande do Sul recebeu uma série de incentivos governamentais na forma de pesquisas, distribuição de mudas e formação de produtores rurais. Na década de 1930, o setor já demonstrava muita expressividade, gerando

grandes exportações para o restante do país (RODRIGUES, 2008; MANFIO, 2016)¹⁹. É em decorrência desse desenvolvimento econômico que, ao migrarem para Santa Catarina no início do século XX, os ítalo-descendentes levaram também os germes da produção vitivinícola. Segundo Mello (2008), a região do Vale do Rio do Peixe é até os dias de hoje a maior produtora estadual de uvas e vinhos. O autor sinaliza, inclusive, uma similaridade entre os dois estados em relação à estrutura fundiária, à topografia e ao tipo de exploração vitícola. Essa semelhança não é coincidência, já que o Rio Grande do Sul exportou os trabalhadores, a estrutura das relações sociais e as próprias mudas de videira para o meio-oeste catarinense.

2.1 COLONIZAÇÃO, PEQUENA PROPRIEDADE E TRABALHO FAMILIAR: AS RAÍZES DA VITIVINICULTURA VIDEIRENSE

A história da uva e o vinho em Videira/SC se relaciona intimamente com a chegada de colonizadores de ascendência italiana advindos do Rio Grande do Sul, no início do século XX. São nas pequenas propriedades rurais que estes ocupam e com base na força de trabalho de suas famílias que se inicia o cultivo das parreiras e a produção de vinho colonial, bem como os primeiros passos da indústria vinícola. Todavia, por mais que a localidade apresente suas singularidades, não é possível compreender a relação entre essa tríade – colonização, pequena propriedade e trabalho familiar – de modo isolado. Há um contexto social e histórico que transcende os próprios limites do país, remetendo à dinâmica do capital na Europa, no século XIX.

O ponto que alinhava os diferentes contextos – de uma Europa em crise e de uma Videira que ainda nem chegava a existir – se dá no movimento que o capital faz por meio da colonização. Por “colonização”, segundo Caio Prado Júnior (1995), pode-se entender o processo de alocação de famílias imigrantes em pequenas propriedades agrupadas em um núcleo colonial. A colonização permeou toda a história do Brasil a partir da chegada dos portugueses, configurando-se como estratégia política, militar e demográfica – por exemplo, na ocupação de áreas fronteiriças – bem como para a obtenção de força de trabalho livre. Já no final do século XIX, a colonização assumiu forma específica nos latifúndios cafeeiros do Sudeste: é o que Prado Júnior (1995) chamou de “imigração subvencionada” e correspondeu ao acondicionamento de imigrantes em fazendas diretamente como assalariados, não mais como

¹⁹ Essa posição de destaque é perpetuada até a atualidade: o estado ainda produz cerca de 90% do total de sucos, vinhos e derivados produzidos nacionalmente (MELLO, 2008).

proprietários. Todavia, no Sul, assim como em algumas outras regiões do país, os imigrantes continuaram vinculados à terra, recebendo incentivos governamentais a fim de facilitar a aquisição de um pequeno terreno. A este último, o autor chama simplesmente de “colonização”.

Desta forma, o autor supracitado sintetiza que:

O sistema de "colonização" terá mais sucesso no Extremo-Sul do país (Rio Grande, Santa Catarina, Paraná), e em maiores proporções no Espírito Santo, longe nestes casos da ação perturbadora e absorvente da grande lavoura. Encontrará aí o interesse e o estímulo dos governos locais das províncias, que procurarão solucionar com ele o problema de seus territórios quase desertos²⁰, e fomentar com o povoamento as atividades econômicas e as rendas públicas. [...] O Sul, pela sua riqueza e prosperidade, e favorecido ainda por um clima mais favorável, tornara-se o polo único de atração, no Brasil, das correntes imigratórias. (PRADO JUNIOR, 1995, p. 141)

Apesar de também compor o “Extremo-Sul” do Brasil, como Prado Júnior (1995) define, o oeste catarinense apresenta uma especificidade em relação a outras porções do estado ou ao Rio Grande do Sul. Seus colonizadores são em maior proporção descendentes de italianos que já estavam fixados nas colônias gaúchas²¹ (MUSEU DO VINHO, 2014; SCHÜLLER, [entre 2000 e 2010]). Nesse sentido, Padre Clemente Pinto – pároco do Município de Videira na época – chega a estimar em seu livro que 80% dos fiéis da Igreja Católica daquela localidade na década de 1940 eram de origem rio-grandense (PINTO, 2018). O estabelecimento no Vale do Rio do Peixe se configurou, então, como a segunda migração de tais famílias – quando não dos mesmos sujeitos – com fins de colonização²²: da Itália para o Rio Grande do Sul e, deste, para Santa Catarina.

O ato de migrar não é nenhuma novidade histórica daquele período. Está atrelado à própria condição humana de suprir suas necessidades mais elementares. Há, portanto, uma conexão intrínseca entre as migrações e o trabalho – que nessa sociedade, configura-se em relações capitalistas (VENDRAMINI, 2016). Mesmo que o “farsante” discurso hegemônico possa atribuir à suposta liberdade de ir e vir (ALCUBIERRE, 2017), os motivos que trouxeram

²⁰ Conforme explorado na sequência desta sessão, a ideia de que os terrenos do Sul eram desabitados pertence ao discurso oficial e não condiz com a realidade: nativos e caboclos tinham a posse daquelas terras. Elas só se tornam desabitadas mediante a eliminação violenta daqueles indivíduos por meio da ação estatal, incentivada pela iniciativa privada (companhias colonizadoras).

²¹ Videira – cujo primeiro nome foi “Rio das Pedras”, ainda no final do século XIX – teve importante influência de imigrantes alemães em sua formação: de um lado do Rio do Peixe, a Vila de Perdizes, onde predominavam os ítalo-descendentes; d’outro, a Vila de Vitória, formada por alemães. De acordo com a exposição de longa duração do Museu do Vinho Mário de Pellegrin (2014) “A maior leva de imigrantes alemães acontece em 12 de dezembro de 1933, vindos da região de Stuttgart, os “suabos”. Motivados pelo acelerado crescimento do regime nacional socialista (nazismo). Procuravam paz e liberdade”. Nesta pesquisa, o foco recai, todavia, sobre os ítalo-descendentes, considerando sua inquestionável importância na constituição da vitivinicultura local.

²² Informação que é corroborada também pelas pesquisas de Radin (2006; 1997), Simoni (2003) e Fabro (2010) como uma característica de toda a porção oeste de Santa Catarina.

os italianos ao Brasil e, posteriormente, seus descendentes a Videira são decorrência de múltiplas determinações. Neste sentido, Edna Fiod (2008) completa que a “moderna colonização” não ocorre pelo espírito aventureiro de homens que buscaram o desconhecido além-mar. Também não é a expressão de um instinto natural dos seres humanos que os impele a migrar. Pelo contrário, a colonização se desdobra como consequência das próprias condições materiais que impedem indivíduos de reproduzirem sua existência na Europa e os força a buscar alternativas noutro lado do oceano.

Foi no século XIX que o maior fluxo de imigrantes europeus deixou o “Velho Mundo” para se instalar na América (FIOD, 2008). Não coincidentemente, também foi no mesmo século que a Europa sentiu com maior intensidade os efeitos da Revolução Industrial. Em outros termos, isso significa que naquele momento histórico, o homem, por meio da utilização das máquinas, passou a ser capaz de produzir uma quantidade de riqueza antes jamais imaginada. Em contraste, o modo de produção capitalista já evidenciava uma de suas maiores contradições: o mesmo movimento que produzia maravilhas, resultava em miséria, pobreza e degradação. As riquezas se concentravam em poucas mãos; a pobreza, contraditoriamente, atingia grandes massas do campo e das cidades (FIOD, 2008; RODRIGUES, 2008).

Tal qual o roubo de lenha analisado por Marx (2008)²³, o excerto a seguir, retirado do livro de memória da família de Dosolina Binotto e Eugênio Menegazzo (SANTOS, 2012), ilustra a situação de privação de condições mínimas para a sobrevivência daqueles indivíduos – como manter-se aquecido em um continente de invernos gelados:

Há relatos dos nossos familiares de que a vida de Gildo e seus pais era muito difícil na Itália. Conta-se que eles se fechavam junto ao gado nas estrevarias [sic] para se aquecer no rigoroso inverno do norte da Itália. Como não tinham dinheiro para comprar lenha, juntavam as folhas secas das árvores pra fazer fogo. Certa vez, atravessaram um rio e foram até um outro terreno para pegar as folhas de uma grande árvore e o dono da terra disse para que fossem embora (SANTOS, 2012, p. 29)

Os trabalhadores rurais tinham dificuldades para subsistir por conta do próprio processo de expropriação que se seguia por toda a Europa. Rodrigues (2008) considera que, na Itália do século XIX, o capitalismo substituiu as antigas relações feudais no campo e, a partir

²³ Quando Karl Marx ainda era jornalista da Gazeta Renana, relatou que camponeses estavam sendo punidos por recolher lenha de campos comuns a fim de se aquecer no inverno. Eles não estavam invadindo os terrenos, mas usufruindo de acordos sociais que permitiam aos mais pobres coletar madeiras naqueles locais. Ainda assim, os camponeses passaram a ser acusados de roubo. Esta situação sinaliza o processo de cercamento das terras e expropriação dos camponeses decorrente do avanço do capitalismo. Em outros termos, o surgimento de uma classe de despossuídos que se torna incapaz de subsistir sem vender a própria força de trabalho. Foi a partir da análise do roubo da lenha que Marx passou a considerar a determinação material das relações sociais (MARX, 2008).

da concentração das terras, eliminou a concorrência de pequenos proprietários que não conseguiam produzir mercadorias de baixo custo. Os solos, pouco férteis, rapidamente se esgotaram pelo mau uso, resultando em produções insuficientes para o pagamento dos altos encargos, arrendamentos²⁴ e/ou de empréstimos, terminando por endividar trabalhadores rurais. A quitação, nestes casos, significava o confisco de suas propriedades. Todos esses fatores constituíam-se como formas de expropriação das terras, obrigando esses indivíduos a morar nas cidades. Desta forma, ocorreu a separação entre o produtor e os meios de produção, libertando os trabalhadores da propriedade privada, tornando-os aptos ao assalariamento.

Para Fiod (2008), a abundância de trabalhadores foi terreno fértil para o desenvolvimento da indústria capitalista que se encontrava em plena expansão. Contudo, a partir disso, outra contradição se torna evidente: não havia emprego para todos os proletários disponíveis e os excedentes cresciam à medida que as novas tecnologias eram incorporadas às fábricas. O desemprego em massa e o subemprego, somados aos altos custos dos alimentos, tornaram-se rotina degradante para a classe trabalhadora de toda a Europa. Essa realidade foi agravada ainda pela crise de superprodução, intensificada na década de 1880. As indústrias, que ampliavam sua produtividade de modo significativo, não encontraram mercado consumidor capaz de absorver suas mercadorias – o que, segundo Fiod (2008), revela os limites do próprio modo de produção.

Assim,

Os homens da Alemanha e de outras nações revolucionadas pela industrialização, por conseguinte, separados da condição de produzirem a sua existência individualmente pela posse da terra ou, coletivamente, pelo assalariamento, são obrigados a emigrar. [...] Sob esse prisma, o movimento imigratório configura solução histórica. Não são as motivações individuais, políticas e ideológicas que o determinam, embora as suponha. A imigração brota da própria materialidade, de uma forma histórica de relação humana que, na Europa, começa a ter dificuldades para se perpetuar. O Novo Mundo, sob esse prisma, é a sobrevida do capital e do trabalho. (FIOD, 2008, p. 183)

Quando se evidenciam as relações entre capital e trabalho, desmistifica-se a ideia de que o fator determinante para a imigração foi o propagandismo que as empresas colonizadoras realizaram na Europa. Todavia, esse é um elemento que precisa ser considerado na análise daquele contexto: devido à vulnerabilidade dos trabalhadores nos países do

²⁴ Segundo Rodrigues (2008), na Itália, eram comuns as práticas de emprazamento (arrendamento) considerando que a maior parte dos colonos não eram proprietários. Assim, os agricultores cultivavam terrenos – que acabavam sendo separados uns dos outros, de forma que conseguissem a terra ideal para o que precisavam – e ao final da colheita, pagavam uma determinada quantia ao proprietário. Como a produção nem sempre era boa, eram frequentes conflitos entre agricultores e proprietários pelo não pagamento do acordado.

“Velho Mundo”, a possibilidade de uma América paradisíaca, fértil e farta – como idealizado nas propagandas – tornava-se muito atrativa²⁵. Do ponto de vista individual, as propagandas representaram papel importante nas decisões familiares de emigrar ou não (TRIVILIN, 2009; OSTETTO, 1997; SIMONI, 2003; TISOTT, 2008). Mas não foi a publicidade que desencadeou o processo migratório em si. Na materialidade das relações capitalistas, apresentava-se apenas como um meio de convencimento do próprio sistema para a manutenção de sua hegemonia.

Os discursos propagandistas que associavam o Brasil ao paraíso também não passavam de mera aparência. Segundo Ostetto (1997), a objetividade das novas terras era muito mais precária do que a “desenhada” nos anúncios. E isso era experienciado pelos imigrantes já na própria viagem, que durava cerca de um mês e apresentava péssimas condições sanitárias. No entanto, é possível perceber a partir de Bassanezi e Scott (2005), que a travessia do oceano era particularmente insólita para as crianças. Seus corpos mais frágeis sofriam com maior intensidade os reflexos da superlotação, da má alimentação²⁶ e da grande quantidade de doenças que se proliferavam. Isso resultava em alto índice de mortalidade infantil.

Ao chegarem no Brasil, a situação não era diferente: os imigrantes eram instalados em barracões de péssimo estado, tinham que lidar com a ausência de intérpretes linguísticos, com a demora para a acomodação nas terras adquiridas e com a desorganização geral – que ocasionava extravios de bagagem e desencontro de familiares (SIMONI, 2003). Depois desse momento de estadia inicial no espaço que se chamava “Hospedaria do Imigrante”, em São Paulo, os italianos seguiam para os núcleos coloniais do interior ou – na significativa maioria – para as fazendas de café no interior paulista (BASSANEZI, SCOTT, 2005)²⁷.

Além disso, também é interessante considerar que, nas viagens com subsídio estatal, havia uma preferência por imigrantes italianos que se enquadrassem dentro de certa faixa etária, tida como adequada para a labuta:

Os promotores da política imigratória brasileira consideravam o imigrante a partir de doze anos aptos ao trabalho e aquele abaixo dessa idade um futuro trabalhador. Na obtenção da viagem subsidiada as normas prescreviam, entre outros critérios bem

²⁵ Alguns autores, como Simoni (2003), relacionam as propagandas de uma América perfeita com o “País da Cocagna”. Um local lendário que, no imaginário italiano, representaria a liberdade de todas as amarras da sociedade em que viviam: o trabalho, a religião e o controle sexual. Seria uma definição de paraíso, mas sem a conotação religiosa.

²⁶ Segundo Bassanezi (2013) e Bassanezi e Scott (2005), as crianças recebiam quantidade de comida diferente dos adultos: de sete a 12 anos, correspondia à metade da ração destinada aos pais; de três a sete anos, equivalia a um quarto; já as menores de três anos, ganhavam em torno de 500 gramas de leite fresco.

²⁷ Segundo Stimamiglio (2005) e Bassanezi (2013), a mortalidade infantil ainda era alta nas colônias de italianos – tanto no contexto gaúcho, analisado pela primeira pesquisadora; quanto na cafeicultura paulista, estudado pela segunda. Muitas vezes as crianças iam a óbito e não se conhecia a causa.

definidos, que a família deveria possuir pelo menos um membro do sexo masculino entre doze e quarenta e cinco anos de idade e, por conseguinte, os imigrantes entrados no Brasil, inclusive os espontâneos (os que vinham por conta própria), eram classificados nas estatísticas em menores e maiores de doze anos. O que não significa que, na prática, imigrantes com idades abaixo de 12 anos não assumissem a responsabilidade de contribuir com algum trabalho para a sobrevivência da família (BASSANEZI, 2013, p. 02).

Isso ocorria porque não eram apenas os italianos que viam na imigração possibilidades de trabalhar e melhorar suas condições de vida: o Brasil tinha interesse explícito na força de trabalho desses indivíduos. Nesse sentido, a imigração pode ser considerada estratégica se observado que o país precisava se adequar à nova configuração do mundo do trabalho a partir do fim do regime escravista. Prado Junior (1995) revela que ambos os processos – imigração e fim do escravismo – se constituem como duas faces da mesma moeda: a entrada de imigrantes se tornou constante desde que a importação de escravizados foi proibida e que os filhos daqueles que viviam sob esse regime foram libertos. Todavia, foi com a Lei Áurea, em 1888, que tal processo ganhou contornos mais significativos e amplos. Desta forma, o contexto nacional – se evidenciadas as pressões europeias pelo fim da escravatura – configurou-se como uma potencial solução aos problemas que assolam a reprodução do capital no Velho Mundo no século XIX.

Martins (1984) aponta que o fim do escravismo ameaçava a reprodução dos próprios latifúndios, cuja força de trabalho era majoritariamente dispendida por escravos. Instalar imigrantes se tornava, então, uma possibilidade de oferta de um grande contingente de trabalhadores livres às fazendas cafeeiras. Especialmente porque se tratava da alocação de famílias inteiras, não apenas dos adultos: as crianças também desempenhavam papel importante com seus pais nos cafezais, colhendo os frutos mais baixos ou selecionando manualmente ou grãos, por exemplo (BASSANEZI; SCOTT, 2005; MARTINS, 2010)²⁸. Além disso, por conta do acúmulo histórico, os trabalhadores de origem europeia eram mais adaptados ao trabalho livre, isto é, à labuta voluntária motivada pela necessidade de sobrevivência – e não forçado, sob o chicote, como no caso dos escravos. É desta forma que, para Fiod (2008), a colonização

²⁸ Segundo Bassanezi e Scott (2005), as crianças de até seis anos eram consideradas fardos para as famílias, já que não tinham como contribuir com o trabalho, além de demandarem supervisão constante. Eram levadas pelas mães aos cafezais e ficavam junto aos adultos. A partir dos sete anos, já eram requisitados para prestar serviços, como cuidar dos irmãos menores, da horta, de pequenos animais e fazer atividades domésticas. Aos 12 anos, já eram considerados “pessoa de trabalho” – legalmente, inclusive – submetendo-se ao árduo trabalho com a terra, sob o sol quente, ao longo de todo o ano. Além disso, estavam sob constante vigilância e sofriam ameaças de seus supervisores nas fazendas. Em suma, “foi pelo trabalho que a grande maioria das crianças e jovens *oriundi* se inseriu na sociedade paulista. De fato, o mundo do trabalho – do qual participavam desde pequenos e onde eram vistos como coadjuvantes – condicionava seu cotidiano na terra do café. Mundo esse, aliás, no qual muitos já atuavam antes mesmo de migrar” (BASSANEZI; SCOTT, 2005, p. 146).

calcou suas premissas sob a exclusão dos negros, que foram lançados à própria sorte, enquanto os europeus eram exaltados como portadores do progresso e do sucesso²⁹. Isso porque “o imigrante, socializado como trabalhador livre, já possui hábitos, costumes, tradição e cultura requeridos pelo trabalho fabril” (FIOD, 2008, p. 131)³⁰, tanto quanto para o trabalho assalariado no campo.

Movimento similar pode ser observado também onde não havia ainda trabalho industrial, como no Sul do Brasil. As terras atestadas como vazias “por decreto” (FIOD, 2008) após o extermínio e a expulsão dos nativos, passaram a ser vendidas aos imigrantes europeus. No Rio Grande do Sul, a região que foi destinada aos imigrantes, em especial de origem italiana³¹, era de difícil acesso e cultivo, em virtude do relevo e da pouca fertilidade (SANTOS, 1984). Correspondia à serra³², ainda não produtiva no sentido capitalista, e não à lucrativa região de planícies que forneciam o charque (RODRIGUES, 2008). A primeira tarefa dos colonizadores era a própria abertura de picadas nas matas para a construção de estradas, de suas residências e de roças. Neste momento inicial, segundo Tisott (2008), as crianças trabalhavam arduamente derrubando a floresta com seus pais, tios e irmãos mais velhos. Como o trabalho exigia força muscular, adaptavam-se foices e enxadas aos seus tamanhos, da mesma forma que transportavam cargas com peso reduzido. Assim – com base no trabalho de todos seus membros – as famílias iniciavam suas produções agrícolas enquanto pequenos proprietários reproduzindo as relações que já estavam desenvolvidas em seu país de origem.

Um desdobramento do que ocorre no estado gaúcho se revela na porção Oeste de Santa Catarina já no início do século XX. Grandes proporções deste “sertão desabitado” foram

²⁹ É fundamental considerar que, imbricado aos elementos apresentados, difundiam-se ainda visões pró-imigração baseadas nas teorias de superioridade racial, como o darwinismo social, que emergiram no final do século XIX. Era uma forma científica de justificar a exclusão dos negros das relações de trabalho que ascendiam. Assim, com a introdução de imigrantes europeus, almejava-se também o branqueamento e a homogeneização do povo brasileiro (SIMONI, 2003; FABRO, 2010; RADIN, 2006). Os negros, caboclos e as populações originárias eram tidos como inferiores racialmente – além de preguiçosos e pouco profícuos ao trabalho.

³⁰ Segundo Martins (1984), o estabelecimento de colônias de imigrantes passa também por acordos diplomáticos com os países europeus e pelo interesse de grandes empresas capitalistas de setores como bancos e ferrovias.

³¹ Acerca da nacionalidade dos imigrantes, “[...] o italiano, tanto pela questão de clima, como de afinidade maior com as condições do Brasil, adaptar-se-á melhor e mais facilmente que o alemão e outras populações do norte da Europa que dantes formavam os principais contingentes emigratórios que se dirigiam para a América. Além disto, o italiano é um trabalhador mais rústico e menos exigente; aceitará de boa vontade as duras tarefas da lavoura brasileira. A emigração italiana para o Brasil, muito escassa até 1875, subirá em 1876 para quase 7.000 indivíduos; e no ano seguinte, com mais de 13.000, superará largamente todas as demais correntes, inclusive a portuguesa, até então na vanguarda e que mal atingirá 8.000. Daí por diante e até o século atual, a imigração italiana conservará sempre, e com grande vantagem, este primeiro lugar” (PRADO JUNIOR, 1995, p. 140).

³² Conforme Radin (1997), diferente do que o senso comum propaga, os italianos não escolheram a região serrana porque seu relevo e clima lembrava a Itália. Na realidade, foi o único território que lhes foi colocado à disposição. O mesmo se repete posteriormente em Santa Catarina.

concedidas como forma de pagamento à *Brazil Railway Company*, pela construção da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande do Sul (EFSPRS). Em seus terrenos, a *holding*, a partir de sua subsidiária *Southern Brazil Lumber e Colonization Company*, passou a extrair madeiras³³ e a dividir pequenos lotes para vender aos colonos do Rio Grande do Sul (RADIN, 2006). A ferrovia – inaugurada em 17 de dezembro de 1910 – atraiu a atenção e o investimento de outras companhias colonizadoras para a região, desencadeando um intenso processo migratório³⁴.

Mesmo que as terras da região oeste catarinense fossem chamadas de “sertão” e propagandeadas/vendidas como desabitadas, haviam caboclos posseiros e povos originários vivendo ali. A invisibilidade destes se deu devido a sua forma de se relacionar com o trabalho e com a terra: tinham como princípio prioritariamente a subsistência e não a produção de excedentes³⁵. Isso era considerado sinônimo de selvageria e preguiça e, portanto, inadequado para levar à região o progresso econômico, nos padrões daquele visto em São Paulo e no Rio de Janeiro (RADIN, 2006; FIOD, 2008)³⁶.

³³ A *Southern Brazil Lumber e Colonization Company* foi a maior exportadora de madeira na América Latina, jamais sendo igualada por outra empresa. “Entre os investimentos locais figuraram principalmente o extrativismo da erva-mate e da madeira. Inúmeras serrarias foram instaladas por toda a área de colonização, muitas vezes sob a alegação que era preciso “limpar as terras” para facilitar a venda aos colonos, tendo em vista que a esses interessava praticar a agricultura. No entanto, companhias colonizadoras atuaram também no extrativismo e, em determinadas situações ao venderem as terras, reservavam-se o direito sobre a madeira, quando não o faziam por conta e a revelia dos proprietários” (RADIN, 2006, p. 127).

³⁴ Segundo Radin (2001), a *Brazil Development Colonization Company*, subsidiária da *Brazil Railway Company*, repassa terras do Vale do Rio do Peixe a outras companhias colonizadoras, beneficiando empresários e latifundiários gaúchos, como Abramo Eberle, Adelino Sassi, Dr. Rudolf Ahrons, Augusto Scherer e Hugo Gerdau. Alguns desses fundaram empresas capitalistas de grande porte, cuja atuação permanece até a atualidade.

³⁵ “Até a abertura da estrada-de-ferro no Vale do Rio do Peixe, em 1910, a região teve vagaroso ritmo de desenvolvimento. O povo – caboclo luso-brasileiro, na maioria – vivia em solidão, longe dos recursos que a modernidade proporcionava às pessoas dos centros maiores. As atividades econômicas resumiam-se à extração da erva-mate, tropeirismo, lavouras de subsistência, criação de gado bovino e de suínos e, produção de derivados da pecuária” (THOMÉ, 2007. P. 75).

³⁶ Posterior ao movimento colonizador, os caboclos continuaram sendo mal vistos ante os descendentes de europeus. Exemplos disso podem ser evidenciados em livros autobiográficos escritos por personagens conhecidos da comunidade videirense – Pe. Clemente Pinto (2018) e Dr. Francisco Karan (2000). Os caboclos aparecem como sujeitos rudes, ariscos e atrasados. Sujeitos que se admiram com coisas tidas como simples, como o efeito de um analgésico na esposa enferma; ou que faziam comida ruim, tinham a casa infestada por percevejos e não sabiam rezar. Pinto (2018) revela que se identificar como “brasileiro” era vergonhoso diante dos descendentes de europeus que se reconheciam como “italianos” ou “alemães”. Ser brasileiro era ser caboclo, negro.

Figura 1: Grupo de caboclos comendo churrasco após se apresentarem às autoridades legais em Canoinhas durante a Guerra do Contestado, no meio-oeste catarinense



Fonte: Acervo fotográfico do Museu do Vinho Mário de Pellegrin

Então, segundo Radin (2006), o Estado imbricado em iniciativas privadas, pautou uma política de colonização a fim de fixar o homem branco, de ascendência europeia no oeste catarinense. Pressupunha-se, assim, o cercamento das terras e a expulsão violenta de seus posseiros – o que acabou por originar a Guerra do Contestado, uma das maiores e mais sangrentas revoltas da história do país (FABRO, 2010)³⁷. Nela, sertanejos pauperizados e desprovidos de meios para reproduzir sua existência se levantaram contra o Estado, as madeiras e a própria estrada de ferro – símbolos do avanço do capital. A Guerra do Contestado, que ocorreu entre 1912 e 1916, é diretamente uma guerra contra o avanço do capitalismo. A luta dos caboclos que, em um sentido particular, significava a resistência contra a expropriação de suas terras, na totalidade, configurava-se como uma oposição à expansão territorial do capitalismo e aos seus reflexos – a propriedade privada dos terrenos e o trabalho assalariado. Não surpreendentemente, o conflito acabou com a derrota do grupo com menor poderio econômico e militar – na figura 01, é possível observar a situação precarizada de uma família cabocla após sua rendição às autoridades.

³⁷ O contexto, fruto de inúmeras determinações, incluía também disputas territoriais entre os estados do Paraná e de Santa Catarina pela demarcação de suas divisas, além da Argentina, que também tinha interesse nos terrenos. Não será aprofundada esta questão por fugir do foco desta pesquisa.

O avanço do capitalismo também resultou na expropriação dos nativos – chamados pejorativamente pelos colonizadores de “bugres”. À exemplo do que já havia feito na Europa entre os séculos XV e XVIII – conforme analisado por Marx (2017) na “Acumulação Primitiva” – estes povos tiveram sua existência exterminada³⁸. O poderio militar suprimiu a resistência de modos de vida que não correspondiam às bases materiais do modo de produção que estava se desenvolvendo. Isso não ocorreu apenas na região do Contestado, mas também em Canudos (1896 - 1897) e na Balaiada (1838 - 1841). Essas “revoltas” foram reações de populações que defendiam seu modo de produzir, suas posses, sua própria vida. Em suma, havia uma transformação em curso: o trabalho passava a ser diretamente determinado pela lógica do capital. A violência – não apenas na Europa, mas em todo mundo – se apresentou como a parteira do capitalismo.

O Estado – após cumprir seu papel enquanto instituição burguesa e “limpar” a região para o avanço do capital utilizando todo seu aparelho repressivo, burocrático e militar – passa a intervir produzindo consensos. Os fatos históricos que se seguiram ao longo da Guerra do Contestado foram distorcidos e falsificados na versão oficial. Adotou-se o esquecimento dos episódios de violência como uma política de Estado, a fim de criar uma imagem positiva da região diante dos futuros compradores (MACHADO, 2012). A venda das terras aos colonos gaúchos só se intensificou após a fatídica “solução” dos impasses com os posseiros e nativos – já no fim da década de 1910 e início da década de 1920.

Diante disso, segundo Radin (2006, 2001)³⁹, o fluxo migratório para a região do Vale do Rio do Peixe pode ser dividido em três momentos: 1910 à 1920, 1930 à 1950 e 1960. Dentre tais, o período compreendido entre 1930 e 1950 foi o mais expressivo em relação ao número de indivíduos que se deslocaram. Isso decorreu, segundo o pesquisador, também por fatores como a restrição de Vargas à entrada de estrangeiros – o que acabou por impulsionar as migrações internas. Foi na mesma década, de acordo com Radin (2001), que a José Petry⁴⁰ e Formighieri & Cia criou a Colônia “Benito Mussolini” na Estação Perdizes – onde atualmente é Videira/SC. Essa companhia colonizadora, inclusive, aparece como vendedora das terras para alguns dos pioneiros da vitivinicultura videirense, conforme dados de Hoeller, Zago e Sinzker (2018).

³⁸ No Vale do Itajaí, há registros da contratação de caçadores de nativos: os “bugreiros”, que recebiam recompensa de acordo com o número de indivíduos que matavam (FIOD, 2008).

³⁹ Suas pesquisas têm como objeto as colônias de ítalo-descendentes em Cruzeiro, atual Joaçaba, município vizinho a Videira.

⁴⁰ José Petry também era dono de um hotel na localidade (LOPES, 1989).

Acerca do volume de migrantes do Rio Grande do Sul para Santa Catarina, Radin (2006) mensura que na década de 1940, dos 131.132 gaúchos que não residiam no estado, 76.394 haviam migrado para a localidade vizinha. Depois de 1940, ao menos oito mil indivíduos fizeram o mesmo caminho todo ano⁴¹. Estes indivíduos migravam para Santa Catarina convencidos de que teriam uma vida melhor – ou que, ao menos, encontrariam a possibilidade de continuar se reproduzindo como proprietários rurais. As propagandas financiadas pelas companhias colonizadoras, a exemplo do que já havia ocorrido com vistas a atrair imigrantes para o Brasil, ressaltavam os aspectos positivos das novas colônias⁴². No entanto, a materialidade era bem menos promissora – começando pela ausência quase total de infraestrutura como estradas, escolas, igrejas, comércio. Neste sentido, uma ilustração das condições estruturais dos terrenos pode ser observada em um dos meios de pagamento das terras: o trabalho na construção de estradas (RADIN, 2006).

De fato, as terras ainda não cultivadas extensivamente nas novas colônias eram mais férteis do que as gaúchas, já esgotadas pela intensa produção agrícola. Todavia, a colonização se justifica, antes de tudo, porque esses terrenos representavam a possibilidade da continuação do sistema colonial instaurado no estado vizinho. Baseadas na pequena propriedade, as colônias antigas do Rio Grande do Sul – como todas as outras – já nascem potencialmente com o germe de sua extinção (FIOD, 2008). O endividamento causado pela compra das terras, o grande crescimento populacional, a quase inexistência de novos terrenos para povoar, além do alto preço das poucas terras disponíveis, criou trabalhadores excedentes do meio rural que passam a procurar trabalho na indústria.

De forma específica, Santos (1984) acrescenta que a situação das pequenas propriedades no Rio Grande do Sul ficou estagnada por conta da própria relação indissociável das famílias com a terra. A terra tinha um caráter de propriedade privada e era base da reprodução de toda a família – tanto no sentido do fornecimento de meios de subsistência, quanto de excedentes a serem comercializados⁴³. Quando os filhos homens cresciam e casavam,

⁴¹ Não foram encontrados dados que mensurem especificamente a quantidade de colonos que se instalaram onde hoje é Videira. Os dados da pesquisa “Pioneiros da Uva e do Vinho” recortam como amostra um número pequeno demais para ser generalizado: apenas pouco mais de 180 famílias. Estas, no entanto, chegaram à localidade majoritariamente (58,1%) nas duas primeiras décadas do século XX. Todavia, esta informação ilustra melhor o período de início da vitivinicultura na localidade do que oferece um panorama sobre a totalidade de migrações.

⁴² Na pregação de padres, em cartas de pessoas que já haviam migrado e em anúncios de jornais, a abundância de madeira nativa, as terras férteis, a geografia e o clima similares aos rio-grandenses eram ressaltados (SIMONI, 2003; FABRO, 2010; RADIN, 2006). Também se fazia um outro movimento: uma propaganda negativa que desqualificava os indivíduos que ainda habitassem o local – caboclos e povos originários (RADIN, 2006)

⁴³ Considerando que “todos os camponeses colonos que ‘receberam’ terras no Sul tiveram de pagar por elas e isso obrigou a se integrarem imediatamente na produção para o mercado” (STEDILLE, 2005, p. 25).

herdavam dos pais uma gleba de terras para que continuassem se reproduzindo como pequenos proprietários rurais. A impossibilidade de comprar novas terras para a sucessão mediante seu alto preço torna necessário fragmentar a pequena propriedade em pedaços ainda menores – resultando em terrenos insuficientes para a sobrevivência de uma nova unidade familiar (SANTOS, 1984). A estratégia para suprir suas necessidades encontrada pelos filhos dos colonos era, então, a busca de empregos nas cidades.

Conforme pode ser observado, em última instância, as relações estabelecidas nas colônias gaúchas recriaram condições muito similares àquelas vividas pelos imigrantes que deixaram a Europa para se estabelecer no Brasil. A possibilidade de migrar para Santa Catarina se apresentava como uma “sobrevida” ao modelo das pequenas propriedades rurais familiares formadas com a colonização. E é como produto desse processo social e histórico que muitas famílias compraram terras nas novas colônias que se localizavam onde, hoje, é Videira. “Herança” é, inclusive, um dos motivos mais citados para a migração pelos pioneiros da vitivinicultura videirense (HOELLER; ZAGO; SINZKER, 2018)⁴⁴. A mesma pesquisa denota ainda que dificilmente ocorria a migração de um indivíduo sozinho⁴⁵, tendo em vista que normalmente era o casal – muitas vezes com seus filhos ainda crianças – que se deslocava para a nova terra.

O contexto social analisado até o momento representa uma totalidade de relações situadas no tempo e espaço do modo de produção capitalista. Corresponde inúmeras transformações no mundo do trabalho permeadas por exploração, expropriações, migrações. Isso significa também a ação conjunta de milhares de indivíduos que se situam interligados sob essa mesma teia de relações, que lhes imprime determinadas posições que não podem ser negadas de forma individual. E é por isso que é possível observar uma síntese desses fios invisíveis na própria singularidade das memórias de alguns indivíduos que, também, fazem parte dessa história. É o caso da senhora A.G., entrevistada desta pesquisa. Atualmente com 102 anos, ela migrou ainda criança, na década de 1920, com seus pais para a região. No fragmento do seu relato a seguir, expressa-se um resumo de vários tópicos já pontuados:

Eu vim com a família. **O pai comprou porque lá era pouca terra e era só perau, só perau que dava medo de ver. E não tinha... e a família tava crescendo e pra cá eles avisaram que tinha terra barata.** E daí eles vieram. Vendeu aquela colônia lá [...].

⁴⁴ Esse motivo equivale a pouco mais de 21% dos 64 depoimentos que apresentam razões para a migração – 119 não o fazem (HOELLER, ZAGO, SINZKER, 2018).

⁴⁵ Conforme constatado na pesquisa de Hoeller, Zago e Sinzker (2018), quando ocorria migração de um indivíduo sozinho, este geralmente o fazia para trabalhar em uma indústria ou na terra de parentes e conhecidos que já estavam em Videira.

E nós viemos pra cá e ele comprou quatro colônias com o dinheiro que ele vendeu lá, sabe?

Ela era meio barata aqui naquele tempo, tu sabe? Era um que morava lá no Rio das Pedras e um que morava aqui no trevo que vendia as terras, sabe? Um brasileiro e um italiano, que vendia a terra, [...]. E daí começou a entrar italiano também pra cá. Mas quando que eu conheci Videira, tu sabe como que tava? [*Cita algumas construções como casas dos primeiros moradores, hotel*] E depois era só mato, só mato, só mato, que vinha embora só de mato.⁴⁶

Evidenciam-se elementos como as diferenças no preço e na qualidade das terras entre as colônias gaúchas e catarinenses; a chegada dos ítalo-descendentes à região em que só existiam “brasileiros”, isto é, caboclos; e o propagandismo, expresso no momento que a entrevistada relata que “eles avisaram que aqui tinha terra barata”. Mais ainda, porém, denota a intenção dos familiares de continuarem produzindo sua existência de forma similar ao que já faziam no Rio Grande do Sul: como pequenos proprietários rurais. Neste sentido, a informante revela na sequência de seu depoimento que, seus pais – junto a suas irmãs mais velhas e a ela própria, ainda criança – deram início às plantações imediatamente após a chegada nas terras, na atual Videira. Plantaram milho, feijão, uvas – variedades que eram cultivadas para o autoconsumo, mas também para a venda.

É importante ressaltar, porém, que nem todos os indivíduos que migraram para o meio-oeste catarinense o fizeram para manter sua situação de pequenos agricultores. Havia empresários que também pretendiam continuar se reproduzindo como tais. Por isso, há vários casos de gaúchos que já tinham negócios nas velhas colônias e que chegavam em Videira para montar serrarias, tanoarias, fábricas de banha, vinícolas. Eles acabavam por criar a necessidade de trabalhadores especializados, resultando na migração de indivíduos com força de trabalho qualificada para a região. São exemplos de ocupações demandadas especificamente na indústria de vinhos: químicos, administradores, contadores e tanoeiros, conforme nos revelam dados de Hoeller, Zago e Sinzker (2018). O capital – personificado na figura do capitalista – não apresentava problema algum em se deslocar geograficamente para novos locais onde encontrava possibilidade para se expandir. E, em uma região onde todos os ramos industriais, comerciais e agrícolas se encontravam em forma embrionária, havia uma perspectiva promissora para esse avanço capitalista.

Em suma, foi como produto de todo esse processo histórico e social que a uva chegou à atual Videira/SC. Muito mais do que em terras apropriadas, as parreiras estavam enraizadas em relações sociais que nasceram do outro lado do oceano: no escopo do modo capitalista de

⁴⁶ Entrevista concedida à Natalia Palhoza em 04 de agosto de 2018.

sociabilidade, são frutos dos excedentes humanos que atravessaram o Atlântico e que se fixam no Rio Grande do Sul até que novamente se tornaram excedentes. Os de ascendência italiana, ao migrarem para Santa Catarina, carregavam o estigma de “redentores” de uma “terra de vagabundos”. As raízes das uvas videirenses estão plantadas no chão da pequena propriedade e foram fertilizadas pelo incessante trabalho familiar. A vitivinicultura neste local nasceu também integrada à produção industrial. Assim, suas raízes estavam entranhadas em uma forma de trabalho que não pressupunha apenas a satisfação de necessidades pessoais, mas a subordinação a um trabalhador coletivo, que aumentava a riqueza social, mas que empobrecia quem a produzia.

2.2 DA ORIGEM AOS DESTINOS: AS RELAÇÕES ENTRE A PEQUENA PROPRIEDADE RURAL E A INDÚSTRIA VINÍCOLA

2.2.1 Origens

A partir do materialismo dialético, compreende-se que a história dos homens tem como fundamento a forma como estes produzem e reproduzem a sua existência imediata (ENGELS, 1984). Não há, por tal pressuposto, como descolar a história da vitivinicultura videirense das próprias condições materiais de vida dos migrantes que se instalavam nas pequenas propriedades do local. Explorar o potencial econômico do plantio de uvas esteve atrelado às necessidades iminentes de morar, de comer e – como condição para isso – de desmatar e cultivar os terrenos ainda cobertos de mata virgem.

No âmbito das necessidades, reforça-se que os ítalo-descendentes não traziam como bagagem apenas os seus pertences pessoais: carregavam consigo germes de relações sociais que reproduziriam nas novas terras. Em outros termos, a partir das relações capitalistas sob as quais foram forjados, passavam a se (re)produzir como seres humanos também no novo local de habitação. A propriedade privada da terra e o trabalho com vista à produção de excedentes são claros exemplos. É neste sentido que – perante a expressividade econômica da vitivinicultura nas antigas colônias – a produção de uvas e (posteriormente) de vinhos também foi iniciada muito cedo em Santa Catarina.

Em Perdizes e Vitória, diante do relevo e do clima favoráveis, os colonizadores plantaram uvas tão logo conseguiram se instalar. Esta, no entanto, não foi uma tarefa muito simples, considerando a falta da mínima infraestrutura no local. Conforme o estudo “Pioneiros

da Uva e do Vinho” (HOELLER; ZAGO; SINZKER, 2018) e as memórias dos informantes desta investigação⁴⁷, boa parte das propriedades não possuía sequer acesso via estrada. A necessidade primeira consistia, então, em derrubar a densa mata nativa utilizando instrumentos manuais, como machados e serrotes. Desta forma, abriram os caminhos para chegar em suas terras⁴⁸ e limpavam o local para as futuras plantações ou moradias.

A imagem a seguir ilustra o contexto de derrubada das matas para a construção de estradas pelos ítalo-descendentes. É possível observar os adultos com instrumentos como picaretas, pás, enxadas. Além deles, a imagem retrata um menino carregando um garrafão – cuja bebida não pode ser identificada – e um copo. A criança não porta uma ferramenta de trabalho tal qual a dos adultos. Fica evidente, porém, que também na região de Videira havia a presença de crianças acompanhando os adultos na derrubada das matas – não apenas anteriormente no Rio Grande do Sul, como relatado por Tisott (2008). Além disso, é interessante perceber a vestimenta de todos os indivíduos que aparecem na imagem: roupas simples, chapéu e pés descalços – trajes de trabalho utilizados por eles cotidianamente.

⁴⁷ Cinco informantes da pesquisa são netos dos colonizadores. Apenas uma senhora informante viveu a experiência da migração, sendo considerada colonizadora.

⁴⁸ Um dos informantes – em entrevista concedida à Natalia Palhoza em 07 de dezembro de 2018 – aponta que estradas, efetivamente, foram construídas somente mais tarde, quando começaram a surgir carros. De início, eram “carreiros”, caminhos estreitos na mata onde passavam pessoas e cavalos.

Figura 2: Colonos trabalhando na abertura da primeira estrada para a comunidade de Rio Tigre, atualmente Videira/SC⁴⁹



Fonte: Hoeller, Zago e Sinzker (2018, p. 32).

Ademais, é possível dimensionar as características da mata que cobria as colônias a partir do relato de um dos entrevistados:

Então eu lembro que ele [*o avô*] sempre me contava que numa parte lá em cima, pra ele fazer um [*incompreensível*] de roça, eles derrubaram mais de 300 pinheiros, para “ralhar”. Mas não pinheirinho como tem hoje... Era nativo. Era tudo nativo. Não era nada plantado. Pinheiro daqueles enormes, nativos. E queimaram! [...] Porque não tinha serraria pra fazer... O que que ia fazer? Não tinha o que fazer com eles! Queimavam.⁵⁰

Em contraste, a pesquisa “Pioneiros da Uva e do Vinho” (HOELLER; ZAGO; SINZKER, 2018) registra casos de famílias que vendiam as toras derrubadas. O destino delas eram as serrarias que começavam a se instalar no município ou a estação de trem, onde serviriam de combustível para a locomotiva. O que parece determinante – dentre, possivelmente, outros fatores – era a localização da propriedade, a rede de estradas e a posse de carroças que viabilizavam, ou não, o transporte aos compradores. Todavia, antes mesmo de se

⁴⁹ A data exata da imagem não foi localizada, porém, estima-se que seja do final dos anos 1920 e início dos anos 1930. Isso porque, segundo Hoeller, Zago e Sinzker (2018), a família Appi – da qual o patriarca é o primeiro à direita – foi a primeira a chegar na comunidade de Rio Tigre, em 1924. Como a família encontrou mata fechada, também participou da abertura das estradas.

⁵⁰ Entrevista concedida à Natalia Palhoza em 09 de dezembro de 2018.

vender ou queimar, o primeiro destino das árvores derrubadas era a construção das benfeitorias e casas dos colonizadores⁵¹.

Para iniciar a vida nas novas propriedades, as famílias se acomodavam de modo provisório junto a parentes ou conhecidos. Uma das informantes – que vivenciou aquele momento histórico – contou que sua família ficou “hospedada” por cerca de um ano em um paiol que pertencia ao seu tio⁵². Fatos similares ocorriam com muita frequência entre os migrantes recém-chegados, segundo a pesquisa “Pioneiros da Uva e do Vinho” (HOELLER; ZAGO; SINZKER, 2018). E, quando não havia ninguém nas proximidades para ceder abrigo em casa ou em benfeitorias, era necessário se proteger na própria mata – como ilustra o caso de uma família que residiu por seis meses no tronco oco de uma árvore conhecida como pururuca (idem).

Assim que derrubavam árvores suficientes, as famílias construía suas próprias residências. Alguns relatos da pesquisa supracitada descrevem que a primeira casa era feita de madeira lascada ou de tábuas cortadas com serrote manual, muitas vezes de chão batido, outras, sem portas ou janela. Como telhado, costumava-se utilizar pequenas lascas de tabuinhas. Assim que se tornasse viável, aperfeiçoava-se a casa já construída ou se fazia outra nova, mais ampla. As casas tinham como traço marcante a presença do porão de pedra: o local onde as famílias produziam e estocavam o vinho, secavam o salame, toucinhos e queijo, além de depositarem os cereais e outros alimentos que seriam consumidos ao longo do ano (MUSEU DO VINHO, 2014; SCHÜLLER [entre 2000 e 2010])⁵³.

Na sequência, as fotografias exemplificam a arquitetura das casas dos ítalo-descendentes, ainda durante a década de 1930. As características da construção decorrem dos materiais abundantes da região e das condições materiais daqueles indivíduos. Para além dos

⁵¹ Naquele contexto, a relação sociometabólica entre o homem e a natureza (CATÁSTROFE..., 2019) era mediada pelo capitalismo que se (re)produzia. A floresta de Mata Atlântica, ainda intocada, era um “empecilho” para a própria sobrevivência daqueles indivíduos, cuja fonte de sobrevivência se dava na produção de excedentes para a comercialização – ou seja, por meio do plantio do solo e da criação de animais. E, para plantar em grande escala, era necessário desmatar também grandes terrenos – indiferentes se fosse possível ou não aproveitar o potencial comercial das madeiras.

⁵² Entrevista concedida à Natalia Palhoza em 04 de agosto de 2018.

⁵³ Ainda acerca das casas, havia um risco iminente que afligia as famílias recém instaladas: o fogo. Geralmente, logo de início, os fogões onde se cozinhavam os alimentos eram movidos a lenha e não tinham chapas. Eventuais fagulhas que caíssem nas paredes de madeira ocasionavam incêndios que acabavam por queimar todos os bens pessoais daqueles indivíduos. Era necessário, então, reconstruir a residência. É isso que ocorreu com o avô de um dos nossos entrevistados e com várias outras famílias da pesquisa de Hoeller, Zago e Sinzker (2018). Para evitar situações assim, muitos indivíduos construía casas divididas: a cozinha ficava à parte do restante da residência – podendo ser ligada ou não por meio de uma varanda. Desta forma, se a cozinha incendiasse, não atingiria todo o imóvel.

aspectos da construção, a primeira fotografia chama a atenção também para a família e o grande número de filhos de diferentes idades acomodados sob a varanda.

Figura 3: Residência de colonos coberta por tabuinhas no interior da Vila de Perdizes na década 30



Fonte: Acervo Museu do Vinho

Figura 4: Casa de madeira típica do período da colonização, coberta por tabuinhas. Vila de Perdizes, década de 1930



Fonte: Acervo Museu do Vinho

É possível perceber que, mesmo como proprietários de terras, os colonos enfrentavam sérias privações, escassez, além de precisarem trabalhar muito para a própria sobrevivência utilizando instrumentos rudimentares. Havia, obviamente, exceções: famílias que chegavam e que conseguiam se hospedar em hotéis, compravam tábuas já plainadas de serrarias e faziam o transporte destas pelo rio, tendo em vista a parca rede de estradas. Também havia colonos que enviavam outros indivíduos para preparar a terra e as plantações antes deles migrarem (HOELLER; ZAGO; SINZKER, 2018). Todavia, estes casos tanto não podem ser considerados como regras, quanto marcam uma divisão de extratos sociais entre os migrantes que ali chegavam. De forma geral, os colonos eram trabalhadores que dependiam da própria força de trabalho, bem como a de todos os membros da família, para sua reprodução familiar. E isso incluía, evidentemente, a labuta dos filhos ainda crianças⁵⁴.

Para além dos produtos de autoconsumo, as relações que permearam a instalação dos migrantes no meio-oeste catarinense pressupunham a produção para a troca no mercado. É assim que os indivíduos podiam adquirir outras mercadorias indispensáveis para sua própria sobrevivência e que não podiam ser produzidas na pequena propriedade. Desta forma, o plantio das roças e o início da criação de animais era extremamente urgente para as famílias colonas. Por vezes, elas priorizavam as plantações, ao invés da construção da moradia: só deixavam as instalações provisórias quando estivessem com as roças prontas. Há relatos dos participantes desta pesquisa de que os migrantes já traziam do Rio Grande do Sul as sementes e mudas para iniciarem seus cultivos. Os gêneros mais produzidos eram o milho e o trigo, dos quais faziam o pão e a polenta. Também plantavam uvas, feijão, arroz, batata, mandioca, dentre outras variedades.

Uma das entrevistadas rememora o processo de plantio das primeiras roças nas terras em que se instalaram em sua infância. Segundo ela, todo o trabalho – da limpeza da terra à colheita – era feito de forma manual: “carpir [*com*] a enxada, carpir e plantar o trigo, colher”⁵⁵. Era necessário, ainda, lidar com situações imprevistas – por exemplo, o gado criado solto pelos fazendeiros da região que, em determinada situação, comeu toda a plantação de trigo da família. Isso fez com que ela e seus pais ficassem um ano inteiro sem consumir pão, chegando a passar fome. Além de trigo, é presente em sua fala, a memória sobre o cultivo familiar e manual do milho e da uva.

⁵⁴ De acordo com Radin (2001), isso era traduzido como o compromisso de toda família em ganhar o pão de cada dia com o suor do próprio rosto – uma alusão à valorização à labuta de conotação religiosa.

⁵⁵ Entrevista concedida à Natalia Palhoza em 04 de agosto de 2018.

Sobre estas cultivares, outro informante relatou a experiência que ouvia do seu avô. Segundo ele, assim que seus antepassados chegaram ao local adquirido:

[...] já começavam a plantar as rocinhas de milho, plantaram as parreiras. Por exemplo, ele [o avô] começou a plantar... levaram [algumas mudas de parreira] pra começar um pouco né, uns par de mudas. Daí daquelas mudas saiam as outras, porque eles podavam a parreira e aqueles galhos que cortavam fora da parreira, plantavam a parreira [...].⁵⁶

Conforme o excerto nos indica, a videira tem a condição biológica de se reproduzir assexuadamente por meio de estaquia (CHALFUN; PIO; VILLA, 2002). Isso significa que o material excedente da poda pode ser plantado na terra, resultando em um novo pé de parreira. Assim, entre as famílias pesquisadas, os galhos podados eram utilizados para ampliar as produções da propriedade. Por vezes, eram também doados como mudas aos vizinhos para que estes iniciassem suas produções⁵⁷, conforme nos indicou outro entrevistado:

Daí, a primeira parreira que ele [o pai] plantou foi a... na encosta ali pra cima, ali ele plantou [...] duas quartas de parreira – 12 mil metros – naquela época. Mas, daí, não sei quem falou pra ele “plante mais um pedaço”. Aí ele plantou mais outro tanto naquele ano. Eu lembro que ele contava que [...] daí pra fazer as mudas, pegava o galhozinho, o galho da parreira e plantava no chão. Daí ele foi ajuntar os galhos de parreira aqui no [sobrenome do vizinho] [...] dia 19 de setembro⁵⁸. Eles estavam podando a parreira. Estava comprido assim [mostra com a mão]. Diz que estava verde no chão assim. Daí ele pegou e fez as covas e, em vez de colocar duas estacas por cova, ele plantou quatro. Com a intenção de que “nascendo duas, tá bom, né?”. Pegou parêlho! Daí, no outro ano ele arrancou fora duas e deu pro [nome de outro vizinho] que morava aqui pro lado de baixo e que daí ele fez mais duas quartas de parreira [...].⁵⁹

Como pode ser observado, – seja por meio de mudas importadas de outras cidades ou através do compartilhamento das gemas entre conhecidos – pouco a pouco, a produção de uvas foi sendo difundida na localidade que hoje, não coincidentemente, chama-se de Videira. Alzira Scapin (1997), Gentila Porto Lopes (1989) e a exposição de longa duração do Museu do Vinho Mário de Pellegrin (2014) revelam que quase todos os pequenos proprietários rurais cultivavam parreirais no início do século XX. E foi esta impactante produção vitivinícola que tornou a região do Vale do Rio do Peixe conhecida nacionalmente.

⁵⁶ Entrevista concedida à Natalia Palhoza em 07 de dezembro de 2018.

⁵⁷ Apesar de ater a discussão às uvas, esse tipo de doação para os vizinhos ocorria também com animais. Há um relato de memória familiar na pesquisa de Hoeller, Zago e Sinzker (2018) em que uma mulher ganha de sua vizinha uma galinha choca com pintinhos para que começasse a produzir frangos e ovos em sua propriedade.

⁵⁸ O entrevistado mensura a data porque é considerado tarde para o plantio da videira. Conforme Chalfun, Pio e Villa (2002), o período ideal para o procedimento é no inverno – entre julho e agosto – quando as temperaturas são mais favoráveis para o desenvolvimento da planta. Talvez por isso o avô do entrevistado tomou precaução de plantar mais mudas do que o necessário por covas.

⁵⁹ Entrevista concedida à Natalia Palhoza em 09 de dezembro de 2018.

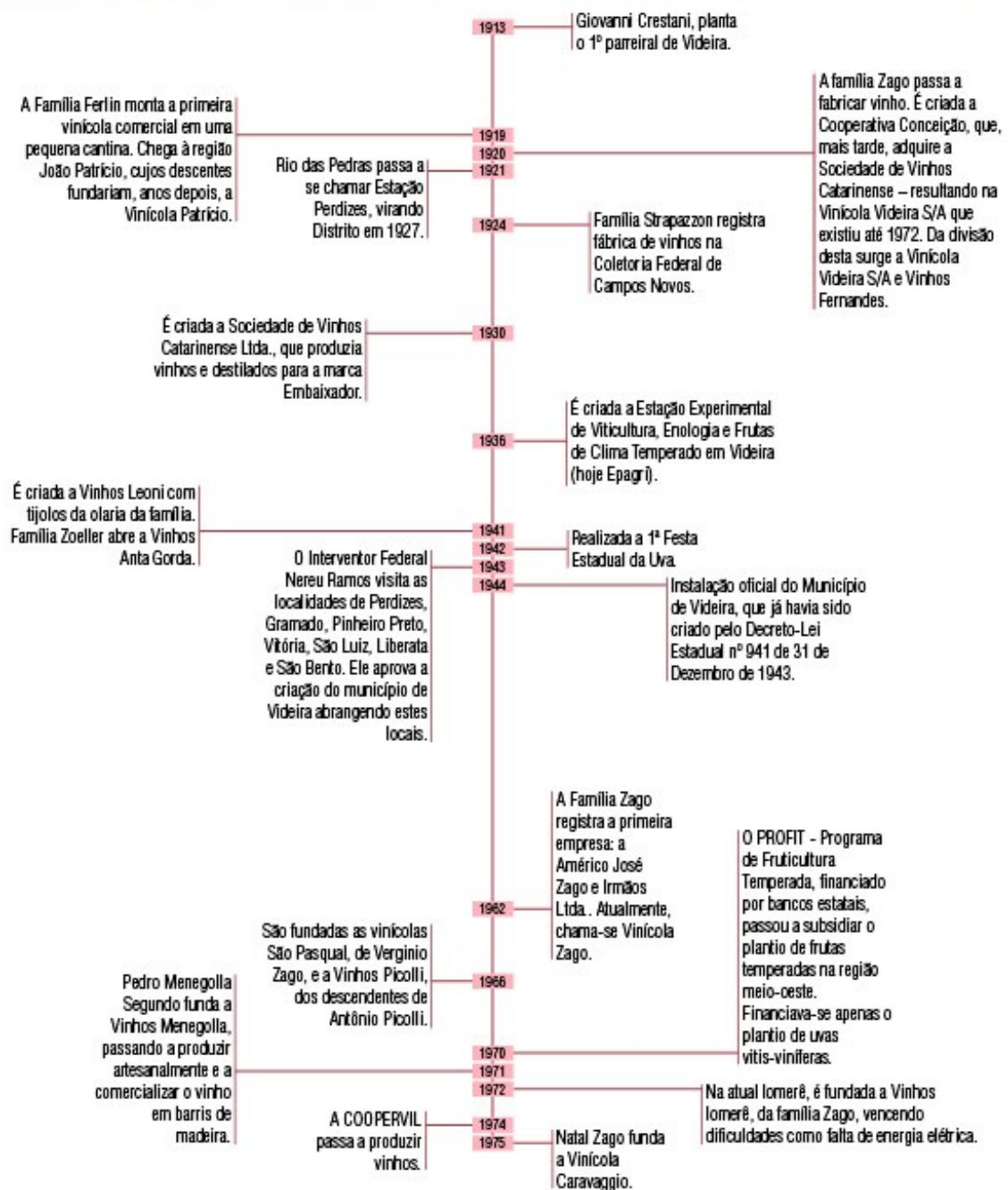
2.2.2 Destinos

Os primeiros registros históricos da produção de uva em Videira/SC datam de 1913, antes mesmo da intensificação do movimento migratório de ítalo-descendentes. O imigrante italiano Giovani Crestani, oriundo de Urussanga, levou consigo mudas de parreira para as suas novas terras, onde, hoje, se delimita o município videirense. Apenas dois anos depois, colheu os primeiros cachos da fruta, que foram transformados em vinho artesanal utilizando a técnica de esmagamento por pisoteio (MUSEU DO VINHO, 2014; SCAPIN, 1997). Também no final da primeira década do século XX – em 1919, especificamente – Luiz Ferlin Senior, migrante proveniente do Rio Grande do Sul, instalou a primeira indústria de vinificação na localidade.

Nos anos seguintes, várias outras empresas do gênero foram sendo construídas. O potencial vitivinícola da região atraiu mais empresários gaúchos na década de 1920. Um exemplo é José Andreazza. Proprietário da Vinícola Riograndense, Andreazza costumava viajar para o Vale do Rio do Peixe a fim de comprar uvas e vinhos. Decidiu, pois, investir no local e “em 1928 iniciou a construção da Sociedade de Vinhos Catarinense, além das Madeiras Andreazza em Tangará (Rio Bonito) e Campos Novos” (HOELLER; ZAGO; SINZKER, 2018, p. 25). A vinícola passou a ser administrada como sociedade por seus seis filhos. Inclusive, um destes, Pedro Andreazza, foi o primeiro indivíduo da localidade a possuir um carro (LOPES, 1989), sinalizando o sucesso econômico alcançado pelos negócios da família. O exemplo da família Andreazza ajuda a perceber que, da mesma forma que o Rio Grande do Sul exportou colonos agricultores, exportou também os empresários capitalistas, atraídos pela possibilidade de extrair mais-valia nas novas terras.

Neste sentido, o plantio da uva nas pequenas propriedades das novas colônias já surgiu atrelado à, também nascente, indústria de vinhos. Se quase todas as famílias plantavam uvas, era porque havia uma demanda mercadológica para a circulação dessas produções – conforme indicam os entrevistados desta pesquisa. Pode-se observar uma cronologia da vitivinicultura comercial em Videira no infográfico em forma de linha do tempo a seguir. Sua elaboração se deu a partir dos registros da exposição de longa duração do Museu do Vinho Mário de Pellegrin (2014):

Figura 5: Linha do tempo da vitivinicultura videirense



Fonte: elaborado pela pesquisadora a partir da exposição Longa Duração do Museu do Vinho M. de Pellegrin

A produção de vinhos comerciais em Videira/SC se consolidou e ampliou seu volume ao longo das primeiras décadas do século XX (MUSEU DO VINHO, 2014). Conforme se torna evidente na linha do tempo da página anterior, no ano de 1936, a localidade recebeu uma unidade da Estação Experimental de Vitivinicultura, Enologia e Frutas de Clima Temperado. Instalada pelo Ministério da Agricultura, a entidade tinha como fim o desenvolvimento de pesquisas sobre a produção vitivinícola. Processo similar já havia ocorrido anteriormente no Rio Grande do Sul e, segundo Rodrigues (2008), pode ser entendido como um subsídio público de pesquisas que beneficiavam majoritariamente produtores industriais privados, em outros termos, que serviam ao avanço capitalista.

Não é coincidência a instalação destes centros de pesquisas fomentados pelo Estado no momento de passagem da produção caseira de vinhos para a industrial – que já havia se iniciado no final do século XIX, mas ainda estava em curso nas primeiras décadas do século XX. Isso significa que as formas antigas e artesanais de se produzir uvas e vinhos não acompanhavam mais a necessidade da moderna fábrica. O conhecimento empírico, aprendido na relação prática e familiar, precisava ser substituído pelo científico. Isso teve implicação direta, até mesmo sobre a forma de plantar a uva na pequena propriedade. Através dos treinamentos oferecidos aos agricultores, tornava-se possível à indústria um determinado nível de padronização sobre a mercadoria que recebia na forma de matéria-prima. Há de se considerar ainda, as pesquisas de melhoramento genético e a doação de mudas aos produtores rurais.

Esses investimentos foram substanciais para o desenvolvimento da indústria de vinhos, tendo em vista que o aprimoramento das técnicas, somado à construção de maquinários, resultou em uma maior produtividade. Desta forma, por meio da elevação das chamadas “forças produtivas”, diminuiu-se o tempo socialmente necessário para a produção da mercadoria vinho. A possibilidade de produzir maior quantidade em menor tempo ampliou a mais-valia – ou seja, fez cumprir a lei das relações capitalistas. As pequenas propriedades, por sua vez, não conseguiram acessar as novas tecnologias e continuaram produzindo seu vinho de modo artesanal e lento. Esse vinho, acima do valor social médio, não conseguiu competitividade no mercado, obrigando os produtores rurais a vender a uva apenas como matéria-prima aos industriais.

Oliver (2007), ao analisar a vitivinicultura paulista, acrescenta que as Estações Experimentais surgiram como decorrência de legislações que regulamentavam a fabricação de vinhos. Até a década de 1930, as produções dos pequenos proprietários e dos emergentes capitalistas eram muito semelhantes. Era necessário, então, estabelecer um critério científico

para definir o que era um bom vinho, o que era adulterado e o que era impróprio. Tudo o que estava fora do padrão calcado no Regulamento Nacional de Vinhos de 1933 passou a ser considerado de baixa qualidade. É também por essa via que se eliminou a concorrência dos agricultores familiares, cujas cantinas ficavam restritas ao porão da própria casa, com processo de produção artesanal. Expropriados da condição de fabricar o vinho nos parâmetros de mercado, os pequenos produtores passaram de concorrentes, a submissos da indústria de vinhos, restringindo-se ao fornecimento de matéria-prima.

É interessante ressaltar o papel que o Estado desempenhou no processo descrito acima. Em síntese, deu-se por duas vias: primeiro, no investimento em ciência visando a expansão das forças produtivas e, como consequência direta, do capital; porém, ao mesmo tempo, definiu as regulamentações que determinavam quem poderia ou não colocar o vinho no mercado, assim, eliminando os pequenos produtores da concorrência. O Estado atuou naquele momento histórico como um comitê que gerenciou os negócios de interesse comum à toda burguesia vinicultora. Atender à classe dominante, conforme aponta Marx e Enges (2001), sempre foi a maior finalidade do Estado. Criado sob as relações capitalistas, configura-se propriamente como um Estado Burguês.

Concomitantemente com a instalação da Estação Experimental, em 1936, teve início o movimento emancipatório de Videira, mediante o interesse de empresários de diversos setores econômicos, especialmente da viticultura (SCAPIN, 1997; MUSEU DO VINHO, 2014). O município, no entanto, só foi efetivado em 1944. Com uma área de 1.120 Km², unificam-se as Vilas de Perdizes e Vitória – que pertenciam, respectivamente, à Campos Novos e Caçador – além de outras comunidades vizinhas⁶⁰. Segundo livros que se dedicam à história de Videira (SCAPIN, 1997; LOPES, 1989; MUSEU DO VINHO, 2014), o elemento determinante para a emancipação foi a demonstração da prosperidade econômica na 1ª Festa da Uva, em 1942. A festividade – organizada nos moldes do que já ocorria no Rio Grande do Sul⁶¹ – contou com

⁶⁰ O território inicial do Município de Videira, muito amplo, foi sendo separado para a criação de novos municípios. Segundo o IBGE (2017), em 1948, desmembra-se o território que é emancipado com o nome de Tangará. Em 1961, é a vez dos municípios de Salto Veloso, Arroio Trinta e Fraiburgo se emanciparem do território Videirense. Em 1962, Pinheiro Preto se emancipa e, por fim, em 1995, Iomerê segue o mesmo caminho.

⁶¹ “[...] em 1901, durante a Exposição Industrial, Caxias se aloca como centro produtor de vinho, com 30 expositores, dentre os quais figuram os nomes de Antonio Pieruccini, José Andreazza, Angelo Chittolina e Aristides Germani” (HEREDIA; TISOTT, 2005, P. 564). Pedro Andreazza foi um dos organizadores da 1ª Festa da Uva de Videira.

cerca de 500 expositores de vários ramos de atividades comerciais e indústrias, bem como com a presença de autoridades locais, estaduais e nacionais⁶².

A decisão de adotar “Videira” como nome para o então recém-criado município decorreu da expressividade da economia movimentada pelo setor, na localidade – que era polo estadual na produção de uvas e vinhos (IBGE, 2017). Há de se considerar, neste sentido, que a indústria vinícola não se resumia apenas à fabricação de vinhos: demandava todo um suporte de indústrias de vasilhames de madeira, garrafões de vidro, rótulos e maquinários, por exemplo. Dentre tais, destaca-se a indústria da tanoaria. Responsável pela fabricação de artefatos de madeira que serviam à estocagem do vinho – como mastelas, pipas, barris e bordalesas – este setor empregava muitos trabalhadores no município (HOELLER, 2017). As madeiras para a produção dos artefatos eram retiradas das matas da região e recebiam uma série de tratamentos⁶³, até se tornarem adequadas para armazenarem o mosto e o vinho. Há vários registros de trabalhadores que migraram do Rio Grande do Sul para o Vale do Rio do Peixe a fim de exercer tal profissão⁶⁴.

Na figura 06, na página a seguir, é possível observar o interior de uma tanoaria em Videira/SC. Em meio aos trabalhadores empunhando as ferramentas utilizadas para transformar madeiras em barris, há um menino em pé, com as mãos livres. Novamente o retrato dos trabalhadores revela pés descalços, não apenas na roça.

⁶² “O extraordinário êxito da exposição” relatado por Scapin (1997) é contraposto por Clemente Pinto (2018). Ele relata ter participado das reuniões de organização e que as ideias eram muito grandiosas, mas pouco organizadas. O resultado final, segundo ele, – e como ele diz ter previsto – foi um rombo e prejuízo para o comércio local.

⁶³ “Para fazer as aduelas, das toras de madeira cortadas em mais ou menos um metro, na serra fita, eram retirados as quatro laterais, serradas as pranchas de mais ou menos 2 cm de espessura, aplainadas com plainas tocadas com rodão d’água e passadas na máquina para dar o formato de aduelas; depois eram empilhadas para secagem. O próximo passo era levar as aduelas para os tanques de cozimento para envergar, amarradas nas pontas; logo após, eram colocados os arcos para dar a forma de barril. As aduelas prontas, secas, eram empacotadas para transporte” (HOELLER, 2017, p. 19)

⁶⁴ A tanoaria, conforme ilustrado na figura 06, tornou-se obsoleta com o avanço das forças produtivas. Os artefatos de aço e inox substituíram a madeira (CARVALHO JUNIOR; SANTOS, 2012). Em Videira, a profissão se extinguiu (HOELLER, 2017).

Figura 6: Tanoaria da família Facchin, por volta da década de 1940, em Videira/SC



Fonte: Acervo Museu do Vinho

É importante ressaltar que, na base de toda essa cadeia produtiva da vitivinicultura no Vale do Rio do Peixe, encontravam-se os ítalo-descendentes que produziam uva nas suas pequenas propriedades familiares⁶⁵. Essa uva, plantada já com a intenção de ser transformada em mercadoria, era a matéria-prima da crescente indústria de vinhos local. Isso fica evidente nos relatos coletados por Hoeller, Zago e Sinzker (2018) e nas memórias dos entrevistados da presente pesquisa, mesmo que ambas abranjam períodos temporais diferentes: enquanto os pioneiros da vitivinicultura se situam nas primeiras décadas do século XX, os entrevistados desta pesquisa viveram suas infâncias aproximadamente entre as décadas de 1950 e 1970.

⁶⁵ Segundo Triches, Siman e Caldart (2004, p. 03), “as cadeias produtivas constituem-se um conjunto de fases consecutivas pelas quais passam e são transformados e transferidos os diversos bens intermediários. Em outras palavras, a cadeia produtiva é o conjunto de atividades econômicas que se articulam progressivamente desde o início da elaboração de um produto. É ainda uma segmentação longitudinal, sendo cada etapa do processo produtivo representada por uma empresa ou um conjunto delas. Assim, essas cadeias resultam da crescente divisão do trabalho e na maior interdependência entre todos os segmentos produtivos que incluem os elos de ligação entre matérias-primas básicas, as máquinas e equipamentos, os produtos de consumo intermediário e produto final bem como com sua distribuição e comercialização”. Neste sentido, Carvalho Junior e Soares (2011) acrescentam que a cadeia produtiva de uvas e vinhos começa com os fornecedores de insumos para os agricultores, segue-se pelo cultivo das uvas que são matérias-primas, passa pela produção industrial de vinhos e inclui, ainda, as vendas por atacado e por varejo.

Figura 7: Carroça puxada por bois na Vila de Perdizes década de 1920



Fonte: Acervo Museu do Vinho

As uvas produzidas pelos pequenos agricultores eram colhidas e transportadas pelas famílias até as cantinas dentro de bigunchos⁶⁶. O meio de transporte utilizado era a carroça com tração animal – muito similar àquela retratada na fotografia acima⁶⁷. Um informante relatou que em uma safra puxou uvas dessa forma ao longo de 34 dias, fazendo quatro viagens diárias e folgando em apenas dois domingos. Segundo ele, naquele ano, transportou aproximadamente 70 toneladas de uvas até a indústria⁶⁸. Outro participante, por sua vez, detalhou:

Chegava lá [*na cantina*], descarregava, os caras já puxavam, descarregavam e pesavam a uva, esvaziavam os barris, te davam os barris de volta e você voltava... e eu vinha buscar outra carga. Fazia duas cargas por dia. Então eu levava dois mil quilos e dois mil quilos em outra carroça. Então era a média de quatro mil quilos por dia que nós colhia. E depois, que era bastante gente que colhia uva né. Na mesma época, de repente tinha dias que “Hoje não recebemos uva, porque tem que fazer... trasvasar o vinho”, pra esvaziar as pipas, pra fazer fermentação e tudo aquilo né. Então, às vezes, você ficava parado um dia ou dois, depois continuava.⁶⁹

⁶⁶ De acordo com a exposição de longa duração do Museu do Vinho Mário de Pellegrin, biguncho pode ser definido como uma “vasilha estreita e alta, feita de aduelas (como um cilindro), aberta na parte superior. Usada para o transporte da uva do parreiral até a vinícola”.

⁶⁷ Segundo A.A., em entrevista concedida à Natalia Palhoza em 07 de dezembro de 2018: “a uva nós puxava ela ali em Bonsucesso. Tinha uma cantina, que era Vinhos Bonsucesso. Então ali se puxava a uva tudo com carroça e boi. Porque naquela época não tinha caminhão pra puxar nada. Era tudo na base do... Ih... e chovia sempre quando chegava no mês de fevereiro, janeiro e fevereiro, aí na época de colheita da uva, então. Era aquele barro gente. Às vezes tinha que colocar duas juntas de boi pra poder subir a serra até... com a carga da uva”.

⁶⁸ Entrevista concedida à Natalia Palhoza em 13 de dezembro de 2018

⁶⁹ Entrevista concedida à Natalia Palhoza em 07 de dezembro de 2018.

Segundo o depoimento, quem determinava o processo de colheita da uva na propriedade familiar era a própria indústria, na medida em que absorvia, ou não, a matéria-prima. O fato de que ambos, a empresa e os produtores familiares, relacionavam-se como indivíduos livres e possuidores – um da matéria-prima, outro dos meios de produção para processá-la – fazia com que só ocorresse a transação comercial quando a uva se torna efetivamente valor de uso para a cantina, isto é, quando a estrutura comportasse o recebimento de mais uva para transformar em vinhos. Enquanto isso, o produtor rural não encontrava saída para sua mercadoria, mesmo que por alguns dias – o que poderia causar prejuízos, tendo em vista que se tratava de uma fruta que possui ponto ideal de maturação para ser colhida.

Contudo, o mesmo senhor relata ainda que “as coisas foram mudando”, passaram a surgir caminhões na região para buscar uvas diretamente com os produtores. A partir de então, a família não precisava mais, invariavelmente, ir até a indústria para vender sua mercadoria – os compradores chegavam em suas casas e “mandavam carregar o caminhão”. Ao relatar sua memória, o participante diz que nem sabia para onde ia a produção de sua família: “e ele [o comprador de caminhão] levava pra fora essa uva, não sei pra [...] onde ia essa uva. [...] levava em outros lugares”⁷⁰. Aqui, o informante apontou uma característica típica de produções originadas sob relações capitalistas, vigentes no Brasil desde a chegada dos portugueses: a alienação entre produtor e mercadoria.

Em outros termos, isso quer dizer que a uva que sua família produzia entrava no processo produtivo industrial como matéria-prima; o produto final não era conhecido por eles (os produtores) do mesmo modo que não lhes pertencia. Em sua forma última, a uva poderia ter se transformado em vinho, suco, vinagre, doce, mas também poderia ter sido consumida *in natura*. Aos pequenos agricultores, porém, a uva havia se convertido apenas em dinheiro – uma forma monetária – para ser trocado por outras mercadorias que a família precisava e que não conseguia produzir. Desta forma, revela-se também que a autonomia dos viticultores em relação às vinícolas era apenas aparente. Em essência, havia a necessidade de sobrevivência que lhes impunha a condição de venda da mercadoria que produziam, submetendo-se ao ritmos que eram determinados pelos próprios compradores.

Outro casal de entrevistados⁷¹ acrescentou que a produção de uvas de suas respectivas famílias era vendida a negociantes de São Paulo. Segundo eles, os compradores paulistas iam à região de caminhão para buscar as uvas. Estes raramente representavam uma empresa em

⁷⁰ Entrevista concedida à Natalia Palhoza em 07 de dezembro de 2018.

⁷¹ Entrevista concedida à Natalia Palhoza em 09 de dezembro de 2018.

busca de matérias-primas: de forma geral, eram atravessadores que compravam diretamente dos produtores para revender em São Paulo. Nestes casos, era onerado dos produtores as despesas de frete até o estado e, quase sempre, a uva era paga a prazo, somente quando os atravessadores retornassem após vender a mercadoria – cujo destino, *a priori*, era incerto. Nas palavras do informante, “era muito difícil chegar um cara e pagar no dinheiro. ‘Ah, eu te pago quando volto’. Muitos faziam assim ‘na volta eu te pago’. Vendiam lá pra fazer o dinheiro e na volta te pagava”⁷².

Mais frequentemente que o desejado, porém, esses atravessadores não voltavam para pagar suas dívidas com os produtores. O mesmo entrevistado revelou: “[...] você entregava aqui, você nem sabia se recebia ou não recebia. O meu falecido pai deixou de receber muita uva. Carregava no trem aqui, você não tinha nota, você não tinha nada. Não existia nota do produtor que nem hoje”⁷³. As relações entre os compradores e os produtores eram baseadas em contratos verbais e informais, que tinham como fundamento apenas a confiança de quem necessitava vender sua mercadoria. Como a uva, por suas propriedades naturais, não podia esperar muito para ser colhida, cabia a seus produtores aceitarem as condições que lhes eram (im)postas⁷⁴. Embora apareça como um contrato livre e igual entre as partes, os pequenos proprietários tinham urgência em vender sua mercadoria que era facilmente perecível – e os compradores sabiam disso.

Além da forma de pagamento, o produtor não conseguia determinar por qual preço venderia sua mercadoria. Uma senhora entrevistada contou que sua família trabalhou com uvas até 1972, quando toda a produção foi vendida para São Paulo. Ela afirmou que um dos motivos para seu pai desistir do cultivo foi o baixo preço que a fruta angariava no mercado. Em suas palavras, a uva, quando “‘tá’ madura tem que colher. Aí tinha aquilo, né: você quer, é isso. Senão...”⁷⁵. Neste sentido, sabendo que o preço é a representação monetária do valor – e que o valor corresponde ao tempo socialmente necessário para a produção de uma mercadoria – na pequena propriedade em que o trabalho era essencialmente artesanal, o tempo de produção era

⁷² Entrevista concedida à Natalia Palhoza em 09 de dezembro de 2018. Vale ressaltar ainda que o casal afirma diversas vezes que, mesmo não sendo a regra, haviam sim encarregados de empresas que faziam compra direta. Além disso, também haviam pessoas que compravam caminhões de uva e que pagavam à vista, no dinheiro, “mas eram raras as vezes que acontecia”.

⁷³ Entrevista concedida à Natalia Palhoza em 09 de dezembro de 2018.

⁷⁴ No Rio Grande do Sul, segundo análise de Rodrigues (2008), a ação de atravessadores era muito comum. Muitos destes, com o passar dos anos, também passaram a fabricar vinho em escala industrial com as uvas que compravam dos pequenos produtores. Tornaram-se, então, donos de vinícolas. Em Videira, no entanto, não foram encontrados dados de situações similares.

⁷⁵ Entrevista concedida à Natalia Palhoza em 09 de dezembro de 2018.

maior do que em outras propriedades dotadas de maquinaria e técnicas diferenciadas. Desta forma, ao serem lançadas as uvas no mercado, o seu valor não correspondia diretamente ao tempo de produção da pequena propriedade: era menor porque a humanidade era capaz de produzir uvas em um tempo social médio menor. Em suma, como a propriedade precisava se submeter ao mercado, acabava vendendo suas mercadorias por um preço que não correspondia necessariamente à quantidade de tempo de trabalho que continha em sua produção.

Há de se considerar ainda que – conforme o relato do participante citado acima nos indica – a uva também seguia para São Paulo por meio do trem. Este, que já existia antes da chegada dos imigrantes, integrava aquele espaço ao restante do país, especialmente no que se refere ao escoamento da produção de matérias-primas. A pesquisa de Hoeller, Zago e Sinzker (2018) corrobora com essa informação e revela que a venda de mercadorias via estrada de ferro era muito comum entre os viticultores locais. Uma das famílias apontou, inclusive, que a uva produzida era comercializada com a indústria de sucos Superbom, em Santo Amaro/SP, para a qual seguia via estrada de ferro⁷⁶. De forma geral, porém, as informações são genéricas e não detalham o tipo de relação que era estabelecida com os compradores, se estes eram majoritariamente empresários ou atravessadores, bem como as formas de pagamento. No entanto, há de se considerar que, no âmbito da cadeia produtiva da vitivinicultura, o transporte de uvas por meio férreo impulsionou outro negócio: a indústria madeireira, conforme indica o trecho a seguir:

Para sorte da madeira de refugo, o cultivo das videiras também teve o seu surto. A demanda, pelo mercado de São Paulo, simplesmente explodiu! Os interessados se sucediam em grupos até pela afluência. A avaliação das uvas dependia da extensão dos parreirais. O fato é que, quando as uvas atingiam a maturação, a safra estava totalmente comercializada. Como embalá-las? (LOPES, 1989, p. 42)

Em caixas de madeira! A uva destinada ao estado paulista precisava ser bem acondicionada em pequenos caixotes, a fim de não esmagar seus grãos até alcançar o destino final. Os empresários René e Arnoldo Frey⁷⁷ passaram, então, a aproveitar a madeira de refugo que antes era destinada ao descarte em suas madeireiras para a produção desses recipientes. Segundo Lopes (1989) isso lhes rendeu muito lucro, bem como aumentou a demanda por força

⁷⁶ O entrevistado A.A. – em entrevista concedida à Natalia Palhoza em 07 de dezembro de 2018 – considera que em Videira, não se produzia suco: “olha, 90% era vinho. 99,9% era vinho que fazia naquela época. Porque naquela época não faziam nem suco de uva. Não sabiam nem fazer. Agora já fazem suco, já fazem outras coisas. Já fazem, como que se diz, vinho espumante. Fazem de tudo né. Mas naquela época era vinho, vinho, vinho”.

⁷⁷ Ambos são personagens importantes no desmembramento e emancipação de uma porção do território videirense. O novo município carrega o nome de sua família: Fraiburgo.

de trabalho na região. Na imagem 8 é possível observar a uva sendo carregada dentro de caixotes no trem na estação de Videira

Figura 8: Carregamento do trem com caixas de uva na década de 1950, em Videira/SC



Fonte: Acervo Museu do Vinho

Acerca dos pequenos agricultores, não foram encontrados indícios de vinculação entre eles e determinados compradores com vistas à exclusividade ou prioridade para a comercialização das uvas. Como livres proprietários de sua mercadoria, os produtores rurais tinham a “liberdade” para vendê-la a quem achassem mais vantajoso. É importante frisar que se trata de uma liberdade relativa, restrita à escolha de vender ao comprador A ou ao B, mas não para deixar de vender. Por isso, muitas famílias forneciam uvas a diferentes mercados: para vinícolas de Videira, para compradores de São Paulo ou para ambos. Suprida a necessidade da comercialização, os colonos poderiam separar uma quantidade da fruta para o consumo *in natura* e para a produção de vinho artesanal – uma tradição no contexto pesquisado. Neste aspecto, o informante A.Z. contou que sua família utilizava cerca de 2,5 toneladas da matéria-prima para o vinho colonial⁷⁸. Outro, por sua vez, reforçou que:

⁷⁸ Entrevista concedida à Natalia Palhoza em 13 de dezembro de 2018.

Primeiro vendia uma parte da uva. Tirava aquela que tinha que tirar pra vender. Daí, então, tirava a uva pra fazer o vinho pra gente. Mas só que, pra gente, não precisava tanta coisa. Num dia tirava uva sobrando tempo pra fazer pra gente. Fazer vinho pro gasto. E o resto que sobrava daí na parreira, vendia, levava pra cantina.⁷⁹

Ao ser vinificada pela própria família, transformada em doce ou consumida *in natura*, a uva assumia a condição de valor de uso para seus próprios produtores. Todavia – como indica o relato acima, não era essa a razão pela qual os pequenos agricultores a cultivavam: “primeiro vendia uma parte da uva”. Sua relevância maior se dava na medida em que ela se tornava valor de troca, ou seja, quando virava mercadoria, matéria-prima para indústria de sucos e vinhos. Em outros termos, isso quer dizer que a utilização da uva no âmbito doméstico atendia apenas a algumas necessidades da família, mas não a todas. E, estas outras necessidades só eram compensadas no momento em que a uva se transformava em mercadoria, depois no dinheiro que era convertido em itens indispensáveis à autoconservação familiar.

Essa relação mercantil que adquiria caráter de necessidade para a pequena propriedade revela duas questões fundamentais. A primeira delas é que havia uma interdependência substancial entre as propriedades familiares e a indústria. Neste processo, os agricultores historicamente expropriados das condições sociais para produzir vinho comercializável, tornavam-se fornecedores de matéria-prima. A segunda questão, intimamente ligada à primeira, desvela que estes pequenos proprietários, mesmo sendo donos de terras – isto é, de meio de produção – precisavam do próprio trabalho para a sobrevivência. Trabalho este cuja execução era essencialmente manual, pautado na força física e na tração animal, em jornadas que variavam de acordo com a época do ano e sua demanda por labor.

Ademais, verifica-se ainda que o trabalho na pequena propriedade familiar envolvia todos os membros da família, inclusive as crianças. Estas – conforme indicam as bibliografias, os relatos e, principalmente, as fotografias pulverizadas neste capítulo – tiveram protagonismo desde o momento da imigração dos italianos para o Brasil, quando morriam nos navios ou eram classificadas como trabalhadoras em potencial; nos cafezais do Sudeste; no estabelecimento nas colônias no Rio Grande do Sul, em que trabalhavam junto aos seus pais, por exemplo, derrubando a mata; bem como nas novas migrações que eventualmente ocorriam, como no caso dos gaúchos em direção ao meio-oeste catarinense. E, nesta região, novamente na abertura da mata nativa, no início das plantações e, especificamente na vitivinicultura – a maior fonte de

⁷⁹ Entrevista concedida à Natalia Palhoza em 07 de dezembro de 2018.

renda familiar para as famílias estudadas, em que contribuíam com sua labuta nas diversas etapas do processo produtivo.

3 PEQUENOS GRÃOS QUE ALIMENTAVAM A INDÚSTRIA: O TRABALHO INFANTIL NA VITIVINICULTURA VIDEIRENSE

A produção vitivinícola no município de Videira/SC se originou com a instalação dos colonizadores provenientes do Rio Grande do Sul no início do século XX. A uva era produzida nas pequenas propriedades familiares e, majoritariamente, comercializada como matéria-prima para a indústria de sucos e vinhos. Mas, mais do que isso, é importante ressaltar que a força de trabalho que pleiteava a produção das videiras provinha da própria família: pais e filhos trabalhavam no cultivo e na colheita da fruta. É em virtude dessa particularidade que, para compreender a inserção das crianças na vitivinicultura local no século passado – objetivo desta pesquisa – se fez necessário entender a família e a divisão das tarefas estabelecidas em seu interior. Neste sentido, Trotsky (1980, p. 49) afirma que “as relações e acontecimentos internos de uma família são, devido à sua própria natureza, os mais difíceis de investigar e os menos sujeitos à estatística”. Além da necessidade de situar a unidade familiar historicamente (HELLER, 1980), há fatos que a cercam e que se vinculam à esfera do privado, do íntimo, e são resguardados do público por silêncios e omissões. Historicamente, essa separação entre o público e o privado, invisível e intocável, permitiu que violências de gênero e de geração ocorressem e fossem “abafadas” – resultando em ditados populares como “em briga de marido e mulher não se mete a colher!”.

Esse fato fica claro nesta pesquisa quando se considera a constituição das unidades familiares a partir de núcleos de indivíduos ligados por laços consanguíneos – pai, mãe e filhos – que viviam em locais isolados das demais famílias da comunidade e eram corresponsáveis pelo sustento de seus membros (MARIE, 1980). Este padrão familiar é típico do modo de produção capitalista, resultando de transformações sociais e históricas (ENGELS, 1984). Em outros termos, é o mesmo que dizer que a humanidade já adotou as mais diversas configurações de relacionamento familiar, tais quais a poliandria e a poligamia. A monogamia nasce somente no momento social em que se institui a propriedade privada e se torna necessário fazer a sucessão de heranças aos filhos⁸⁰. Isso se justifica porque, diante da ausência de exames de

⁸⁰ A origem das relações monogâmicas remete aos povos antigos de Roma, Esparta e Grécia (ENGELS, 1984), mas também se consolida no atual modo de sociabilidade. “Iniciando-se com o desenvolvimento da civilização que, repetimos, coincide historicamente com o nascimento da sociedade de classe, a não constância da moralidade ética assumiu novas formas no terreno dos contatos sociais. Deste modo, uma certa variação desenvolveu-se entre diferentes classes e estratos dentro de uma mesma sociedade. Ao mesmo tempo, surgiu a instituição do casamento baseado na propriedade privada, juntamente com a desigualdade do homem e da mulher nas relações familiares e sexuais. A influência da propriedade privada nas relações familiares e sexuais desenvolveu características

paternidade, era impossível identificar os herdeiros de um homem caso a mulher se relacionasse sexualmente com vários parceiros. Da mãe, por sua vez, ninguém duvidaria quais eram os filhos. Em virtude disso, tende-se a controlar o corpo feminino e tolher seus envolvimento com parceiros do sexo oposto.

Esse elemento é particularmente interessante no contexto analisado considerando a grande relevância que a sucessão das terras tinha na própria reprodução daquele conjunto de relações. Como pequenos proprietários rurais, os indivíduos mantinham uma estreita relação com a terra: era por meio dela que produziam as mercadorias que comercializavam para a própria manutenção da existência da família. Os filhos, quando adultos e casados, recebiam dos pais uma gleba de dimensão suficiente para que continuassem vivendo como pequenos proprietários. Essa relevância atribuída à sucessão dos terrenos ficou evidente quando – diante da impossibilidade de se adquirir novas terras nas colônias gaúchas para este fim – as famílias passaram a colonizar a porção oeste de Santa Catarina. Consequentemente, na mesma medida que a herança era indispensável, os casamentos eram substanciais: a fidelidade prometida no altar da igreja consistia no atestado necessário para que a propriedade privada continuasse se reproduzindo adequadamente dentro daquelas famílias.

Essa posição determinante que a propriedade privada adquire diante dos relacionamentos afetivos e sexuais demarca a superioridade do social sobre o biológico (ENGELS, 1984; HELLER, 1980). Todavia, no contexto do modo de sociabilidade capitalista, o caráter de propriedade perpassa a condição material e alcança também as relações entre os sexos. A mulher perde sua autonomia e é submetida à posse, à autoridade do marido; o homem assume a posição de chefe e cabe a ele tomar as decisões fundamentais para toda a família. Neste sentido, pode-se observar um exemplo concreto nas memórias narradas por uma entrevistada desta pesquisa. Ela contou que se casou em Videira, depois migrou para o Paraná e para o Mato Grosso. Sobre essa última migração, nas palavras dela: “eu não queria, nós estávamos bem arrumados [...] Eu não queria, mas *para obedecer ele...*”⁸¹. Ao demonstrar a submissão da sua vontade à do marido, a participante revelou o primeiro elemento da divisão familiar do trabalho entre os sujeitos pesquisados e, conseqüentemente, na sociedade

permanentes visíveis em todas as estruturas de costumes existentes – que, a despeito de sua persistência, não representam valores humanos universais, pois estão inseridos no processo de alienação” (HELLER, 1980, p. 33 - 34). Desta forma, as pautas de liberação feminina – defendidas amplamente na atualidade – jamais serão realizadas de modo pleno no capitalismo (MARIE, 1980): por ser calcada na materialidade das relações de propriedade, é preciso, necessariamente, suprimir a propriedade privada para que haja reflexo nos papéis socialmente atribuídos ao sexo feminino.

⁸¹ Entrevista concedida à Natalia Palhoza em 04 de agosto de 2018.

capitalista: o homem, o pai, era o líder, enquanto a mulher e os filhos obedeciam e respeitavam a sua autoridade.

Em relação a esta divisão sexual do trabalho no interior da própria família, é necessário ainda considerar a cisão entre as esferas pública e privada. Ambas, ao longo da história, adquiriram contornos e limites distintos. Todavia, a partir do século XIX – com o afastamento do homem do lar para o trabalho nas fábricas – o espaço privado foi se tornando cada vez mais feminino. O homem passou a assumir as atividades públicas, que envolviam as negociações e discussões; enquanto isso, a mulher ficou restrita ao universo privado do lar, limitando-se à execução de atividades domésticas e ao cuidado com os filhos. Além disso, mesmo quando a mulher exercia atividade laboral assalariada da mesma forma que o marido, as funções do lar se mantinham, acumuladas sob sua responsabilidade, configurando-se como uma dupla jornada de trabalho (PERROT, 2010; MARIE, 1980).

Dentre as famílias vitivinicultoras em Videira/SC, no entanto, o trabalho assalariado era esporádico para ambos os sexos e não correspondia à realidade para a maioria delas. Apenas um participante homem relatou que trabalhava durante a safra da uva em uma cantina de vinhos, “porque no mês de janeiro, fevereiro, não tem quase serviço na lavoura. Então, naquela época a gente aproveitava para ganhar uns trocados por fora”⁸², conforme afirmou. Ao detalhar, o entrevistado revelou ainda que o trabalho para além da propriedade era um fato comum a outras famílias de sua comunidade:

[...] em 1987... 1988, na safra da uva, eu ia trabalhar lá em Videira. Vinham me buscar. Eu trabalhava na cantina do Ferlin... a esmagar a uva. Lá tinham máquinas pra esmagar uva. Então chegava os caminhões de uva, eles descarregavam e você virava [...] a uva dentro da ‘esmagadeira’ ali. E esmagava de cima, descia lá embaixo a uva [...]. Ia trabalhar, nós de Bom Sucesso, em oito, dez [homens].⁸³

No caso do participante, sua esposa, filhos ainda crianças e irmãs solteiras cuidavam da propriedade para que ele pudesse vender sua força de trabalho para a indústria ao longo de alguns meses. Esse trabalho assalariado temporário, como complemento à renda familiar, é chamado por Santos (1984) de “acessório”, considerando que não era constante e não correspondia à fonte principal para a sobrevivência da família. Segundo o pesquisador, em situações como essa, o campo fazia o papel de reservatório de força de trabalho para a indústria

⁸² Entrevista concedida à Natalia Palhoza em 07 de dezembro de 2018.

⁸³ Entrevista concedida à Natalia Palhoza em 07 de dezembro de 2018.

a fim de atender à demanda que crescia em certos momentos, mas voltava a se reduzir bruscamente logo em seguida.

O assalariamento não é a condição determinante para a manutenção da existência daqueles sujeitos, pois – como pequenos proprietários rurais que eram – possuíam meios de produção que lhes permitiam vender outra mercadoria que não a própria força de trabalho – neste caso, majoritariamente, uva. A família se constituía em uma unidade produtiva na qual pais e filhos utilizavam a própria força de trabalho em suas propriedades privadas, gerando valores de uso para o autoconsumo, bem como valores de troca para a comercialização. Eram eles que desempenhavam todas as tarefas na propriedade: tanto aquelas referentes ao cultivo da terra e ao cuidado com os animais, quanto as domésticas – como cozinhar, lavar a roupa, limpar a casa, também essenciais para a manutenção da própria existência. É válido ressaltar que todas essas atividades de trabalho ocorriam no âmbito privado, tendo em vista que se restringiam à propriedade da família.

Isso, porém, não eximia aquelas famílias de uma divisão do trabalho entre os sexos e as idades. O pai, além de chefe da família, era o responsável por ir à cidade fazer a comercialização de mercadorias, ou moer trigo para fabricar farinha, por exemplo. Eram quase sempre os filhos homens que, quando crianças, acompanhavam seus pais nessas atividades, ou que, na juventude, faziam o transporte da uva para a cantina com carroça e bois. Isso indicia que as funções públicas eram, naquele contexto, predominantemente masculinas. A esposa, por sua vez, assumia a responsabilidade dos trabalhos domésticos, desempenhados pela manhã já que o almoço precisava estar pronto ao meio-dia, quando todos os familiares voltavam para casa. Durante a tarde, a mulher também os acompanhava no trabalho nas produções agrícolas. Outra função delegada a ela era o cuidado com os filhos. Todavia, assim que a primeira criança crescia um pouco, esta assumia a responsabilidade de ficar com os irmãos menores enquanto a mãe ia para a roça. “Os mais velhos tomavam conta sempre dos menores. Isso era praxe!”⁸⁴ – afirmou uma entrevistada. Outro senhor completou que:

[...] naquela época, que eu era mais pequeno, eu tinha que cuidar das crianças. Eu era o mais velho, por exemplo, tinha depois de cuidar [...] Eu ia na escola de tarde, [...] a mãe e o pai iam trabalhar. E eu ficava com os meus irmãos. Cuidava deles. Eu com sete, oito anos, tinha que cuidar eles.⁸⁵

⁸⁴ Entrevista concedida à Natalia Palhoza em 07 de dezembro de 2018.

⁸⁵ Entrevista concedida à Natalia Palhoza em 20 de dezembro de 2018.

Além dos irmãos, o participante acrescentou que também cuidava dos primos. Tomar conta das crianças menores era, contudo, uma atividade preferencialmente feminina e somente nos casos em que não haviam meninas em idade suficiente para assumir tal responsabilidade, era que os meninos que o faziam. Assim, a menina – com cerca de dez anos – já se tornava encarregada do cuidado com os irmãos menores e, muitas vezes, também executava as atividades domésticas. Nas palavras de uma entrevistada, “até pra lavar a roupa, pra limpar a casa, pra fazer os servicinhos mais leves, fazer comida também, as mães deixavam a gente em casa”⁸⁶ – enquanto elas, as mães, iam à roça. Acerca disso, outra participante relatou a rigidez de sua mãe que, ao chegar em casa do trabalho agrícola, conferia se todos os serviços estavam bem feitos, caso contrário, obrigava-a a refazer. Também relatou que, como possuía mais três irmãs, era feito um rodízio das tarefas domésticas entre todas: cada dia uma menina ficava em casa, enquanto as outras iam para a roça junto aos pais⁸⁷. No período contrário, todas se juntavam aos demais no trabalho na lavoura⁸⁸.

Prado (2013), Ostetto (2005) e Scarpin (2016) corroboram que a “labuta diária dos pequenos” (PRADO, 2013) era dividida de acordo com o sexo. As meninas ficavam incumbidas de atividades referentes ao lar e ao cuidado com os animais de pequeno porte, enquanto os meninos se dedicavam ao auxílio nas funções das roças, pesca, cuidado com animais maiores – como buscar pasto para as vacas. Apenas algumas funções seriam desenvolvidas por crianças de ambos os sexos, tais quais ajuntar a lenha, por exemplo. Essa cisão das atividades na infância seria uma reprodução da divisão do trabalho relativa aos adultos e teria a função de preparar as crianças para assumirem o papel que era esperado para cada sexo quando crescessem.

Em contradição, os informantes da presente pesquisa não demarcam diretamente a separação das atividades entre meninos e meninas para além do trabalho doméstico – como visto, preferencialmente feminino. Existiam, sim, as funções próprias das crianças dentro da divisão familiar: a elas recaía desde cedo as tarefas tidas como mais leves, como coletar pasto para vacas e porcos, tirar leite, tratar as galinhas e recolher ovos. Era comum, também, que acompanhassem os pais desde cedo na roça, onde trabalhavam junto com os adultos. Nos relatos, carpir, extrair milho e carregá-lo são exemplos de atividades que aparecem como

⁸⁶ Entrevista concedida à Natalia Palhoza em 20 de dezembro de 2018.

⁸⁷ Entrevista concedida à Natalia Palhoza em 04 de agosto de 2018.

⁸⁸ Ostetto (2005) aponta que o trabalho doméstico era mais penoso do que o desenvolvido na roça: o trabalho intenso precisava ser desenvolvido com precisão e tinha hora para ser concluído: o limite era o meio-dia, a hora do almoço. Além disso, elas descansavam menos, já que, por exemplo, precisavam cuidar da louça após as refeições – enquanto homens e meninos descansavam. À tarde, caso as meninas não frequentassem a escola, também iam para a roça.

memórias de infância no tocante ao trabalho agrícola. É válido ressaltar ainda que, como as famílias eram numerosas⁸⁹ – tal qual pode ser observado nas fotografias a seguir – então “era um tropa que trabalhava junto [...]. Era toda aquela filharada”⁹⁰.

Figura 9: Retrato de família - Anastásio e Catarina Perazzoli com os filhos em 1958, Videira/SC



Fonte: Hoeller; Zago; Sinzker (2018, p. 253)

⁸⁹ Entre os pioneiros da uva e do vinho – em compilação a partir de Hoeller, Zago e Sinzker (2018) – evidencia-se uma média de 8,8 filhos por casal. As famílias numerosas não se configuram como exclusividade de Videira/SC e são notadas por outros pesquisadores nas demais colônias de ítalo-descendentes espalhadas pelo Brasil. São exemplos os estudos de Tisott (2008), Trivilin (2009), Simoni (2003), Prado (2013) e Ostetto (1997).

⁹⁰ Entrevista concedida à Natalia Palhoza em 07 de dezembro de 2018.

Figura 10: Jordão Anselmi e família, Videira/SC, sem data especificada



Fonte: Hoeller, Sinzker e Zago (2018, p. 26)

As crianças tinham atribuições de trabalho mesmo quando ainda iam para a escola – o que geralmente ocorria pela manhã. Suas funções eram, então, exercidas no período oposto. O relato a seguir, de um casal de entrevistados, ilustra um pouco do cotidiano e das tarefas que lhes eram delegadas:

Ele: O básico era descascar milho. Naquele tempo não se moía. Tratar os porcos...

Ela: É. Fazer os mais leves.

Ele: Tratar, levar milho para as vacas, tirava o leite, [...].

Ela: Tratar as galinhas, tratar as ovelhas. Cada um tinha o seu afazer, né. No caso, de manhã cedo, na minha casa era assim: levantava cedo todo mundo, os que iam pra escola, iam pra escola. Os que ficavam em casa, que eram pequenos, a mãe deixava, às vezes, dormir até um pouco mais tarde pra ela fazer os serviços. E daí, depois, acordava a piaçada, [...] dava café, aprontava um lanche e ia pra roça com todos eles, né. Desde os bebezinhos. E levavam em cestos, ou cesta de vime e ponhavam [sic] eles dentro pra ficar embaixo de uma sombra, né. Às vezes atacava as formigas, atacavam... Os coitadinhos sofriam que olha... você não faz ideia! [...] Passavam calor, caíam na terra. Ah... olha, essas mães sofriam. Deus me livre.⁹¹

As crianças, como denota o depoimento, iam para a roça desde bebês⁹². Diante da ausência de alguém dedicado exclusivamente aos cuidados destes recém-nascidos, era comum que eles permanecessem acomodados em cestos, protegidos do sol. Enquanto isso, a mãe e os

⁹¹ Entrevista concedida à Natalia Palhoza em 20 de dezembro de 2018.

⁹² Realidade similar é encontrada por Simoni (2003) no contexto de sua pesquisa intitulada “Além da enxada, a utopia: a colonização italiana no oeste catarinense”.

demais familiares ficavam trabalhando e lhes atendiam caso chorassem⁹³. Conforme iam crescendo e adquirindo maior autonomia, as crianças passavam a receber responsabilidades e funções próprias na organização do trabalho na unidade produtiva. Essas incumbências aumentavam gradativamente e, aproximadamente aos 14 anos, considerava-se que o indivíduo já estava suficientemente amadurecido para trabalhar como um adulto em tarefas pesadas, como arar a terra. Santos (1984) se depara com situação similar ao estudar as colônias gaúchas: era como se a adolescência não existisse, não tivesse significado definido para os ítalo-descendentes. Os indivíduos saltavam da condição de criança para a de adultos – ao menos no que se refere às suas funções no trabalho.

Além disso, quando a entrevistada citada acima diz que era tarefa das crianças “fazer os [serviços] mais leves”, aparenta que a divisão do trabalho nas famílias vitivinicultoras atendia a uma ordem natural, respeitando principalmente as limitações de idade. Em uma impressão imediata, não se distingue do que Marx (2017) descreve como típico da organização camponesa, em que os diferentes produtos do trabalho se configuram como valores de uso no interior da própria família. Nas famílias camponesas, “as diferenças de sexo e idade, assim como as condições naturais de trabalho, variáveis de acordo com as estações do ano, regulam a distribuição do trabalho na família e do tempo de trabalho entre seus membros individuais” (MARX, 2017, p. 153). Essa divisão “natural-espontânea”, no entanto, não pode ser verificada ao analisar mais profundamente as relações estabelecidas no interior das famílias pesquisadas – não mais camponesas, mas famílias típicas do modo de produção capitalista. Em essência, havia uma diferença radical: por mais que o trabalho ainda fosse desempenhado em âmbito familiar, sob esta forma de sociabilidade, seus produtos defrontavam-se como valores de troca no mercado. E era a necessidade de competir como produtores de mercadoria que determinava *como, quando e o quê* cada família produzia – bem como a *intensidade* do trabalho e a *qualidade* que a mercadoria deveria assumir.

Em virtude disso que, entre os entrevistados, não são raros os relatos de manuseio de instrumentos cortantes na infância, bem como de carregamento de peso, violência e coação para manter um ritmo de trabalho e jornadas longas. Isso significa a sobreposição do trabalho às próprias condições físicas das crianças. Em contradição, como uma manifestação dual da realidade, também há memórias cheias de saudade de um trabalho que, simultaneamente, dava espaço para brincadeiras, retribuições em forma de dinheiro ou presentes, conversas.

⁹³ Os irmãos mais velhos tinham que ficar “em roda”, por perto, observando se estava tudo bem com o bebê – conforme informante relata em entrevista concedida à Natalia Palhoza em 07 de dezembro de 2018.

Não é possível negar que havia efetivamente uma divisão do trabalho com atribuições de atividades próprias das crianças, mas nem sempre significava que essas funções eram leves ou sem riscos. Isso especialmente quando se tratava dos cultivos comerciais, como a uva – cujas relações de produção interessam aqui como objeto de estudo. Nos momentos de colheita, por exemplo, havia uma grande demanda por força de trabalho que repercutia diretamente nas tarefas das crianças, intensificando-as. Dito de outro modo, a divisão do trabalho no interior da família no contexto estudado era determinada não mais pelas esferas naturais e biológicas, mas pela lógica do capital, a partir do momento em que submeteu as pequenas propriedades familiares ao mercado, transformando as produções que antes eram individuais em coletivas.

3.1 “NÃO MATOU NINGUÉM, MAS DEIXOU TODO MUNDO MEIO TORTO”: O TRABALHO DAS CRIANÇAS NA PRODUÇÃO FAMILIAR DE UVAS E VINHOS EM VIDEIRA/SC

Como integrantes do núcleo familiar, as crianças participavam ativamente da produção de uvas e vinhos nas pequenas propriedades em Videira/SC. Isso ficou evidente por meio das entrevistas, fotografias e registros em livros de memória de famílias que remetem ao contexto analisado. Em cada etapa do processo produtivo vitivinícola, havia espaço para atividades desenvolvidas exclusivamente por crianças ou destes em conjunto com os pares mais velhos. Revelaram-se vivências muito similares entre os indivíduos entrevistados, sendo que muitos relatos se completam: parecem referentes a crianças que compartilharam a própria infância no mesmo espaço familiar. Mesmo que não se conheçam, o que as une é a inserção em relações de produção comuns, próprias dos núcleos coloniais italianos do meio-oeste catarinense e, mais especificamente, a produção de uvas e vinhos em suas pequenas propriedades ao longo da infância.

É interessante considerar que os participantes desta pesquisa não possuem memórias acerca do plantio dos parreirais em suas infâncias⁹⁴. Isso ocorre porque eles nasceram em um contexto no qual as vinhas já faziam parte da paisagem, desde que seus ascendentes se

⁹⁴ Um informante considera: “eu, inclusive, ajudei a erguer três parreirais. Fazer o buraco, plantar parreira e... desde fazer o buraco, desde tirar o quadro. O quadro fazia localizado [...] e tem a fileira certa. Eu ajudei a fazer três parreirais. Só que hoje não existe mais nenhum deles. Detonaram! Só existe um, aliás... Detonaram” – A.Z., entrevista concedida à Natalia Palhoza em 12 de dezembro de 2018. Todavia, não se refere ao período de sua infância. Ademais, para outra entrevistada, uma senhora que participou do processo de colonização junto com sua família, o plantio da parreira foi atribuído ao seu pai.

instalaram naqueles terrenos. Essas mudas permaneceram produzindo por longos períodos: no parreiral de um dos entrevistados, até hoje, existem algumas unidades plantadas por seu pai; na mesma comunidade – como o participante acrescenta – há exemplares com mais de 80 anos que ainda são produtivos. Essa longevidade, característica da videira, faz com que as memórias de infância dos participantes estejam atreladas com as demais fases do processo produtivo – a sulfatagem, a adubação, a limpeza do parreiral, a colheita, a vinificação artesanal, o encaixotamento. Essas etapas são determinadas pela própria biologia da planta que, no tocante do seu ciclo anual, demanda diferentes cuidados a fim de produzir adequadamente.

Nesse sentido, uma tarefa associada de forma recorrente às crianças na produção familiar de uvas era a limpeza do parreiral. Carpir sob as vinhas era uma atividade corriqueira e contínua: ocorria sempre que necessário durante o ano, de forma a manter a terra limpa, pois uma plantação cheia de mato era vista como sinônimo de desleixo por parte de seus proprietários. Então, “não podia ter nem um matinho”⁹⁵. Por vezes, quando o parreiral era suficientemente alto e largo, as famílias utilizavam arado e bois para a limpeza; porém, nas filas onde haviam as colunas de sustentação, o arado não alcançava – o que tornava inevitável o trabalho manual. Assim, por volta dos seis, sete anos de idade, as crianças recebiam uma enxada e passavam a acompanhar seus pais no trabalho de carpir. Essa tarefa era sempre feita em conjunto, já que as crianças carpavam com toda a família e nunca sozinhas.

Como as crianças eram pequenas demais para utilizarem as mesmas enxadas que os adultos, os pais fabricavam o instrumento em um tamanho menor, proporcional ao indivíduo que iria utilizá-lo. Esse fato marca a adaptação da ferramenta ao corpo do trabalhador mirim. Como a enxada dependia diretamente da força e das capacidades físicas do indivíduo que a manuseava, as limitações humanas eram determinantes na uniformidade, destreza e constância do trabalho. Do ponto de vista histórico, essa barreira foi superada com a introdução da maquinaria, que transpõe os limites físicos humanos ao transformar o homem em mero complemento da máquina. Considerando que, no contexto estudado, não havia maquinário disponível para carpir, cabia criar uma ferramenta de tamanho e peso específico para cada trabalhador, de forma a potencializar suas condições de trabalho. Era em função disso que, nas palavras de uma entrevistada, “pra cada tamanho de piizada, o pai tinha as enxadinhas”⁹⁶.

⁹⁵ Entrevista concedida à Natalia Palhoza em 09 de dezembro de 2018

⁹⁶ Entrevista concedida à Natalia Palhoza em 12 de dezembro de 2018. Neste mesmo sentido, outra participante completa – em Entrevista concedida à Natalia Palhoza em 04 de agosto de 2018 – que seu “[...] pai preparava as enxadinhas [para] cada [criança] que vinha”.

Ainda acerca do trabalho de carpir, um dos entrevistados rememorou que sempre realizava a atividade descalço. Ele contou que ganhou o primeiro sapato apenas aos dez, onze anos, quando passou sua Primeira Comunhão – um marco religioso que simbolizava, para aquele grupo de indivíduos, também o uso do primeiro calçado. Esse sapato, todavia, era exclusivo para passeio: o trabalho na roça continuava ocorrendo com os pés diretamente no chão. No momento de carpir, isso significava vulnerabilidade, ausência de proteção. Ele contou que frequentemente arrancava as próprias unhas com a enxada. E esse tipo de acidente ocorria com mais facilidade, segundo o próprio entrevistado, porque a sua família jogava palhas, canas e sabugos de milho de forma a criar uma camada orgânica e adubar o parreiral⁹⁷. Porém, na hora de carpir, esses materiais faziam a enxada deslizar, acertando os dedos, as unhas. Os cortes ocasionados desse modo eram tratados na própria casa, com banhos de ervas e sal.

Esse contexto fazia com que o participante sentisse pavor de carpir sob a parreira – como ele mesmo descreve. Isso, todavia, não significava que ele poderia deixar de fazer aquele trabalho. Quem decidia o que ia ser feito e quem iria executar eram os pais, alheios à própria vontade da criança. Então, o indivíduo simplesmente “tinha que ir”⁹⁸ e fazer. Porém, não se pode inferir que os pais estivessem escravizando os filhos ou que eles fossem cruéis e pouco sensíveis às condições de sua prole – ou qualquer outra coisa que leve a um julgamento moral. As relações estabelecidas incluíam a rotina intensa de trabalho das crianças e precisam ser entendidas como fruto das condições materiais, como síntese de necessidades e possibilidades. As pequenas propriedades, sob a organização capitalista, apresentavam-se como produtoras de matérias-primas e precisavam produzir de forma competitiva no mercado. Com seu baixo nível de tecnificação, necessitavam de mais trabalhadores para produzir uma mesma quantidade de uva do que em outras propriedades que já contavam com mais tecnologias agregadas. Além disso, havia um alto grau de submissão ao próprio ciclo da natureza, apresentando épocas com uma demanda mais intensa de trabalho. Nesse sentido, não se podia dispensar o trabalho de nenhum membro da família, independentemente da idade. O trabalho de todos os membros, incluindo as crianças, era condição *sine qua non* para a reprodução daquele grupo familiar.

Tendo em vista as condições de trabalho das famílias vitivinicultoras, é tangível que a chegada dos agrotóxicos na região – por volta dos anos 1970 – representou uma grande

⁹⁷ Essa adubação era feita também como forma de controlar uma espécie de praga da videira: a margarodes ou “pérola da terra”. Se a planta estiver bem adubada, a margarodes não prejudica seu desenvolvimento e frutificação – ambas convivem. Além disso, segundo um casal de entrevistados, a matéria orgânica deixava o solo úmido – pouco propício para o crescimento da praga.

⁹⁸ Entrevista concedida à Natalia Palhoza em 09 de dezembro de 2018.

revolução nos processos produtivos. Significou a substituição do trabalho na enxada – braçal, pesado e demorado – pela aplicação de um produto químico que tinha resultado muito mais rápido e efetivo. Assim, ocorreu uma diminuição no tempo de trabalho dispendido na produção das uvas – o que revela de modo emblemático a atuação da ciência em benefício do capital. Fica evidente ainda que aqueles sujeitos desconheciam a relação causa *x* efeito dos agrotóxicos na natureza, nas parreiras e na saúde deles mesmos, que manuseavam os produtos sem a proteção adequada. Nesse sentido, um dos participantes contou que, antes dos dez anos de idade, já trabalhava com seu pai puxando mangueiras de veneno na parreira, “sem nada [*de proteção*]! Às vezes sem chapéu na cabeça!”⁹⁹. Acabava, então, por se sujar inteiro. Ele e a esposa afirmaram que as crianças eram muito fortes naquela época, porque não adoeciam mesmo em trabalhos vistos como bastante perigosos por eles atualmente¹⁰⁰.

Há, entretanto, registros de acidentes relacionados ao manuseio de agroquímicos por crianças – como este a seguir, extraído de um livro de memórias do Dr. Karan, médico da cidade:

Passava o ano de 1975. O menino Adir auxiliava o pai, em um domingo, na arrumação do pátio e do pequeno pomar. No momento em que o pai colocou uma lata do agrotóxico Folidol no degrau da escada do paiol, Adir apanhou-a e bebeu um pequeno gole. Logo começou a se sentir mal, com dor de cabeça, opressão no peito, pupilas fechando-se em miose, vômitos, salivação e dor abdominal. Envenenamento por tóxico organofosforado. Com a cooperação de mais dois colegas, fiz aplicações repetidas de atropina em injeções intramusculares, conforme era recomendado, mas o menino morreu na mesma tarde. (KARAN, 2000, p. 119)

O caso relatado envolve a ingestão de uma quantidade letal de agrotóxico. Existem, porém, outras formas de contaminação: durante a aplicação, resquícios podem ser absorvidos pelo corpo humano por via dérmica e respiratória, causando efeitos agudos e crônicos (SILVA et al., 2005)¹⁰¹. As crianças são as mais afetadas pelo contato com esses produtos devido às

⁹⁹ Entrevista concedida à Natalia Palhoza em 09 de dezembro de 2018.

¹⁰⁰ Todavia, o entrevistado relaciona a morte de seu pai de câncer com o manuseio inadequado e sem proteção de agrotóxicos, já que ele não tinha nenhum outro comportamento de risco, como fumar ou beber. Ele costumava mexer os agrotóxicos com as próprias mãos, em contato direto com sua pele, inalando os gases que a mistura exalava. Outros participantes relatam que a aplicação inadequada dos agrotóxicos sob as uvas – ou próximo demais destas – acabou por exterminar vários parreirais. Não se tinha orientação agrônômica de como usar adequadamente o produto – de forma a proteger a própria saúde e os parreirais.

¹⁰¹ De acordo com Silva et al (2005), para calcular o risco do agrotóxico no corpo humano, é necessário considerar fatores como o tempo de exposição, o tipo de contato, a combinação com outros agrotóxicos, além de características particulares do indivíduo. Os sintomas de contaminação aguda são náusea, vômito, cefaleia, tontura, desorientação, hiperexcitabilidade, parestesias, irritação de pele e mucosas, fasciculação muscular, dificuldade respiratória, hemorragia, convulsões, podendo levar à morte. Já “entre os inúmeros efeitos crônicos sobre a saúde humana são descritas alterações imunológicas, genéticas, malformações congênitas, câncer, efeitos deletérios sobre os sistemas nervoso, hematopoético, respiratório, cardiovascular, geniturinário, trato gastrointestinal,

especificidades de seus corpos em fase de desenvolvimento (CASTRO, 2009). De forma geral, os agrotóxicos aumentam o risco de adoecimento e morte como decorrência do trabalho, de forma imediata ou não. Em outras palavras, por mais que o trabalhador não apresentasse sintomas iminentes, ainda assim poderia ter se contaminado, o que eventualmente desencadearia problemas de saúde futuros.

Além disso, mesmo que nenhum dos participantes tenha relatado situações de intoxicação, relacionam a morte de conhecidos devido ao veneno e lembram nostálgicamente de uma suposta qualidade de vida que precede o uso contínuo dos agroquímicos. Contudo, em nenhum momento eles cogitam a possibilidade de eliminar esses produtos da agricultura. Os agrotóxicos fazem parte de transformações no mundo do trabalho dentro do modo de produção capitalista, repercutindo drasticamente sobre a natureza e a forma de se produzir. E, por se inserirem nesse modo de sociabilidade, tais compostos se apresentam de forma dual: na intersecção entre a facilitação da labuta na roça, do aumento da produtividade e da diminuição do tempo de trabalho com a manutenção de uma enorme indústria responsável pela fabricação da mercadoria ‘veneno’.

Em suma, para os pequenos proprietários, os agrotóxicos significaram a liberdade do trabalho com as enxadas – sempre acompanhada da estafa e, muitas vezes, de machucados imediatos e desgastes físicos a longo prazo. Efeitos estes que eram potencializados pelo início da labuta em idade precoce e pelas longas jornadas naquela função repetitiva. Paralelamente, porém, essa troca veio associada à adesão de produtos com alto risco de intoxicação, com possibilidade de danos à saúde a curto, médio e longo prazo¹⁰². Trocava-se um veneno por outro, conforme a analogia de um participante:

Entrevistado: Era só o que quase usava, sulfato antigamente. O maior veneno que tinha antigamente, que nós usava era a dita enxada.

Pesquisadora: Enxada?

Entrevistado: Porque era um veneno para nós. *[risos]*

Entrevistada: Não matou ninguém. *[risos]*

Entrevistado: Não matou ninguém, mas deixou todo mundo meio torto, porque carpia o dia inteiro. Era tudo carpido.

Entrevistada: Carpir. “Carpinado”. Não tinha o veneno para passar.¹⁰³

hepático, reprodutivo, endócrino, pele e olhos, além de reações alérgicas a estas drogas, alterações comportamentais, etc.” (SILVA et al., 2005, p. 898).

¹⁰² Em todas as entrevistas o assunto da utilização de agrotóxicos foi recorrente. Os indivíduos demonstraram grande preocupação com a qualidade das frutas que são consumidas, considerando que os venenos possuem um período de carência que – segundo eles – muitas vezes não é respeitado pelos produtores.

¹⁰³ Entrevista concedida à Natalia Palhoza em 09 de dezembro de 2018.

À lógica de raciocínio proposta pelo entrevistado, soma-se a definição de veneno segundo o dicionário: “substância que mata seres vivos ou os torna doentes” (VENENO, 2018). De forma análoga, a enxada também poderia ser “veneno” porque, mesmo não sendo substância – mas uma ferramenta –, ofendia a integridade física do indivíduo envolvido na produção vitivinícola.

Além disso, é válido ressaltar que, apesar dos agroquímicos facilitarem uma parte do processo, não substituíram todos os cuidados dispendiosos com as videiras ao longo do ano. Por exemplo, havia o processo de sulfatagem – um tratamento composto pela mistura de sulfato de cobre, cal e água, que formava a chamada “calda bordalesa”. Sua função era proteger a parreira do ataque de insetos e fungos. O produto era espalhado na plantação de forma manual, com uma periodicidade que variava de acordo com o terreno, com o desenvolvimento das videiras, com a quantidade de chuvas. De forma geral, era repetido de três à cinco vezes em cada ciclo da planta¹⁰⁴.

Por meio de suas memórias, um dos entrevistados sintetizou o trabalho de sulfatar, bem como as transformações tecnológicas que ele acompanhou ao longo de sua infância e adolescência¹⁰⁵:

Primeiro passava nas costas, colocava a máquina nas costas. Um levava com um balde, fazia o sulfato. Era o mesmo que diluído o cal, diluído o sulfato e colocado aquele em uma barrica de madeira. O mastel que diziam. Era desmanchado e depois era mexido e pegava os baldes. O falecido pai pegava uma fileira pra fazer [...] Ele ia passando. Outros dois pegavam um galão de 20 litros, levava para ele [*o pai*] não fazer duas viagens. Eles tinham uns paus, colocavam às vezes dois galões. Uma irmã minha na frente e outro atrás, levavam. Chegavam lá, despejavam um; ia lá, despejavam outro, até que o meu pai ia sair de uma fileira. Voltavam, pegavam mais dois e iam levando assim. E passado... a máquina era bombada aqui e com a mão pulverizando. Depois veio os tanques de concreto [...]. Faziam lá no morro e ela vinha por gravidade. [...] Depois mudaram mais ainda. E foi mais sofisticado. Faziam o tanque de água no meio das parreira ou num canto pro lado de fora. Aí tinha o tanque principal, tinha uma máquina motorizada. Primeiro à mão, né. Tinha uma máquina à mão [...] que arroteava assim, botava duas mangueiras [...] e aí os caras tocavam a mão. [...] Precisava dois: um tocava dez minutos, o outro pegava pra daí continuando a pressão. [...] E daí depois veio o tal de motor. Era um sossego. Um ficava mexendo o sulfato

¹⁰⁴ “Durante o ano você cuidava a parreira por exemplo, a partir do mês de agosto. Julho. Podava a parreira, deixava ela tudo bem bonitinha, podadinha. Aí ela brotava. Ela brotava, brotava toda a brotação nova. Então aquela brotação nova que ela fazia, ali saia a uva. Daí então tinha que passar o sulfato” – entrevista concedida à Natalia Palhoza em 07 de dezembro de 2018.

¹⁰⁵ Esse processo segue sendo desenvolvido até a atualidade, salvas as transformações tecnológicas que medeiam a atividade, bem como a associação com outros produtos. Nas palavras de um entrevistado – em entrevista concedida à Natalia Palhoza em 07 de dezembro de 2018 – “antigamente era só sulfato. Hoje já tem um monte de tratamento. Hoje já fazem tratamento com o Dithane, com Manzate, com Rodomil, [...] mas o sulfato nunca foi dispensado, porque tem que dar umas duas passadas”. Nos dias de hoje, a sulfatagem é mecanizada, realizada por meio de trator e pulverizador.

só, e cuidando o motor [...] Dois iam com a mangueira ali e o outro puxava a mangueira até lá. Quando o cara chegava no final da fileira tinha que voltar [...].¹⁰⁶

Evidencia-se que, mesmo com a adesão do motor, a sulfatagem ainda demandava bastante trabalho manual. Esta etapa do processo produtivo vitícola era uma atividade difícil, independentemente do modo de aplicação utilizado: se com a bomba nas costas, havia o peso e o cansaço com o esforço repetitivo, além do trabalho de puxar os galões do sulfato até a roça; se desempenhado com bomba, mesmo que tocada mecanicamente, era necessário puxar mangueiras pesadas por toda a extensão do parreiral. Por isso, segundo os entrevistados dessa pesquisa, a atividade era executada somente por adultos e jovens a partir dos 15 anos de idade – que também eram considerados adultos dentro daquelas unidades produtivas. Entretanto, as fotografias que se seguem demonstram que as crianças não se encontravam desvinculadas da sulfatagem. Elas estavam presentes junto com os demais membros de sua família. Nas fotos, inclusive, as crianças posam como trabalhadoras, segurando mangueiras e galões.

Figura 11: Família Brandalero sulfatando o parreiral em sua propriedade na comunidade de Anta Gorda, atual Videira/SC – sem data especificada



Fonte: Acervo do Museu do Vinho Mário de Pellegrin

¹⁰⁶ Entrevista concedida à Natalia Palhoza em 12 de dezembro de 2018.

Figura 12: Colonos sulfatando os parreirais das famílias Menegola - Balvedi no interior da Vila de Perdizes, em 1930



Fonte: Acervo do Museu do Vinho Mário de Pellegrin

Figura 13: Outra imagem da família sulfatando os parreirais das famílias Menegola - Balvedi em 1930, em Perdizes/SC



PARREIRAL DO SR. LUIZ ROMAN EM SOCIEDADE COM O SR. CAETANO BALVEDI. LOCALIZADO NO ALTO DA ATUAL RUA BOGONI. PERDIZES (S.C.) - 1930 .

Fonte: Exposição de longa duração do Museu do Vinho Mário de Pellegrin

Por significar o congelamento de um instante, é impossível certificar se aquelas crianças estavam efetivamente trabalhando ou apenas posando para um retrato. Todavia,

conforme indica Maria Ciavatta (2002), a fotografia – como objeto de percepção e documentação acerca do mundo do trabalho em suas diferentes épocas – faz um jogo de “claro-escuro”: ao mesmo tempo em que revela a essência das relações estabelecidas, esconde-as sob sua aparência (composição, iluminação). Com esse pressuposto, nota-se nas fotos acima¹⁰⁷ a presença de crianças de diferentes idades – há uma que aparenta cinco anos; outras, dez, onze. Em uma foto, um menino segura uma mangueira, já em outra, outro menino tem em mãos um galão. As crianças menores apenas estão próximas aos equipamentos e aos demais familiares, com as mãos livres. Isso, presumivelmente, vai ao encontro do que as fontes orais revelam: os mais velhos – apesar de ainda não serem adolescentes – trabalhavam com os adultos na sulfatagem; os mais novos não. Estes, mesmo assim, se encontravam acompanhando os mais velhos no ambiente de trabalho.

Mais um indício da participação de crianças na atividade de sulfatar foi retirado do livro “História da família de Dosolina Binotto e Eugênio Menegazzo”, em uma sessão intitulada “Façanha das crianças”¹⁰⁸:

Outra lembrança viva na memória dos irmãos mais velhos é que estavam quase sempre descalços ou de pé no chão. Minha mãe - Verginia - nos relatou que em uma ocasião ela e os tios foram levar sulfato para o nono que estava sulfatando as parreiras. Eles deixaram os galões com o produto próximo a um tronco de pinheiro que estava caído no chão e sentaram para descansar. De repente ela sentiu que alguma coisa estava passando por baixo do seu pé e quando olhou viu uma cobra. Chamou o nono que com um pau matou a serpente. Era uma jararaca. O nono chamava de cruzeira porque tinha uma cruz na cabeça. Segundo ele, era uma cobra muito venenosa, muita sorte não tinha acontecido o pior. (SANTOS, 2012, p. 53-54)

Aqui não apenas se torna evidente o trabalho das crianças na sulfatagem das parreiras, como também elucida-se um risco ao qual estes sujeitos eram submetidos ao serem inseridos nas atividades vitícolas: acidentes com animais peçonhentos. Novamente, o perigo se intensificava como decorrência da falta de proteção nos pés, pela ausência constante de calçados – como também pode ser verificado se observadas as Figuras 11, 12 e 13. Silva *et. al.* (2005) aponta que, apesar de muito comuns, acidentes com cobras e outros animais peçonhentos dificilmente são relacionados ao trabalho. Ambos, porém, podem ser considerados imbricados no contexto estudado, considerando que a presença de cobras era uma característica insalubre

¹⁰⁷ As fotografias 12 e 13 são registros da mesma família, aparentemente, sequenciais. É possível notar que as imagens trazem ângulos diferentes e que aparecem crianças distintas em cada uma delas.

¹⁰⁸ O que permite a inferência de que o fato narrado ocorreu na infância, mesmo que a idade não esteja especificada.

do ambiente em que as atividades eram realizadas. Trabalhar era se submeter ao perigo de ser picado – algo que poderia evoluir para morte caso não houvesse tratamento imediato¹⁰⁹.

Acerca especificamente do contato com a calda bordalesa, nenhum risco foi citado pelos entrevistados. Eles fizeram questão de frisar que antigamente “era usado só sulfato”¹¹⁰, atestando-o como inofensivo à saúde em relação à utilização de agrotóxicos. De fato, o composto possui mais baixa toxicidade se comparado a outros pesticidas (FARIA *et al.*, 2000), mas isso não significa a ausência de efeitos negativos à saúde. Na bula de um produto comercializado atualmente constam precauções como evitar o contato com a pele, proteger olhos, nariz, usar roupa apropriada. Os riscos associados são rinite, intoxicação, danos aos rins e fígado (considerados raros, já que a ingestão do produto tende a causar vômito imediatamente). Diferente dos demais agroquímicos, não há período de carência prescrito para que os indivíduos entrem na parreira após a aplicação do sulfato de cobre. Todavia, ainda assim é possível encontrar relatos de acidentes com sulfato de cobre – não entre os entrevistados, mas novamente no livro “História da família de Dosolina Binotto e Eugênio Menegazzo”:

Por volta de 1955 ou 56, o tio Miro motivado pelos sacerdotes missionários que visitaram escolas de Videira convidando os meninos para irem com eles para o seminário, pediu ao nono que o deixasse ir com eles. O nono deu a permissão. Quando pequeno por descuido dos mais velhos, o tio Miro estava brincando perto de um preparado de sulfato e cal para pulverizar as parreiras. O tio teve contato com estes produtos que ocasionaram rachaduras nas suas mãos e nos pés. Ele foi logo socorrido, mas teve sempre as mãos e os pés ásperos e manchados. Os nonos viram, então, que ele não conseguiria trabalhar na agricultura e sempre o incentivaram a estudar. Haviam pensado na possibilidade de que ele seguisse a vida religiosa. As famílias na época incentivavam os filhos para que fossem padres e freiras devido à forte ligação que tinham com a igreja. (SANTOS, 2012, p. 66-67)

Neste caso, torna-se perceptível não apenas possíveis efeitos colaterais do contato desprotegido com a calda bordalesa, mas também a condição pelas quais as crianças acompanhavam os mais velhos na sulfatagem. Os pais e irmãos maiores concentravam-se no serviço e acabavam deixando os pequenos sem supervisão. Desta forma, ampliavam as chances da ocorrência de acidentes. Outra questão que emerge do trecho supracitado é que o valor de

¹⁰⁹ Um dos casais entrevistados abordou a questão da picada de serpentes. O senhor relatou que foi picado na perna por uma quando era adolescente e estava roçando um terreno com sua família. A espécie da cobra, urutu cruzeiro, é muito peçonhenta e letal para os humanos. A primeira reação da sua família foi procurar um indivíduo da própria comunidade responsável por aplicar antídotos. Todavia, acabou recebendo o soro para a cobra errada, mediante uma série de desencontros. Precisou, então, ir ao médico no hospital da cidade, onde ficou internado por dias. A esposa comenta que as cobras dificilmente picavam crianças, considerando que ela sempre iam atrás dos adultos – portanto, estes eram os mais suscetíveis.

¹¹⁰ Entrevista concedida à Natalia Palhoza em 09 de dezembro de 2018.

um indivíduo era medido por sua capacidade de trabalhar, produzir – logo, de *dignamente* prover o próprio sustento através do trabalho cooperado no núcleo familiar. Mesmo como decorrência de um acidente de trabalho que pudesse fragilizar a saúde e a condição de trabalhador do indivíduo, não era bem aceita a sua existência sem labuta. Por isso, uma solução viável era seguir carreira religiosa. A figura do padre era muito respeitada, como um verdadeiro representante de Deus na Terra. Era uma compensação nobre o suficiente para superar a impossibilidade de trabalhar na roça¹¹¹.

A exaltação ao trabalho como uma virtude é observada por Thompson (1987) como uma característica que acompanha a ascensão do capitalismo. Ao analisar a formação da classe trabalhadora na Inglaterra, o pesquisador percebe que os trabalhadores foram induzidos a *amar* o trabalho através de punições físicas ou mesmo porque era a única possibilidade para a sobrevivência daqueles indivíduos desprovidos dos meios de produção. Neste processo, o trabalho ganhou também forte exaltação religiosa: o *poder transformador da cruz* condicionava ao *reino dos céus* apenas os trabalhadores. O sofrimento terreno, diretamente ligado à labuta em péssimas condições, seria compensado com uma eternidade no paraíso. Em contrapartida, a “vagabundagem” era passível do que seria a pior de todas as punições: a danação eterna. Assim, construiu-se e se perpetuou a imagem social de que o indivíduo bom e virtuoso é aquele que trabalha – isso, claramente, nos padrões morais forjados sob o modo de produção capitalista, que se reproduz até a atualidade.

Por fim, além daqueles já citados, há de se considerar mais um trabalho executado pelas crianças na produção familiar de uvas: o controle de formigas. Tais insetos causam prejuízos de grande monta nos parreirais, cortando brotações, folhas e até mesmo os cachos¹¹². Um dos entrevistados revela que as formigas comprometem uma grande extensão do parreiral de um dia para o outro, tendo em vista sua atividade intensa, incessante e coordenada. Fazia-se necessário, então, identificar o ataque da praga e, imediatamente, localizar o ninho a fim de exterminá-lo com a aplicação de arsênico com uma bomba de fole. O arsênico é mais um exemplo de produto químico comumente aplicado na época e que atualmente tem sua utilização

¹¹¹ Outra possibilidade era o prosseguimento nos estudos a fim de obter qualificação para trabalhar na cidade – aqui, valorizada também pela exaltação ao trabalho.

¹¹² “As formigas cortadeiras, tanto as saúvas (*Atta* spp.) quanto as quenquêns (*Acromyrmex* spp.) causam sérios danos à videira devido ao corte de folhas, brotos e cachos. O ataque de formigas é prejudicial em qualquer fase do ciclo, porém, o dano é maior na fase de formação da planta, quando paralisa o crescimento” (BOTTON; SORIA; HICKEL, 2003).

e venda restrita devido à alta toxicidade para o solo e para os humanos¹¹³. Durante a infância dos participantes desta pesquisa, porém, era a única opção para combater os ataques das formigas nas plantações.

A função de “catar formigas” era dispendiosa, considerando que o inseto se utiliza de túneis subterrâneos para transportar o alimento até o ninho. Era necessário, então, “pegar no buraquinho do caminho delas, entrar com o dedo e ir atrás até achar. Se tu achasse uma raiz, tinha que cortar [...]”¹¹⁴. A atividade, inclusive, poderia comprometer a folga familiar do domingo, como completou outro participante. Esse dia sempre era atribuído ao descanso, às obrigações religiosas e, no caso das crianças, à brincadeira. Mas, “[...] se [*as formigas*] estavam comendo [*a uva*] tinha que dar um jeito de catar o ninho”¹¹⁵, indiferente do dia da semana. Os trabalhadores, dentro das relações estabelecidas na pequena propriedade, não tinham como prever eventualidades como esta, também não podiam delegá-las a outras pessoas – a força de trabalho da produção era essencialmente familiar. Isso significa que até mesmo o único dia da semana destinado ao descanso era determinado pela necessidade de produzir a mercadoria uva. Se a demanda da parreira lhes tornasse necessário, trabalhava-se todos os dias.

3.1.1 Colher a uva, recolher cada grão da uva

A memória mais marcante do trabalho vitícola na infância dos participantes dessa pesquisa foi a colheita da uva. Esse processo era realizado essencialmente com força de trabalho humana e mobilizava todos os membros da família em jornadas que se estendiam ao longo de todo o dia, por cerca de um mês¹¹⁶. Os cachos da fruta eram retirados dos galhos e acondicionados em cestos pelas mulheres, idosos e crianças – indivíduos com menor força muscular. Até que os braços agentassem o peso das grandes cestas de vime, a colheita ocorria com a utilização de apenas uma das mãos. Depois, os recipientes eram postos no chão e completados com os cachos jogados. Por vezes, utilizava-se uma espécie de cesta em formato

¹¹³ O arsênico era vendido livremente há cerca de trinta anos, mas, na atualidade, é comercializado apenas em laboratórios e no mercado negro (FOLHA ONLINE, 2005). O arsênico é cancerígeno, pode causar lesões no fígado, nos rins, coração e pulmão – além de levar à morte em poucas horas, no caso de ingestão (NAVA-RUIZ; MÉNDEZ-ARMENTA, 2011).

¹¹⁴ Entrevista concedida à Natalia Palhoza em 12 de dezembro de 2018.

¹¹⁵ Entrevista concedida à Natalia Palhoza em 09 de dezembro de 2018.

¹¹⁶ A colheita ocorria entre os meses de janeiro e fevereiro, quando a uva estava madura. Ressaltando as transformações que a produção sofreu com o passar dos anos, um informante considera que, antigamente, a colheita acontecia nesse período, mas “[...] hoje não. Hoje já começa nos primeiros dias de janeiro, já a uva está madura, pro Natal já tem uva madura. É tudo diferente. Já é tudo mais precoce as coisa né? Mudaram muito” - Entrevista concedida à Natalia Palhoza em 07 de dezembro de 2018.

de cone, chamado “cestel”, como pode ser observado na fotografia 14. Neste caso, depois de cheio, as uvas eram despejadas em outra caixa ou cesto maior, que ficava no chão. Os homens “que fossem de meia idade”¹¹⁷, carregavam as uvas para fora do parreiral manualmente ou com a ajuda de um carrinho de madeira¹¹⁸. O trabalho de puxar a uva era intensificado pelo relevo íngreme do terreno, obrigando os trabalhadores a se revezarem na tarefa. Além disso, o período da colheita da uva é predominantemente chuvoso, acarretando em barro, mais um obstáculo no trabalho das famílias. Na fotografia 15, a seguir, é possível perceber como era o ambiente de trabalho sob o parreiral.

Figura 14: Cestel, espécie de cesto de vime específico para o trabalho na colheita da uva



Fonte: Registro da pesquisadora da exposição de longa duração do Museu do Vinho Mário de Pellegrin

¹¹⁷ Entrevista concedida à Natalia Palhoza em 12 de dezembro de 2018

¹¹⁸ “E, antigamente, por exemplo assim, chegava na hora da colheita, eu lembro que nós tinha a parreira grande lá em cima. Ela tinha duas estradas. Tinha 180 metros de comprimento, e ela tinha duas estradas lá, uma 45m, então você puxava a uva de lá do final até nos 45 e daqui do meio, dos 90 até nos 45. Ou com um carrinho de mão, ou na mão. [...] E ali daquela estrada descia a carroça, ou a zorra com os bois, ou a carretinha, que tinha uma carretinha com os bois. Então era puxado tudo ali” – entrevista concedida à Natalia Palhoza em 09 de dezembro de 2018.

Figura 15: Produção de uvas nos parreirais de Manoel Roque dos Santos na Vila de Perdizes, década de 1930



Fonte: Acervo do Museu do Vinho Mário de Pellegrin

Em algumas famílias, as crianças também participavam do transporte da uva para fora do vinhedo. Quando pequenas, elas eram responsáveis por levar caixas vazias de volta para a parreira em cima de um carrinho de madeira. “Daí conforme a piazada ia crescendo, então [...], pra levar de volta, carregava uma caixa em cima do carrinho e levava. Daí os maiores carregavam duas, três, dependendo a idade”¹¹⁹. A imagem a seguir mostra as crianças e jovens – sorrindo e descalços – segurando caixas de uva sob o parreiral:

¹¹⁹ Entrevista concedida à Natalia Palhoza em 09 de dezembro de 2018.

Figura 16: Família de José Ferlin e Maria Vanz Ferlin na colheita da uva – década de 1930, Perdizes/SC



Fonte: Acervo do Museu do Vinho Mário de Pellegrin

Os procedimentos adotados na colheita eram diretamente determinados pelo destino que seria dado à produção. Quando dirigidas para a venda nas vinícolas videirenses, as uvas eram alocadas a granel em bigunchos e transportadas pelas famílias até o destinatário por meio de carroças. Em contrapartida, se as uvas fossem para São Paulo, era necessário um cuidado maior no acondicionamento dos cachos. No porão das casas, nos paióis, a uva era embalada em pequenos caixotes de madeira, com cerca de cinco ou dez quilogramas. Nestes casos, quem encaixotava a uva eram as mulheres enquanto os homens a colhiam na parreira. Há relatos de que idosos e crianças trabalhavam montando os caixotes: a família comprava a madeira, pregava em formato de caixa, colocava a uva, “aí pregava duas tabuinhas em cima e depois vinha o caminhão e carregava”¹²⁰. Os caixotes também poderiam ser levados à estrada de ferro e despachados por meio do trem.

A atenção mais rigorosa com as uvas destinadas à São Paulo era uma decorrência das exigências do mercado. Como a fruta seguia para aquele estado sem necessariamente estar vendida, precisava estar bem acondicionada, apresentar boa qualidade e aparência. Era assim que as mercadorias se destacavam diante de seus compradores. E, nestes casos, comercializar

¹²⁰ Entrevista concedida à Natalia Palhoza em 12 de dezembro de 2018

as videiras era condição essencial para a reprodução da pequena propriedade e da vida de todos os familiares – não o fazer poderia significar endividamento, bem como ausência de recursos para a subsistência individual. O trecho a seguir mostra esse movimento:

Durante a safra da uva os cuidados redobravam, pois os negócios com compradores de São Paulo aumentavam e os lucros precisavam cobrir as despesas com as parreiras e ainda sobrar finanças para que a família pudesse passar o ano sossegada e satisfeita pelos resultados obtidos com muita dedicação e afinho. Por isso o nono era exigente, queria higiene e muito capricho no acondicionamento e embalagem dos cachos de uva nas caixas de madeira, com boa aparência, para que quando fossem levadas de trem para os postos de vendas dos mercados de São Paulo, fossem bem apreciadas e tivessem boa aceitação. Mais tarde iam de caminhões fretados pelos negociantes paulistas. (SANTOS, 2012, p. 49)

É válido considerar ainda que tais “cuidados redobrados” com a uva enviada ao estado paulista começavam ainda no parreiral. O ponto de colheita era precoce em relação àquela destinada à vinificação imediata, que precisava estar bem madura e doce (BALDISSERA *et al.*, 2016). A uva menos amadurecida tinha os grãos mais rígidos e suportava melhor o transporte sem amassar. Também era necessário cautela no manuseio dos cachos, que demandavam delicadeza ao serem colocados nos cestos, depois nas caixas, de forma a evitar a perda de grãos e seu esmagamento acidental. Esses cuidados eram imprescindíveis porque a indústria não se responsabilizava por eventuais danos no transporte – à ela, interessava apenas a condição da mercadoria no momento da transação comercial.

Essa série de procedimentos resultava em um maior dispêndio de energia na produção vitícola por parte de todos os membros da unidade familiar. Sob a cobrança e a fiscalização dos próprios pares, os indivíduos precisavam estar atentos às boas práticas no manuseio dos cachos. Implicava-se em um rígido controle de qualidade cujo parâmetro era a melhor uva que a família pudesse produzir dentro de suas condições materiais. Esse padrão não era vigiado pela indústria, mas imposto mediante a possibilidade real da não circulação daquela mercadoria: as uvas mais bonitas vendiam antes, tinham preço melhor; as uvas de qualidade inferior tinham descontos, não vendiam. Em outros termos – como os agricultores não plantavam uvas para atender às próprias necessidades – havia uma subordinação da organização do trabalho no interior da pequena propriedade familiar aos interesses da indústria. Não bastava produzir uvas, era necessário fazê-lo de forma que as vinícolas aceitassem como adequado.

Além da qualidade, a quantidade de vinhas produzidas tinha grande relevância para os pequenos produtores familiares, considerando que a uva vendida era mensurada por quilogramas. Quanto mais uva juntassem, maior o peso e, proporcionalmente, os rendimentos. Desta forma, as famílias se esforçavam para não desperdiçar nenhum grão sequer. É por isso

que as crianças muito pequenas – que ainda não alcançavam o parreiral para extrair os cachos – ganhavam a responsabilidade de ajuntar os grãos que caíam das mãos dos mais velhos no momento da colheita. Nas palavras de um entrevistado, as crianças “ajuntavam grão por grão. [...] Não podia perder nenhum grão!”¹²¹. Isso era intensamente policiado pelos adultos responsáveis, conforme o depoimento a seguir evidencia:

Se escapava um cacho no chão, a piaçada tinha que ajuntar. [...] E era tarefa. E os velhos eram brabos ainda. [...] Tinha uns tios lá... e naquele tempo não era o pai e a mãe que mandavam nos filhos. Era o tio, o cara que comandava a colheita da uva. Que reuniam família, naquele tempo. Colhiam... Nós era três parreirais. Hoje vamos colher lá na tua casa. Ia todo mundo lá. Você que mandava. Amanhã lá na [*nome da esposa*], era ela. Depois da manhã aqui, era eu que mandava. Então era tudo assim. Aí caía no chão, e aquele tempo, normalmente... principalmente a minha raça lá [*sobrenome da família*], era tudo meio radical. [...] Pontapé na bunda, esse tipo de coisa, empurrava. [*As crianças*] iam atrás [*dos adultos que colhiam*]. Vinham vindo e de vez em quando o cara dava uma conferida: “Oh, sobrou uva pra trás no chão, lá. Volta lá ajuntar!”¹²²

Primeiramente, é necessário ressaltar que o entrevistado denota um tipo de relação de trabalho muito comum no contexto estudado: a troca de serviços entre famílias vizinhas e/ou parentes (MUSEU DO VINHO, 2014; BALDISSERA, 2012). Como o período da colheita da uva exigia maior quantidade de força de trabalho do que as unidades familiares dispunham individualmente, reuniam-se duas ou mais famílias para colher cada dia no parreiral de uma delas. Não havia uma remuneração salarial, mas um “escambo” pelas horas trabalhadas – cada família devolvia à outra a mesma quantidade de força de trabalho empenhada em seu parreiral. Isso incluía o trabalho das crianças, que participavam das atividades laboriosas com responsabilidades próprias. A inserção das crianças nessas relações superava aquelas estabelecidas no âmbito restrito de sua família, entre pais e filhos. Adquiriam um caráter análogo ao patrão-empregado, em que, mesmo não sendo remuneradas monetariamente, tinham que seguir um ritmo que não dependia delas mesmas, executar repetidamente suas tarefas, além de respeitar uma hierarquia superior à própria figura paterna – o chefe era o dono da terra.

No depoimento, a estratégia utilizada para que as crianças se submetessem ao ritmo de trabalho era a violência – “empurrões”, “pontapés”. Levando em consideração a distância histórica, é desta mesma forma que as crianças foram inseridos na produção fabril após a Revolução Industrial (MARX, 2017; ENGELS, 2010). Como “meia força de trabalho”, as crianças eram disciplinadas através da autoridade ditatorial de patrões – que, não raramente,

¹²¹ Entrevista concedida à Natalia Palhoza em 09 de dezembro de 2018.

¹²² Entrevista concedida à Natalia Palhoza em 12 de dezembro de 2018.

usavam força física. A intensidade e a jornada de trabalho não respeitavam a vontade e os limites corporais das crianças – que apresentavam pouca resistência, por serem mais frágeis física e psicologicamente. Se, na Revolução Industrial, as crianças precisavam seguir o ritmo das máquinas, no contexto analisado tinham que encaixar os adultos. A pressa na colheita correspondia à necessidade de retirar a uva no tempo certo e vendê-la o mais breve possível.

Dito em outros termos, ainda que as crianças estivessem submetidas ao trabalho dentro de relações essencialmente familiares – seja diretamente em suas propriedades ou mesmo fora desta, mas ainda sob o olhar de seus pais – a lógica que os regia era a da produção de mercadorias para a circulação. Assim, no trabalho sob a forma capitalista, mesmo nos espaços privados, nem sempre havia tempo para que as crianças fossem inseridas gradativamente nas atividades laborais – como ocorria antes do advento deste modo de produção (THOMPSON, 1987). Pelo contrário, produzir em grande quantidade se tornou uma necessidade, assim como aumentar a produtividade. Logo, as crianças tendiam a ser postas no trabalho com imposição de ritmo e rendimento esperado. E isso ficava mais evidente nos momentos cruciais da produção familiar, onde havia maior dispêndio de força de trabalho, principalmente na colheita da uva.

Porém, as memórias deste momento do processo produtivo não são associadas à violência por todos os entrevistados. Alguns relataram que aquele período era muito feliz, porque havia bastante gente circulando na propriedade, conversas, risos. Outros contaram que se divertiam muito, já que brincavam e chupavam uva enquanto os mais velhos colhiam os cachos. Essas memórias divertidas, contudo, são sempre associadas com o trabalho: as conversas ocorriam enquanto ajuntavam grãos; as brincadeiras, ao cuidarem dos irmãos e primos menores. Subjetivamente, há memórias felizes dos momentos de trabalho. A colheita da uva fugia à rotina da própria família, levava pessoas novas para as suas propriedades e proporcionava momentos alegres para as crianças. No entanto, a felicidade não advinha propriamente do trabalho por ser prazeroso de ser desempenhado, mas do contato humano com outros indivíduos. Como resume uma entrevistada, “[...] todo mundo trabalhava, mas todo mundo conversava”¹²³ – e conversar era bom.

A intensidade da labuta no momento da colheita poderia originar outra relação de trabalho, para além da permuta: a condição esporádica de assalariamento. Ainda que a maior parte da força de trabalho viesse dos próprios familiares, os agricultores pesquisados “pegavam uns vizinhos [...] por dia”¹²⁴, ou seja, pagavam diárias para trabalhadores externos à família.

¹²³ Entrevista concedida à Natalia Palhoza em 09 de dezembro de 2018.

¹²⁴ Entrevista concedida à Natalia Palhoza em 09 de dezembro de 2018.

Estes eram também pequenos agricultores, mas que produziam pouca quantidade de uva – apenas o suficiente para saberem executar as atividades sob o parreiral. São memórias desse processo que uma senhora entrevistada¹²⁵ mencionou. Segundo ela, o vinhedo de seu pai era pequeno, “era só pro gasto”¹²⁶, então:

[...] Quando era hora de colher uva, que o meu tio [...] Ele tinha tudo um “parreiralão” [...] Levava um mês pra colher toda a uva ele, sabe? Mas ele sempre queria que nós fosse lá, eu e a minha irmã, colher uva pra ele. E nós ia. Ficava quase um mês colhendo uva, tu sabe, todos os dia. E daí ele mandava para Porto União, não sei pra onde aquele tempo, tu sabe? Porque não tinha outros recurso, era só o trem que levava. [...] Desde os dez anos em diante nós ia. Depois, uns quantos anos quando tinha uva nós ia... Depois que minha mãe morreu, não fomos mais, [...] E daí eu estava com dezessete anos já, quando minha mãe morreu. Aí não fomos mais em volta trabalhar, não...¹²⁷

Pelo trabalho na colheita no parreiral de seu tio¹²⁸, a entrevistada e sua irmã recebiam um pagamento diário. Ela relata, sorrindo: “nós ganhávamos um *fiorin* naquele tempo por dia só. E ainda nós pensávamos que era bastante. Imagina, se ficava trinta dias, então era trinta... Ih, mas então parecia que era rico!”¹²⁹. O “*fiorin*” é uma moeda italiana¹³⁰ que, naquele contexto cultural, tinha o sentido de dinheiro na sua forma genérica. Expressava, em outros termos, apenas uma moeda brasileira cujo valor não é lembrado pela entrevistada. A sensação de riqueza causada pelo dinheiro recebido se confrontava com a realidade de um intenso trabalho dentro da propriedade de sua família que não era diretamente remunerado. Logo, ganhar uma moeda como retribuição pelo serviço prestado aparentava lucro, riqueza – um sentido maior do que a própria quantidade monetária que a moeda representava.

¹²⁵ Dos seis entrevistados, cinco pertenciam à famílias que contratavam trabalhadores para suprir a demanda gerada no período de colheita. Apenas uma senhora, de 102 anos, relata a situação como trabalhadora assalariada no parreiral de terceiros.

¹²⁶ Entrevista concedida à Natalia Palhoza em 04 de agosto de 2018.

¹²⁷ Entrevista concedida à Natalia Palhoza em 04 de agosto de 2018.

¹²⁸ O tio da participante era um dos maiores produtores de uva de Videira. Seu nome está omitido a fim de evitar a identificação da entrevistada. Nas palavras dela “ele [*o tio*] tinha bastante pipa depois, grandona, depois que ele... Ele era um homem que já tinha se feito né... Que tinha bastante, sabe? Que tinha o poder” – conforme entrevista concedida à Natalia Palhoza em 04 de agosto de 2018.

¹²⁹ Entrevista concedida à Natalia Palhoza em 04 de agosto de 2018.

¹³⁰ O nome da moeda era “Florim”. “O florim foi uma das primeiras moedas de ouro a ser cunhada depois da queda do Império Romano na Itália. Com um peso de 3,54 gramas, foi cunhado em ouro 24 quilates pela primeira vez em 1252 em Florença. O nome deriva do termo latino para indicar o lírio, símbolo heráldico de Florença, representado no anverso da moeda. No reverso estava S. João de pé, o santo padroeiro da cidade. O florim, desde o século XIII até ao Renascimento, tornou-se na moeda preferida de câmbio na Europa graças ao crescente poder bancário de Florença e também na moeda mais imitada juntamente com o ducado de Veneza” (MORUZZI NUMISMÁTICA, 2019). Entre os ítalo-descendentes residentes no Brasil, costumava-se chamar dinheiro de *fiorin* – aparentemente, uma adaptação fonética.

Não foi possível dimensionar se o montante recebido pela participante pelo trabalho na colheita no parreiral de seu tio era equivalente, maior ou menor do que se pagava a um adulto executando o mesmo serviço. Historicamente, porém, as crianças tendem a receber uma remuneração menor. É o que Marx (2017) identifica ainda quando as crianças foram introduzidos no trabalho fabril junto com suas mães. Chamados de *cheap labour* – ou “força de trabalho barata” – esses indivíduos tinham suas condições de trabalho e remuneração pioradas quando desempenhavam suas funções em casa, no ambiente privado. Nestes espaços, dificilmente ocorriam fiscalizações e o poder de resistência dos trabalhadores era menor.

Ainda no que se refere ao contexto do trabalho no período da colheita, as filhas mais velhas da família também poderiam assumir a tarefa de cuidar dos irmãos menores. Desta forma, liberavam a mãe para o trabalho no parreiral ou para os afazeres domésticos. A mulher era responsável pelo almoço de todos os trabalhadores envolvidos na colheita da uva na propriedade – filhos, marido, vizinhos, contratados. Isso não é exclusividade desse período do ano: era comum que as crianças mais velhas assumissem o cuidado com as mais novas para que as mães exercessem outras atividades na pequena propriedade. Todavia, no período da colheita, com o aumento da demanda de trabalho, essas situações se tornavam mais prolongadas e comuns.

Desta forma, observa-se que as crianças participavam ativamente também do período de colheita da uva das mais diversas formas: levando e buscando caixas, extraíndo os cachos, ajuntando grãos, transportando, encaixotando, cuidando dos irmãos. Isso no interior da própria família ou para terceiros, sendo remunerados diretamente ou não. Naquele contexto de relações, onde estava o trabalho dos pais estava também o das crianças. E, por se encontrarem todos sob as teias do capitalismo, submetiam-se à alienação do produto de seu trabalho mediante a transformação deste em matéria-prima da grande indústria. Era na colheita que se dava o último contato dos viticultores com suas uvas – um momento digno de ser registrado com fotografias, como as apresentadas a seguir, em que as famílias posam junto de sua produção. Depois da colheita, todo o trabalho dispendido pelos agricultores na produção daquela mercadoria adquiria sua forma social no corpo do vinho ou do suco.

Figura 17: Família Benedetti posando com uvas colhidas em sua propriedade na comunidade de Santa Lúcia, em Videira/SC – sem data especificada



Fonte: Hoeller; Zago; Sinzker (2018, p. 52)

Figura 18: Família Crotti posando com as uvas colhidas na comunidade de Santa Lúcia, Videira/SC, sem data especificada.



Fonte: Hoeller, Sinzker e Zago (2018, p. 106)

Figura 19: Colheita de uva no Parreiral Balvedi – Menegolla durante a década de 1940, em Videira/SC



Fonte: Acervo do Museu do Vinho

3.1.2 Forjar na uva o milagre do vinho – e se fartar de vinho

A uva cultivada pelas famílias em suas pequenas propriedades rurais era quase que totalmente vendida como matéria-prima para vinificação em indústrias locais ou paulistas. Tais vinícolas combinavam modernas técnicas de processamento com maquinários de última geração. Em cada etapa do processo produtivo, havia massivo embasamento teórico fruto de pesquisas constantes, cuja finalidade era abreviar o tempo de produção – e, em consequência, ampliar a mais-valia. A indústria de vinhos, inserida na sociedade capitalista, não se diferenciava de outras que fabricavam salsichas ou ensino: todas produziam uma mercadoria pautada na exploração da força de trabalho assalariada e tinham como objetivo final o lucro. Em última instância, tais mercadorias – como sínteses do processo de trabalho humano abstraído de suas formas concretas – alcançavam o mercado plenas de mais-valor e, neste, realizavam-se quando compradas por algum indivíduo. Assim, constituíam-se etapas da produção, da circulação e do consumo, elementos fundamentais do modo de produção capitalista.

Essa forma de se fabricar vinhos contrastava radicalmente com aquela desempenhada pelas próprias famílias de agricultores. Nesse caso, a bebida tinha como objetivo o autoconsumo

e se originava por uma série de processos artesanais aprendidos pelos indivíduos no contato direto com pares mais experientes. Em outros termos, significa que as técnicas para fabricar vinho eram transmitidas de pai para filho, de avô para neto, por meio da participação conjunta na execução de tal atividade. O aprimoramento desses processos era resultado de acúmulos de acertos e erros advindos da experiência de vida, sem passar pela educação formal em cursos especializados ou treinamentos. Fazer vinho significava ter um conhecimento muito mais atrelado à empiria, ao acúmulo de experiências, do que propriamente às ciências enológica e agrônômica. É nítido, então, que a produção de vinhos artesanais tinha um caráter fortemente cultural para aqueles descendentes de italianos – e era por meio da cultura que as formas de fabrico bem como o hábito do consumo se reproduziam ao longo das gerações.

Assim, no bojo das famílias ítalo-descendentes instaladas em Videira, a bebida era produzida no porão das residências. Utilizavam-se processos de trabalho rudimentares e instrumentos rústicos, que geralmente eram construídos em madeira pelos próprios indivíduos. Um exemplo disso pode ser observado logo na primeira atividade da produção vitícola após a colheita: a moagem da uva. Por tradição, as uvas eram esmagadas com os pés, de preferência, pelas mulheres e crianças (MUSEU DO VINHO, 2014; BALDISSERA et. al., 2012). Nesse sentido, uma entrevistada rememora que seu pai – que havia aprendido a vinificar no Rio Grande do Sul – “[...] fazia um caixote assim com tudo ripa, assim, e jogava dentro a uva [...]. E daí com os pés, as crianças que pisava né [...] [*As crianças*] gostavam! Um pouco um, um pouco o outro. Se lavava bem e depois ia fazer o vinho”¹³¹. A imagem a seguir ilustra outro tipo de recipiente de madeira utilizado para o esmagamento da uva por pisoteio:

¹³¹ Entrevista concedida à Natalia Palhoza em 04 de agosto de 2018.

Figura 20: Mastela ou Sotospina – artefato de madeira utilizado para esmagamento da uva por meio de pisoteio



Fonte: Registro da pesquisadora da exposição de longa duração do Museu do Vinho Mário de Pellegrin

As boas memórias da tarefa descrita como divertida pela participante não são comuns a todos os demais indivíduos entrevistados. Os mais jovens, pisotearam uvas apenas em algumas oportunidades esporádicas ao longo da vida, ou não o fizeram. A prática se tornou obsoleta à medida em que os agricultores passaram a construir um equipamento de madeira no formato de caixote, com um cilindro cheio de pregos em seu interior. Era a chamada “desengaçadeira” tocada por uma manivela, que substituiu o pisoteio para esmagar os grãos – como pode ser visto na imagem da página seguinte. Pode-se observar que, mesmo artesanalmente, a produção de vinhos caseiros também sofria algumas alterações com o passar do tempo. Esses saltos tecnológicos, no entanto, ocorriam lentamente com base na prática cotidiana, com materiais abundantes (como a madeira) e tinham por finalidade a facilitação do trabalho dos envolvidos na produção de vinhos. A fabricação artesanal, também nesse aspecto, era antagônica à industrial, cujas intensas revoluções objetivavam a diminuição do trabalho necessário no processo produtivo – aliviar a labuta humana nunca foi sua razão de ser.

Figura 21: Desengaçadeira utilizada para esmagar a uva. Detalhe para o cilindro coberto de pregos em seu interior



Fonte: Registro da pesquisadora da exposição de longa duração do Museu do Vinho Mário de Pellegrin

É válido ressaltar que, a partir da adoção da desengaçadeira, as crianças foram liberadas do pisoteamento das uvas e deslocadas para outras funções durante a produção do vinho colonial, conforme relata um dos participantes:

E daí nós ajudava a tirar fora os cabinho... que daí os cabinho tinha que ser tirado fora. Então eles [*adultos*] iam moendo e você ali do lado daquela... do mastel, que diziam... aquela parte aberta, só pra colocar... tipo uma “gamelona” grande de madeira, onde ela caia ali. Você ia tirando fora os cabinho da uva [...].¹³²

Essas memórias correspondem à idade dos oito, nove anos daquele entrevistado. Com propriedade, ele descreve ainda que, após o esmagamento, era necessário deixar o suco fermentando em uma pipa aberta. Quando “parava de fermentar, ferver, tinha que tampar ela, vedar ela 100% tampada pra não vinagrar [...]”¹³³. Ali ocorria um segundo processo de fermentação. Por fim, o vinho já pronto era trasvazado para outra pipa bem vedada, onde ficava armazenado até ser consumido. Quando o vinho estava pronto, retiravam-se da pipa apenas pequenas porções para o consumo imediato. Muitas vezes, era responsabilidade das crianças buscar o vinho no porão para seus pais e avós beberem¹³⁴.

¹³² Entrevista concedida à Natalia Palhoza em 09 de dezembro de 2018.

¹³³ Entrevista concedida à Natalia Palhoza em 09 de dezembro de 2018.

¹³⁴ “Agora o meu vô gostava de vinho. Aquele “[...] nunca secava o copo de vinho. O tempo que eu estudava lá, ele fazia o vinho. Ele tinha a parreira dele também ali em Iomerê, ali pena pra cima das casa [...] tinha um parreiral

Não se envasava o vinho artesanal porque não era necessário fracioná-lo em porções facilmente comercializáveis. Aquela bebida não passava pela esfera da circulação: vinculava produção e consumo sob as próprias relações familiares. Nas indústrias, contraditoriamente, não apenas era feito o envasamento, como havia uma máquina específica para isso (MUSEU DO VINHO, 2014). A “engarrafadeira”, conforme pode ser observado na fotografia 22, era capaz de encher várias garrafas ou garrafões simultaneamente. Além de agilizar a fabricação, a máquina impedia que o vinho entrasse em contato com o ar, atribuindo maior qualidade ao produto. Vale ressaltar que as indústrias contavam ainda com maquinário para esterilizar garrafões, para vedá-los com rolhas – dentre outros, nas demais fases do processo produtivo.

Figura 22: Engarrafadeira mecânica usada em indústrias



Fonte: Registro da pesquisadora da exposição de longa duração do Museu do Vinho Mário de Pellegrin

bonito que “tá loco”. Fazia vinho pro ano inteiro. Ele secava um litro de vinho, ele não ia buscar vinho. Quando ele jogava dentro do copo o último vinho que tinha no litro, eu podia estar lá em volta fazendo alguma coisa lá, serviço, mas ele já me gritava “[*Apelido do entrevistado*]”. Podia ir lá. “Vá buscar vinho”. Tinha que ir no porão, encher o litro de vinho dele, daí chegar lá e “ponhar” em cima da mesa. Ele era assim: ele tinha o copo dele ali, quando o copo chegava assim [mostra com a mão], ele enchia o copo. E dava uma bicada e “ponhava” o copo lá. Ele dava 20 bicada pra tomar um copin... o copo de vinho. O copo de vinho dele não era muito grande. Mas ele tomava vinho meio dia direto. Ele não bebia água, ele bebia só vinho. Meu deus do céu...”, apontou A.A., em entrevista concedida à Natalia Palhoza em 07 de dezembro de 2018. Apesar de relatos similares a estes, nenhum dos entrevistados citou casos de alcoolismo na família, nem entre vizinhos. Pelos elementos que foram observados, é possível inferir que o vinho era tomado não necessariamente com a finalidade de embriagar. Era um costume, uma tradição que os acompanhava cotidianamente.

Enquanto as vinícolas tinham todo o seu processo maquinizado e utilizavam a força de trabalho humana apenas como acessória às máquinas, a produção familiar contava quase que totalmente com trabalho vivo. Por isso o vinho industrial saiu na frente do artesanal no mercado. Se considerado que o valor de uma mercadoria corresponde ao tempo socialmente necessário à sua produção – em outros termos, o menor tempo possível para se produzir o vinho – evidencia-se que isso é resultado direto da utilização de maquinário. O desenvolvimento das forças produtivas materializadas na maquinaria superou os limites da força de trabalho humana, possibilitando a produção de um volume muito maior de mercadorias em menor tempo do que o trabalhador produzia. Logo, na concorrência de mercado, o valor do vinho passou a corresponder àquele determinado pelo tempo de trabalho da indústria, não do produtor familiar. Ao inserirem suas mercadorias no mercado, os produtores familiares eram obrigados a vendê-la por seu valor, mesmo que ele não correspondesse à quantidade real de trabalho que haviam empregado na produção.

Além disso, os pequenos proprietários rurais foram expropriados da condição de produzirem comercialmente a bebida na medida em que não alcançam padrões de qualidade previamente estabelecidos. Rotulagem, gradação de álcool, esterilização e demais regras impostas pela ação estatal se tornam inalcançáveis para os produtores familiares. Assim, o Estado agiu protegendo a expansão do capital por meio da expropriação da capacidade de qualquer indivíduo produzir socialmente a bebida vinho, restringindo-a à indústria capitalista.

Em síntese, ressalta-se que essa divisão entre o vinho artesanal e o industrial não é natural e não corresponde a toda a história da produção da bebida. Conforme o capitalismo avança, pressupõe a separação entre produtores e meios de produção, criando uma cisão entre classes. A produção do vinho se torna coletiva, submetendo os pequenos produtores rurais à condição de fornecedores de matéria-prima. Estes pequenos agricultores, mesmo que ainda possuíssem condições para elaborar vinhos, são expropriados da possibilidade de acessar o que há de mais moderno no que se refere à produção vitícola. Seus saberes, instrumentos e técnicas ficam restritos àqueles similares aos utilizados por seus avós – além de fabricarem em pequena quantidade. Assim, expropriados da condição de produzirem vinho comercial, são obrigados a restringirem suas produções à própria família. Essas produções menores, em escala individual, não abalam a estrutura industrial, porque não eximem os agricultores da venda de uma mercadoria para que possam subsistir. Demarca-se uma distância gigantesca entre os produtores familiares e os capitalistas proprietários das indústrias de vinho.

E é justamente a comercialização da uva como mercadoria que determina a organização da vitivinicultura dentro das propriedades analisadas. Isso pode ser inferido através das memórias relatadas pelos entrevistados, em que o trabalho na produção da uva vendida ganha mais ênfase do que aquela destinada ao consumo próprio. O cuidado na colheita e embalagem, a limpeza do terreno, a sulfatagem, são descritos com maiores detalhes do que o fabrico do vinho dentro das unidades familiares. Isso não significa que as crianças estavam alheias ao trabalho de vinificação, já que elas também participavam junto aos adultos. A proporção desse trabalho, no entanto, era muito menor do que aquele destinado à uva vendida. Por exemplo, em pouco mais de um dia se extraía uva suficiente para o consumo; era necessário cerca de um mês, sob rigorosos cuidados, para colher toda a uva enviada para a indústria. Esta uva retornava na forma de dinheiro e permitia a subsistência de toda família ao longo do ano – da mesma forma que também enriquecia o capitalista. Diante disso, torna-se nítido que as produções individuais daquelas famílias eram diretamente subordinadas à lógica da produção capitalista, em que prevalece a necessidade de produzir valores de troca, não apenas valores de uso.

3.2 O TRABALHO DAS CRIANÇAS NA VITIVINICULTURA PARA ALÉM DOS LIMITES DE VIDEIRA/SC

O trabalho das crianças ítalo-descendentes era parte constituinte e indispensável da unidade produtiva familiar. Na vitivinicultura, elas estavam presentes nas diferentes fases do processo produtivo – muitas vezes, em atividades que ofereciam riscos à saúde, como carregamento de peso, manuseio de instrumentos cortantes ou uso de agrotóxicos. Desde bem pequenas elas tinham suas tarefas definidas, que variavam de acordo com a época do ano e com o ciclo da videira: iam desde carpir sob os parreirais a fim de limpar o terreno até separar os talos dos grãos no momento do fabrico do vinho artesanal. Em suma, as crianças acompanhavam os adultos constantemente em suas atividades.

Neste sentido, o depoimento a seguir – retirado de um artigo decorrente da pesquisa de iniciação científica “Resgate da memória sobre a produção da uva e do vinho a partir da década de 1940 no Município de Videira/SC”¹³⁵ – é bastante ilustrativo:

¹³⁵ Pesquisa em caráter de iniciação científica realizada por estudantes do ensino médio do Instituto Federal Catarinense, campus Videira, sob coordenação das professoras Msc. Cristiane Grumm e Msc. Solange Francieli Vieira, respectivamente de História e Geografia. Além de ser o único trabalho localizado em um prévio

Ah, sempre [*ajudava*], eu depois que me lembro de sete, oito anos, que eu ali sempre ajudava, né. Sempre junto fazendo uma coisa e outra, se não tinha o que fazer, tinha que ficar junto. Ficar junto nem que não fizesse nada tinha que tá junto né. (...) que nem eu comentei antes, eram sempre trocados dias entre as várias famílias, um precisava ia lá ajudava, quando o outro, você precisa vinham, mutirão, tipo mutirão” (memória de Ricardo Heberman, entrevista realizada em maio de 2013 Apud STOPASSOLA et al, 2014, p. 08).

É importante considerar que, quando o entrevistado revela que sempre “ajudava” seus pais, está se referindo, na verdade, ao fato de que ele trabalhava junto com os mesmos. Conde (2012) desmistifica a utilização do termo *ajuda*, afirmando que este se torna uma forma de amenizar ou escamotear relações que envolvem o trabalho das crianças. Isso, de modo especial, quando tal labuta fica restrita ao ambiente familiar e, portanto, longe dos olhos da sociedade – algo comum ao que foi estudado neste trabalho. Como na atualidade o trabalho infantil é proibido, é esperado que os adultos e idosos ressignifiquem as suas próprias memórias referentes às atividades que desempenharam quando crianças. Por terem a consciência de que o trabalho precoce pode ser prejudicial e, inclusive, passível de punição atualmente, referem-se sempre àquelas funções como “ajuda”, não como trabalho¹³⁶. Porém, como o nome não altera as relações materiais e concretas, a chamada *ajuda*, configurava-se efetivamente como trabalho.

Além disso, o depoente se refere à troca de serviços entre famílias – algo que também foi constatado entre os participantes da presente pesquisa. Tratava-se, em outros termos, de uma troca de dias de serviço. Diante da ausência de força de trabalho suficiente para vencer determinada etapa do processo produtivo – por exemplo, a poda ou a colheita – duas ou mais famílias se juntavam e findavam-na rapidamente. O mesmo era repetido posteriormente na propriedade das demais famílias envolvidas. Essa troca de dias de trabalho incluía também as crianças, como revelaram os informantes aqui entrevistados.

Todavia, há de se considerar que o trabalho de crianças na produção de uva e vinho no século passado não foi uma exclusividade de Videira/SC. Ainda que não tenham sido encontradas outras pesquisas que abordassem diretamente a vitivinicultura e o trabalho infantil, há vários estudos que focalizam tais relações de modo transversal. Majoritariamente, estes trabalhos são oriundos do Rio Grande do Sul – estado que desdobra a vitivinicultura videirense

levantamento bibliográfico acerca das memórias da vitivinicultura em Videira/SC, a pesquisa revela informações particularmente interessantes por meio dos fragmentos de entrevistas.

¹³⁶ Cabe aqui salientar que o trabalho infantil não era necessariamente proibido na infância dos entrevistados, porém, como a memória se trata de um olhar do presente sobre a materialidade vivida no passado, carrega conceituações diferentes. O trabalho das crianças é feio e proibido hoje, por isso pode ser escamoteado, desmentido – mesmo que se refira a um passado distante em que não vigoravam as mesmas regras.

por meio do fornecimento de mudas de uvas, técnicas de cultivo e vinificação, indústria de vinhos, além de força de trabalho personificada na figura dos ítalo-descendentes migrantes. Além destes, há pesquisas provenientes de Santa Catarina e de São Paulo¹³⁷. Essa diversidade de contextos permite perceber o trabalho das crianças na vitivinicultura em relações distintas daquelas observadas em Videira, na presente investigação – como por exemplo, na própria indústria de vinhos – mas também em outras muito similares – na limpeza do parreiral com enxada, por exemplo.

Neste sentido, pode-se considerar a pesquisa de Prado (2013), cujo objetivo se resumiu ao resgate das memórias de infância de indivíduos das antigas colônias italianas em São Caetano/SP. Ela identifica a participação de crianças no esmagamento da uva que era destinada à fabricação de vinho artesanal – e, portanto, restrito ao consumo doméstico. Na declaração de um participante daquela pesquisa, revelou-se que as crianças “ajudavam o avô”, moendo a uva com os pés. A pesquisadora sintetiza que:

Também a produção do vinho caseiro requeria a mão de obra dos meninos. Eles precisavam lavar muito bem os pés e as pernas, para poderem entrar no local aonde se amassavam as uvas. Apenas os pés eram necessários a esse amassar, o que de acordo com os depoentes era o que tornava o vinho de São Caetano tão especial. Dona Joana Fiorotti Zanini contou que a uva era “amassada com o pé. Precisava lavar. Era meu irmão e um primo meu que amassavam. Minha mãe dava água para eles lavarem bem o pé, a perna e tudo. Eles tinham calça curta até o joelho. (PRADO, 2013, p. 495)

Este relato se aproxima muito das memórias relatadas por uma das participantes desta pesquisa, bem como dos registros expostos pelo Museu do Vinho Mário de Pellegrin (2014). Esmagar uvas com os pés era a técnica utilizada para a fabricação do vinho colonial antes da invenção de ferramentas de madeira – como a desengaçadeira. Em adição, outra pesquisa que se depara com uma situação similar ao contexto videirense é a de Stimamiglio (2005). Dedicada ao estudo da constituição da infância em Antônio Prado/RS nas seis primeiras décadas do século XX, a pesquisadora coleta um depoimento em que o participante relata ter trabalhado carpindo, roçando e colhendo uvas até os seus doze anos. Depois disso, ele conta que passou a trabalhar como assalariado em um armazém da cidade. Mesmo sem especificar se a labuta sob os

¹³⁷ Os relatos de trabalho infantil na vitivinicultura foram encontrados em três dissertações, sendo duas provenientes do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISSINOS); e, a outra, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Além das dissertações, foram considerados dois artigos: o primeiro foi publicado na Revista História da Educação; o segundo – e já citado acima – nos anais da Feira de Iniciação Científica e Extensão do Instituto Federal Catarinense de Videira (IFC/Videira). Todos eles são resultado de buscas nos seguintes repositórios *online*: SciElo, Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, Google Acadêmico e Anais das Reuniões Nacionais da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação.

parreirais foi desempenhada em relações familiares ou assalariadas, é possível inferir que ele trabalhou nas pequenas propriedades rurais que também caracterizavam a produção vitivinícola naquela região gaúcha. Da mesma forma, esses mesmos trabalhos eram comuns às crianças em Videira/SC, no século passado.

Mas não apenas na pequena propriedade rural é possível encontrar casos de trabalho infantil relacionado à vitivinicultura. Por exemplo, é particularmente reveladora a pesquisa de Trivilin (2009) que – ao analisar a inserção das famílias no trabalho na Vinícola Peterlongo durante o processo de industrialização em Garibaldi/RS e Bento Gonçalves/RS – identifica também a existência de trabalho de indivíduos bastante jovens na indústria. Segundo a pesquisadora, uma grande parte do conjunto de força de trabalho daquela vinícola era composto por mulheres e que, no período de safra – entre janeiro e fevereiro – o número de trabalhadoras aumentava. Além do salário que correspondia à aproximadamente metade daquele atribuído aos homens, as mulheres precisavam deixar suas atividades fabris assim que se casassem, considerando que a prioridade atribuída socialmente ao sexo feminino era o trabalho doméstico e a maternidade. Porém, algo que interessa objetivamente à presente pesquisa é que a maior parte das operárias era muito jovem: algumas iniciavam suas atividades aos 13 anos. Conforme as idades aumentavam e as mulheres casavam, havia uma diminuição progressiva do número de trabalhadoras empregadas.

Nos registros oficiais de contrato da empresa, entre os anos de 1930 e 1966, haviam 19 mulheres com idades entre 13 e 15 anos listadas como trabalhadoras. De modo geral, incluindo operários do sexo masculino, a predominância era de jovens com idades entre 14 e 25 anos. Trivilin (2009) aponta que os indivíduos menores de idade não eram respaldados por contratos diferenciados, como o de aprendizagem. Bastava uma autorização informal de um responsável para que os jovens fossem integrados ao corpo operário, em jornadas similares às desempenhadas por adultos, porém, por salários inferiores. Nas palavras da pesquisadora:

No caso da vinícola Peterlongo, não foram encontrados registros de trabalho infantil, [...]. A mão de obra estava constituída por trabalhadores na faixa etária a partir dos 13 anos de idade. Esses operários eram admitidos na vinícola porque seus pais ou tios já eram trabalhadores contratados pela indústria. Dessa forma, segundo informações das entrevistas realizadas, esses responsáveis davam o seu aval para a contratação desses jovens, por meio de uma autorização informal para Armando Peterlongo, o proprietário da vinícola (TRIVILIN, 2009, p. 161).

Mesmo que Trivilin (2009) não considere infantil, é evidente em sua formulação a existência de indivíduos menores de idade em condições de trabalho perigosas. Os riscos listados pela própria autora incluem o contato direto com garrafas de vidro e a probabilidade de

que estas estourassem, além de acidentes com máquinas ou no carregamento e descarregamento de caminhões¹³⁸. Há de se considerar que o debate sobre a caracterização etária do que qualifica ou não trabalho infantil é polêmico entre os pesquisadores contemporâneos. Tendo, porém, como parâmetro os limites legais, o Código de Menores de 1927 – vigente na época estudada pela pesquisadora – proibia o trabalho de indivíduos com idade inferior a 18 anos em “trabalhos perigosos à saúde, à vida, à moralidade, excessivamente, fatigantes ou que excedam suas forças” (BRASIL, 1927). Em situações que não se constituíam como risco, era vetado o trabalho de indivíduos até doze anos – ou até catorze, se estes não tivessem completado a instrução primária. Por mais que a legislação fosse universal, as relações concretas de preservação da infância não alcançavam (e ainda não alcançam) todas as crianças e adolescentes, especialmente aqueles em condição de pobreza.

A respeito do mesmo contexto da pesquisa supracitada, Tisott (2008) – que estuda a infância e a industrialização em Caxias do Sul/RS – se depara com a história de uma entrevistada que passou a trabalhar aos 9 anos de idade. De acordo com a própria participante daquele estudo, seu pai se encontrava sempre adoentado e, portanto, não conseguia exercer atividades laborais para prover o sustento da família, bem como efetuar o pagamento do terreno financiado. Isso obrigou a entrevistada e seus irmãos a ingressarem precocemente no mercado de trabalho. Aos 11 anos, ela relata que começou a trabalhar em uma pequena vinícola local, com cerca de cinco funcionários. Como era muito baixa e não alcançava a mesa de trabalho na cantina, contou que precisava usar um tijolo sob os pés. Segundo ela, suas funções eram as que podiam ser consideradas mais leves, como a de colar rótulos, por exemplo.

Em síntese, esses relatos de indivíduos diferentes, oriundos de regiões com certa distância geográfica, demonstram a participação de crianças e jovens em atividades vitivinícolas em contextos variados. Enquanto alguns executavam suas funções no ambiente privado das pequenas propriedades, cuidando das uvas que eram destinadas às cantinas – como é o caso dos participantes desta pesquisa, além dos depoimentos coletados por Stopassola *et al.* (2014) e Stimamiglio (2005) – outros se dedicavam à produção artesanal de vinho, conforme evidencia Prado (2013). Nesse último caso, o trabalho também se dava na dimensão familiar, mas o vinho produzido tendia a assumir forma de valor de uso, conforme foi possível observar no tocante da presente pesquisa. Havia ainda aquelas crianças e adolescentes que dispndiam

¹³⁸ Outra questão a ser considerada é que Trivilin (2009) se utiliza apenas de registros formais de trabalho da própria empresa como fonte para a coleta destes dados. Isso exclui possíveis relações informais, que não eram registradas e, possivelmente, poderiam incluir indivíduos de idades diversas.

sua força de trabalho em relações assalariadas dentro das indústrias em atividades como colar rótulos ou carregar caminhões, por exemplo. (TRIVILIN, 2009; TISOTT, 2008).

Por mais distintos que fossem os contextos e os trabalhos executados pelas crianças na vitivinicultura, há algo que as unia essencialmente: a submissão ao modo de produção capitalista. Historicamente, foi com o advento desta forma de sociabilidade que as crianças foram postas na condição de trabalhadoras junto com seus pais. Há de se considerar, porém, que o trabalho infantil não foi inaugurado pelo capitalismo, mas é somente após sua ascensão que as crianças passaram a trabalhar além dos limites de sua família, em intensidade e jornadas que nem sempre respeitavam as especificidades de seus corpos jovens. Obviamente, não se trata aqui de quaisquer crianças, apenas aquelas oriundas da *classe* trabalhadora. Estas, assim como suas famílias – separadas dos meios de produção para se reproduzirem de forma independente – precisavam colocar algo a venda no mercado a fim de trocarem por seus meios de subsistência. Tal mercadoria, no caso das famílias que tinham propriedades rurais, poderia ser o trigo, o milho, o feijão ou – como entre os indivíduos estudados – a uva; já para aquelas famílias desprovidas de qualquer propriedade, o que se configurava como mercadoria era a própria força de trabalho.

É mais fácil observar a subordinação do trabalho infantil ao capital quando este se encontrava dentro dos limites da indústria. Lá, estabelecia-se uma relação de assalariamento em que as crianças, bem como os demais trabalhadores, vendiam a sua própria força de trabalho durante um tempo previamente estipulado. As atividades desempenhadas por estes eram diretamente dirigidas e vigiadas pelos patrões, de forma a manter um ritmo e intensidade que não necessariamente eram do próprio trabalhador, e sim a das máquinas. Ao longo de tais jornadas, produziam vinhos “recheados” de mais-valia que, após a circulação, transformavam-se em lucro nas mãos do capitalista. O assalariamento é, inclusive, o tipo de relação basilar do sistema capitalista e sua reprodução incessante é essencial para a manutenção do modo de produção. Neste sentido, a vinícola não se distanciava de indústrias destinadas à fabricação de outras mercadorias.

Já no caso das pequenas propriedades rurais, a intersecção entre trabalho e capital não ocorria da mesma forma. Geralmente, as famílias compunham unidades produtivas que não se utilizavam de trabalho assalariado. Assim sendo, eram os próprios membros do núcleo familiar que dispndiam sua força de trabalho para mover os meios de produção, que também possuíam,

a fim de cultivar a uva¹³⁹. As videiras resultantes desse processo eram vendidas como matéria-prima para a indústria, que as necessitava impreterivelmente para fabricar seus vinhos e sucos. Da mesma forma, vender as uvas à indústria era condição *sine qua non* para a sobrevivência da família, porque era com o dinheiro obtido nesta troca que compravam outros meios de subsistência que não conseguiam produzir.

Neste contexto, as crianças trabalhavam restritas ao ambiente familiar da pequena propriedade. Suas forças de trabalho não eram pagas de forma individual: a mercadoria vendida cobria a subsistência delas juntamente com todos os demais membros da família¹⁴⁰. Por vezes – por se limitarem ao espaço privado, pouco assegurado pela legislação – as crianças tinham jornadas mais flexíveis, que poderiam variar em número de horas de acordo com a demanda de trabalho – e até mesmo suprimir suas folgas, como o domingo, sagrado dia de não-trabalho para aquelas famílias. Além disso, se na indústria haviam riscos à saúde das crianças e adolescentes (TRIVILIN, 2009), na pequena propriedade não era diferente – agrotóxicos, picadas de animais, esforço repetitivo e carregamento de peso são alguns exemplos.

Outrossim, as pequenas propriedades também se submetiam a um controle externo indireto acerca da qualidade de sua produção. Na concorrência do mercado, se a mercadoria que haviam produzido fosse julgada inferior às de outros fornecedores pela indústria compradora, acabavam por ter que vendê-la com menores preços. Além disso, eram as vinícolas que determinavam quando iriam ou não receber as uvas. Tudo isso implicava em uma série de procedimentos dispendiosos dentro da própria divisão do trabalho familiar, visando acomodar bem os cachos ou colher no tempo certo, por exemplo. Como não podia ser diferente, tais demandas refletiam diretamente na cobrança por maior produtividade das crianças. Estas, por sinal, não poderiam ser simplesmente desligadas de suas tarefas pela boa vontade dos pais: o trabalho dos filhos era fundamental para que a família conseguisse produzir o suficiente para se sustentar, considerando a ausência de maquinários.

Finalmente, pode-se observar que mesmo não havendo uma relação direta de exploração da força de trabalho infantil como na indústria, a labuta das crianças na pequena propriedade não fugia ao bojo do capital. Quando a mercadoria uva era adquirida pelas

¹³⁹ Eram donas dos meios de produção também do vinho colonial. Aquelas famílias foram historicamente expropriadas da condição social de produzir vinho comercializável, considerando que interessavam ao capital apenas como produtoras de matéria-prima.

¹⁴⁰ As famílias produziam também culturas de subsistência, como feijão, milho, batatas, trigo, leite, galinhas, por exemplo. De forma geral, estas não eram comercializadas amplamente – mesmo que houvesse casos em que se vendia leite ou feijão para indivíduos residentes em área urbanas.

vinícolas, carregava em si como conteúdo um trabalho abstrato resultante da atividade coletiva de toda a família. O trabalho das crianças desaparecia na face da mercadoria “uva” e, quando esta era incorporada pela indústria, somava-se a uma série de outros processos de trabalho – por vezes, executados também por outras crianças. No vinho ou no suco, que resultavam ao final do processo produtivo, ninguém conseguia ver *como* haviam sido produzidas as uvas, muito menos *quem* as tinha cultivado. Também não se fazia possível enxergar a sucessão de procedimentos acrescentados pela fábrica. Assim, o trabalho das crianças – da colheita da uva na propriedade rural ao carregamento do caminhão na vinícola – “desaparecia” sob a alienação da mercadoria. Mais do que produção de uvas ou vinhos, aquelas crianças trabalhavam inseridas em uma grande cadeia produtiva que gerava trabalho excedente, mais-valia, ou seja, capital.

4 TRABALHAR, ESTUDAR E BRINCAR: CONTRADIÇÕES QUE FORJAVAM A INFÂNCIA DOS ÍTALO-DESCENDENTES EM VIDEIRA/SC

Todos os participantes desta pesquisa foram selecionados devido à sua relação intrínseca com a produção vitivinícola em suas infâncias. Todavia, ao longo das entrevistas, ficou evidente que seus trabalhos não se resumiam àquele cultivo. Se, quando crianças, os entrevistados carpiram parreira, também carpiram milho e usaram a enxada para cobrir as sementes de trigo onde o arado não o fazia. Se carregaram caixas de uva, também levaram cestos de milho seco em suas costas até a carroça¹⁴¹; se colhiam cachos de videira, também coletavam ovos, cortavam pasto, alimentavam os animais e tiravam leite; se ajuntavam grãos de uva do chão, também buscavam lenha. Além disso, havia as tarefas referentes ao lar e ao cuidado com os irmãos menores. Como o trabalho nas pequenas propriedades nas quais aqueles sujeitos estavam inseridos era essencialmente braçal, os relatos das funções exercidas e suas jornadas são sempre muito similares¹⁴². Não obstante, as memórias são muito semelhantes, também, no que se refere à escola e a trajetória de frequência ao ensino institucionalizado – muito curto, substituído rapidamente pelo trabalho em tempo integral.

Considerando especificamente a educação formal, a partir de Marx (2017), é possível perceber que o surgimento da escola esteve atrelado ao desenvolvimento da moderna indústria a partir da Revolução Industrial, ainda no século XVIII. Da mesma forma que as máquinas tornaram possível a exploração da força de trabalho infantil em longas e intensas jornadas, contribuíram para acirrar as tensões entre as classes sociais: os trabalhadores, revoltados com as condições de trabalho de seus filhos¹⁴³, passaram a lutar de modo organizado pela redução

¹⁴¹ “Eu puxei muito cesto de milho nas minhas costas. Só que daí o meu pai dizia assim “não encham o cesto”. Que geralmente era assim: o pai e os meus irmãos mais velhos, quebravam o milho com a mão. E nós que éramos mais novas – eu e a minha irmã – nós íamos carregando. Daí nós colocava as duas, assim, colocava o milho no cesto, depois ela me ajudava, colocava nas minhas costas, que eu era a mais velha e eu levava na carroça” – revelou uma participante em entrevista concedida à Natalia Palhoza em 09 de dezembro de 2019.

¹⁴² Apenas um dos entrevistados, cuja família morava muito longe da escola, saiu de casa definitivamente para estudar. Morando na cidade, iniciou os estudos mais velho, aos 14. No contraturno, ele trabalhava na construção.

¹⁴³ De acordo com Marx (2017), as crianças eram recrutadas através da imprensa, tendo como atrativo para a indústria seus membros pequenos e ágeis. Há relatos de anúncios em jornais que buscavam crianças suficientemente crescidas que pudessem passar pela idade de 13 anos para trabalhar em jornadas integrais, considerando que, legalmente, crianças menores dessa idade poderiam trabalhar “apenas” por um período de 6 horas diárias. A idade das crianças necessitava ser afirmada por um médico, entretanto, o autor relata que era bastante comum a falsificação de documentos da idade de crianças a partir de nove anos. Há de se considerar que as jornadas de trabalho eram particularmente desgastantes para as crianças. Muitas vezes, elas eram arrancadas da cama para trabalhar, precisavam ser mantidas acordadas a pauladas ou acordavam sobressaltadas ao dormirem no trabalho e continuarem fazendo o trabalho de modo automático, com os olhos cerados (ENGELS, 2008). Frequentemente, as crianças adormeciam ao chegar em casa, antes mesmo das refeições ou tentavam se esconder e dormir na própria fábrica, tamanho o cansaço. Na indústria, eram comuns os casos de maus tratos por conta dos

de suas jornadas. Tanto como conquista dos movimentos trabalhistas, quanto como concessão da classe burguesa – pelo fato de que os trabalhadores adultos apresentavam saúde fragilizada em decorrência do trabalho precoce e insalubre¹⁴⁴ – foram instituídas as *Factory Acts*, ou “leis fabris”. A partir da década de 1840, estas legislações limitaram as horas de trabalho de crianças e adolescentes, proibindo-os de executarem tarefas perigosas e noturnas. Além disso, determinada a obrigatoriedade da frequência escolar entre as crianças trabalhadoras das fábricas.

Na prática, porém, essa frequência das crianças à escola a partir das *Factory Acts* se dava de forma intercalada com o trabalho na indústria, sendo que as aulas poderiam ocorrer no período noturno ou nos finais de semana. Assim, a legislação educacional não necessariamente significou uma redução na jornada de trabalho – pelo contrário, acrescia em horas as obrigações das crianças, constituindo-se como uma dupla jornada. Além disso, a escola disponível aos trabalhadores era desorganizada, com salas superlotadas e mestres com pouca ou nenhuma instrução (alguns não sabiam ler ou escrever). Outro reflexo das leis fabris foi a retirada gradativa das crianças do trabalho nas fábricas e o seu deslocamento para espaços privados – onde permaneciam trabalhando, agora escamoteadas sob relações familiares e de difícil fiscalização. Torna-se evidente que as leis fabris que criavam obrigatoriedades escolares para as crianças não as retirou do trabalho, ainda que constituam-se como os primeiros anúncios de proteção da infância contra a exploração de sua força de trabalho.

A escola também assumiu um importante papel ideológico e formativo destinado às classes subalternas. Mészáros (2006; 2008) considera que a educação institucionalizada se organiza historicamente com base em duas grandes finalidades: a primeira delas é reproduzir no indivíduo as mínimas qualidades necessárias para a formação de um bom trabalhador para o mercado; a segunda é a transmissão e a interiorização de um quadro de valores visando à legitimação dos interesses da classe dominante. Dito de outro modo, isso quer dizer que a escola tem a função de produzir consensos e de qualificar a força de trabalho para a fábrica – ambas fundamentais e indispensáveis para a preservação do modo de sociabilidade vigente.

encarregados, que utilizavam-se de métodos perversos – como açoite, tortura, acorrentamento – para fazer as crianças trabalharem. Além disso, o trabalho era perigoso os acidentes eram frequentes, levando muitas crianças a morte ou a mutilações.

¹⁴⁴ Segundo Thompson (1987), os trabalhadores das indústrias eram reconhecidos nas ruas por suas deformidades ósseas e mutilações. As crianças tinham aspecto de doentias, maltrapilhas, franzinas, frágeis – não aparentavam mais do que sete anos. Os homens tinham esse mesmo aspecto: pareciam velhos e pálidos. Era a soma de adultos que não teriam velhice e de crianças que jamais seriam adultos saudáveis. Marx (2017) considera isso um problema para a burguesia, que dispunha de uma massa de trabalhadores adultos esqueléticos, com aparência de doentes e, portanto, sem força física para renderem da forma esperada no processo produtivo.

É por esse motivo que a disseminação da instituição escolar acompanha o desenvolvimento capitalista e sua expansão global. No Brasil, especificamente, “a passagem da sociedade escrava para a sociedade de homens livres põe em causa formas tradicionais de instrução. A participação política, o aperfeiçoamento intelectual e moral, o respeito às leis, a disciplina requerida pelo novo princípio educativo contido no trabalho coletivo são atributos que precisam ser desenvolvidos pela educação” (FIOD, 2008, p. 49). Em outros termos, as transformações no mundo do trabalho implicaram diretamente no desenvolvimento da educação institucionalizada. Com a adoção do trabalho juridicamente livre – relação social específica do capitalismo – torna-se necessário criar um sistema de formação de trabalhadores, tanto para prover a qualificação requerida, quanto formar o novo cidadão, fruto das novas relações sociais que emergiam. Quando o trabalho era essencialmente escravizado, a educação podia se restringir apenas à instrução erudita destinada às classes dominantes. Em contraste, conforme o trabalho assalariado se intensifica, revela a necessidade da educação formal para as massas.

Apesar de ter sua origem ligada ao fim do período escravagista – que se deu definitivamente em 1888, com a Lei Áurea - Romanelli (1986) aponta que o sistema educacional brasileiro se desenvolveu de modo expressivo apenas a partir da Revolução de 1930. Antes daquela data, na Velha República, a economia ainda era basicamente de subsistência e de exportação (café), e não implicava em necessidade de escolas, tendo em vista seus rudimentares e arcaicos métodos de produção. Porém, com a industrialização que ganhou fôlego na década de 1930, cresceu também o setor de serviços e, com ambos, a demanda social pela instituição escolar. Isso implicou, inclusive, em um acirramento na luta de classes e a consequente expansão do ensino formal – considerando que, segundo a autora, as elites proveram a escola para os trabalhadores como resposta às suas demandas, mas também como forma de controle e formação de consensos.

Além disso, o Estado assumiu a educação, tornando-a pública e gratuita, também na medida em que surgiu a necessidade de nacionalizar e integrar as populações cuja origem remetia às mais distintas nacionalidades – italianos, alemães, poloneses. Esse movimento se fortaleceu em todo país na década de 1930, com Getúlio Vargas e o nacionalismo que precedeu o ingresso do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Naquele período, parte significativa do povo da porção Sul do Brasil não se considerava brasileiro, mesmo tendo nascido em suas terras. Por serem filhos de imigrantes, a ascendência era mais determinante na construção da identidade do que a natalidade noutra Pátria – e isso era reforçado pelo isolamento das colônias e pela ação

de suas instituições, como a família, a igreja e a escola. Especificamente sobre estas últimas, as instituições escolares de cunho étnico foram comuns a praticamente todas as colônias europeias distribuídas ao longo do território nacional.

Nesse sentido, Fiod (2008) – ao estudar as escolas alemãs no estado de Santa Catarina no final do século XIX e início do século XX – aponta que os imigrantes de origem europeia atribuíam muita importância à educação formal por serem oriundos de um continente onde o sistema de ensino já possuía uma certa organização, como consequência direta do próprio desenvolvimento do capital. Já entendiam como necessárias as habilidades de leitura e escrita, difundidas amplamente pelos meios de comunicação em suas terras de origem. Em contraste, os locais em que foram instalados no Brasil eram desassistidos pelo Estado e ausentes de qualquer iniciativa de educação formal. Por isso, as escolas étnicas particulares precederam a própria constituição do sistema público – especialmente porque as instituições estatais eram insuficientes, além de precárias (o que alimentava a ideia de que a escola pública era para pobres). Todavia, com o movimento nacionalista, as escolas dos núcleos coloniais foram proibidas de ensinar em língua estrangeira, sendo fiscalizadas e fechadas caso não se submetessem ao ensino em Língua Portuguesa. A educação étnica foi, pouco a pouco, sendo substituída por um sistema nacional de ensino formal.

É válido ressaltar, porém, que a obrigatoriedade do ensino em Língua Portuguesa fez parte de um conjunto de medidas que vinham ocorrendo desde a primeira década do século XX e tinham a finalidade de estabelecer uma identidade nacional. Outros exemplos de ações neste sentido foram a queima de livros e de cartas redigidas em outros idiomas e a proibição da conversação nessas línguas – o que acarretava, inclusive, em prisão no caso de descumprimento¹⁴⁵. Isso porque, de acordo com Thomé (2007), havia um choque entre os ideais nacionais brasileiros e o nacionalismo carregado pelos imigrantes referente ao seu país de

¹⁴⁵ Há registros de punições a teuto-descendentes na comunidade de Anta Gorda, atualmente Videira: “Por determinação da Polícia daquela época, foi proibida conversação na língua alemã e italiana, e os desobedientes eram punidos com prisão, como foi o caso do Sr. Anton Schimer, que infringiu a no imposta, ousando conversar na língua alemã. Outro fato bastante importante e que merece ser lembrado é que foi proibida a utilização de rádio, visando evitar a oitiva de notícias das conquistas alemãs e italianas durante a guerra. Embora a proibição existisse algumas famílias se reuniam ao redor do rádio e ouviam, clandestinamente, todas as notícias enviadas através do meio de comunicação. Não bastasse a proibição da utilização da língua alemã e italiana, um destacamento da polícia Civil, vindo de Caçador, revistou a residência de Alberto Zoller, apreendendo todos os escritos na língua alemã (livros, panos de decoração, cartas, anotações, etc.), os quais foram queimados. Também a prática religiosa foi alvo de restrição durante a guerra. A Igreja Evangélica da Confissão Luterana (de origem alemã) foi lacrada pela força policial e seus seguidores passaram a frequentar a Igreja Evangelica Luterana do Brasil (de origem americana). Os cultos eram realizados na residência dos Srs. Querino Schüler e Luiz Schüler” (SCHÜLLER, [entre 2000 e 2010] p.56).

origem. A intensificação do movimento nacionalista se relaciona diretamente ao acirramento das tensões entre os países, que acabaria ocasionando a Segunda Guerra Mundial. Nesta, o Brasil se posicionou alinhado aos Estados Unidos e, portanto, contra a Itália e a Alemanha. Com a ascensão do nazismo, tornava-se problemático ao Brasil ter cidadãos que se reconheciam como filhos daquelas pátrias. Assim, a escola “[...] teve o papel de influenciar as novas gerações, fazendo com que os italianos imigrados e seus descendentes esquecessem sua antiga pátria e cultura, no intuito de tornarem-se ‘verdadeiros brasileiros’” (FABRO, 2010, p. 155).

Por todas essas determinações, a escolarização no país foi ampliada exponencialmente a partir das primeiras décadas do século XX. Dados apresentados por Romanelli (1986) ilustram o significativo salto da frequência escolar entre 1920 e 1970. Na década de 1920, 91% da população em idade escolar não frequentava a escola; já na década de 1970, esse índice caiu para pouco mais de 45%. Isso significa que, no primeiro período considerado, menos de 10% da população frequentava instituições de educação formal, enquanto no último, mais de 50% o faziam. A expansão foi nítida e expressiva, porém, não grande o suficiente considerando o percentual ainda alto de crianças e adolescentes fora da escola. Ainda segundo Romanelli (1986), o crescimento insatisfatório do sistema de ensino se deve a sua vinculação estreita à demanda econômica: como a industrialização não ocorreu de modo homogêneo, a escola acompanhou a mesma tendência. Assim, as instituições escolares se perpetuaram de modo desigual entre as regiões do país, sendo instaladas preferencialmente em grandes centros urbanos, em detrimento das regiões afastadas e rurais¹⁴⁶.

As contribuições trazidas por Romanelli (1986) e Fiod (2008) permitem compreender o contexto no qual estão inseridos os participantes desta pesquisa. O meio-oeste de Santa Catarina – como uma região do interior do país e de economia essencialmente agrária – recebeu suas primeiras iniciativas em relação à construção de escolas apenas após a chegada dos migrantes de ascendência europeia. Isso não é nenhuma surpresa, se considerado que os caboclos e nativos que habitavam aquelas terras antes da colonização eram vistos como selvagens, incultos. Não obtinham, portanto, nenhum tipo de assistência estatal em relação à educação. Somente após a expulsão e extermínio daqueles povos, a entrada dos colonos e, conseqüentemente, a integração da região ao mercado capitalista (com produção de matérias-

¹⁴⁶ Segundo Romanelli (1986), há de se considerar, além da oferta insuficiente, os casos de insucesso escolar. Grande parte dos estudantes que ingressavam na escola desistiam nos primeiros anos. Segundo a pesquisadora, isso se devia, dentre outros fatores, aos conteúdos descolados da realidade que a escola apresentava.

primas, tanto quanto com a instalação de indústrias) é que surgiu de modo efetivo a demanda pelo ensino institucionalizado.

Nesse sentido, em Videira/SC, a constituição da escola foi um processo lento que, em diversos momentos, dependeu muito mais das iniciativas da própria comunidade do que do Estado. Na década de 1920 – de acordo com informações do Museu do Vinho Mário de Pellegrin (2014), de Lopes (1989) e de Scapin (1997) – a educação formal das crianças ficava a cargo de duas professoras: Celedônia Selbach e Irma Herdamann, respectivamente nas Vilas de Perdizes de Vitória¹⁴⁷. A primeira professora citada, contratada pela companhia colonizadora Kroeff & Selbach¹⁴⁸, ensinava aos quatro primeiros anos do primário em sua própria casa; já a segunda, o fazia na Igreja Luterana da comunidade. No ano de 1934, as escolas foram unificadas em um Grupo Escolar, constituindo a primeira escola estadual do município¹⁴⁹.

Todavia, um ano antes, em 1933, as irmãs franciscanas já haviam instalado na localidade uma escola particular. A chegada destas foi pleiteada por Aloysio Kroeff e César Leoni – o primeiro era dono de uma companhia colonizadora e doou sua casa para a construção da escola; o outro, era proprietário de uma grande vinícola. Criou-se uma instituição de ensino volta à educação das camadas favorecidas daquela sociedade, tendo em vista que os empobrecidos ficavam impossibilitados de acessá-la mediante pagamento. Isso significa que havia um desacordo das elites locais quanto ao fato de seus filhos frequentarem a escola pública. Também revela, já na criação do sistema de ensino formal nas terras que viriam a ser Videira/SC, a presença de contradições entre as instituições destinadas às diferentes classes sociais¹⁵⁰.

As irmãs Franciscanas permaneceram em Perdizes somente até 1937. No mesmo ano, as irmãs Salvatorianas se instalaram na localidade e iniciaram a construção do Colégio Salvatoriano Imaculada Conceição, também particular. A fotografia a seguir retrata a professora

¹⁴⁷ Mais tarde, no ano de 1944, as Vilas de Perdizes e de Vitória se uniriam constituindo o Município de Videira.

¹⁴⁸ Radin (2006) aponta que a construção de escolas e igrejas eram utilizadas pelas companhias colonizadoras como estratégias para atrair os colonos provenientes do Rio Grande do Sul. Estes atribuíam grande importância para ambas as instituições e tinham maior propensão a comprar terras em locais onde já haviam essas instituições instaladas.

¹⁴⁹ Em 1936, a escola recebeu o nome de Adelina Régis (SCAPIN, 1997), e continua existindo até a atualidade.

¹⁵⁰ A escola particular era considerada de melhor qualidade pelas próprias professoras das escolas públicas, conforme evidencia o trecho a seguir, extraído de Santos (2012, p. 54): “O tio Elizeu também estudou com estas professoras [*Celedônia Selbach e Sueli Selbach*], mas tinha dificuldades para aprender, então sua professora na época chamou o nono e disse a ele para que colocasse o menino na escola das irmãs e que lá teria melhor rendimento. O nono aceitou a sugestão da professora e matriculou o filho na escola das irmãs salvatorianas que era uma escola particular”.

freira junto aos seus alunos nos materiais que seriam utilizados para a construção daquela escola:

Figura 23: Início da construção do Colégio Salvatoriano Imaculada Conceição, Vila de Perdizes, 1937



Fonte: Acervo do Museu do Vinho Mário de Pellegrin

Há de se ressaltar, porém, que todas as escolas citadas até o momento se localizavam na área urbana do que viria a ser Videira/SC e não atendiam à população das comunidades rurais em virtude da distância e da precariedade dos meios de transporte. Por isso, nas zonas rurais, as próprias famílias se organizavam em torno da educação formal de suas crianças, contanto, muitas vezes, com assistência das igrejas. Neste sentido, Schüller ([entre 2000 e 2010]), Baldissera et al. (2016) e Testolin (2011) – ao registrarem as memórias sobre a escola nas comunidades de Anta Gorda, Santa Lúcia e Vista Alegre, respectivamente – afirmam que as famílias tinham grande preocupação com a educação de seus filhos. Antes da criação de espaços específicos, as crianças aprendiam rudimentos de matemática e eram alfabetizadas em casa por algum morador voluntário que tivesse mais conhecimento. Entretanto, assim que conseguiram se organizar, as famílias construíram salas de aula nas sedes das comunidades e as mantiveram até o Poder Público assumir a tutela das mesmas, já na década de 1930¹⁵¹.

¹⁵¹ Segundo Shüller ([entre 2000 e 2010]), em Anta Gorda a escola passou a ser mantida pela Prefeitura de Caçador (município ao qual a localidade pertenceu antes de se unificar a Videira) a partir da década de 1930. Em Anta

As escolas das comunidades rurais, mesmo depois de mantidas pelo Estado, tinham estrutura precária, professores com pouca formação e se organizavam de forma multisseriada, “[...] isto é, as quatro séries e pré-escola ficavam juntas numa mesma sala de aula” – segundo relato de Baldissera *et al.* (2016, p. 73)¹⁵². Ou, como analisou um dos entrevistados, a partir da sua experiência:

Era o primeiro, segundo, terceiro todos juntos... quarto, até o quinto ano era todos, todos juntos. Um professor pra toda essa sala de aula. Como é que podiam dar aula para todo mundo? Então você não aprendia nunca nada! Porque quem era mais esperto ia fazendo e os outros coitados ficavam sem.¹⁵³

Como o próprio participante denota, além da dificuldade imposta pelo compartilhamento da sala e do professor entre várias turmas, as escolas das comunidades atendiam apenas ao primário. Isto é, do 1º ao 4º ano – e não até o 5º, como o entrevistado se refere acima. Até a década de 1960 – época em que os participantes frequentaram a escola – o ensino básico era composto por primário, colegial e ginasial (SANTOS, 2014)¹⁵⁴. Sabendo que somente o primário era abrangido pelas escolas multisseriadas, se algum indivíduo quisesse prosseguir os estudos no ginasial, precisava se deslocar para um centro urbano. Dentre os entrevistados desta pesquisa, nenhum teve um percurso escolar muito longo. Entre as mulheres, duas concluíram apenas o primário, outra não frequentou escola “nem um minutinho” na sua vida¹⁵⁵. Não coincidentemente, tratava-se da mais velha dentre os demais, com 102 anos. Ela migrou com sua família para a região ainda criança, na década de 1920, antes de serem instaladas escolas próximas o suficiente para que pudesse frequentá-las. Já entre os homens, os três estudaram por pelo menos um ano na zona urbana, apesar de também não terem concluído o que seria o ensino médio – o ginasial e o colegial.

4.1 “EU ESTUDEI POUCO NA MINHA VIDA”: INTERSECÇÕES ENTRE O TRABALHO E A ESCOLA A PARTIR DAS MEMÓRIAS DOS IDOSOS

Gorda, havia ainda a Escola de Confissão Luterana, que atendia a toda comunidade, não apenas aos devotos daquela religião. Os relatos acerca das outras comunidades consideradas não listam datas.

¹⁵² Os irmãos Baldissera, que escreveram o livro narrando suas memórias de infância, são filhos de um pai professor, que, antes de ser contratado formalmente, ministrava aulas em sua própria casa de modo voluntário.

¹⁵³ Entrevista concedida à Natalia Palhoza em 07 de dezembro de 2018.

¹⁵⁴ Segundo Santos (2014), a partir da Lei nº 5.692/71, o primário tornou-se “primeiro grau”, já o ginasial e o colegial, tornaram-se “segundo grau”. Atualmente, constituem-se, respectivamente, como Ensino Fundamental e Ensino Médio.

¹⁵⁵ Entrevista concedida à Natalia Palhoza em 04 de agosto de 2018.

As crianças precisavam se deslocar a pé até a escola, situada na sede da comunidade. Isso significava andar em torno de dois a quatro quilômetros, em média, para chegar até o local das aulas e, evidentemente, o mesmo tanto para voltar para casa. É unanimidade entre os entrevistados e as fontes escritas¹⁵⁶ desta pesquisa, que as crianças percorriam o trajeto descalças. Para um observador desavisado, andar com os pés diretamente na terra pode parecer um elemento cultural próprio daquele grupo de indivíduos. Todavia, tal situação emergia da materialidade vivida, calcada na pobreza e ausência de recursos. Os calçados eram caros, autênticos artigos de luxo que não eram usados no trabalho ou na escola: ficavam reservados apenas para as situações especiais, como missas, passeios e festividades¹⁵⁷.

O trecho a seguir, extraído do relato da memória de um dos participantes, elucida algumas dificuldades para chegar até a escola decorridas da falta de sapatos:

Em Bonsucesso eu ia na aula de manhã e de pé no chão, com geada e tudo. Não tinha nem o que fazer. Era assim mesmo. Isso virava... os pés assim, na época de inverno, virava puro sangue porque rachava os pés de frio. Era coisa incrível o que a gente passou. Eu não queria que ninguém passasse o que eu passei na minha vida. E não era só eu, era todo mundo igual. Não se tinha condições de comprar calçados. Pois eu, o primeiro calçado que eu ganhei do pai e da mãe foi quando eu passei a Primeira Comunhão. Ganhei um par de sandalinha de [...] tirinha. Foi o primeiro calçado que eu pus nos meus pés. Depois quando eu fui estudar em Iomerê eu ganhei um par de Sete Vidas que diziam, que era [...] tipo uma alpargata. [...] Então aquele foi o calçado que eu ganhei pra ir quando eu estudava em Iomerê, na cidade.¹⁵⁸

Na região meio-oeste de Santa Catarina, os invernos são bastante rigorosos, alcançando temperaturas negativas. Tal característica climática é apontada pelo participante como causadora de machucados, tendo em vista a ausência de proteção adequada nos pés para mantê-los aquecidos em seu trajeto à escola. Segundo o relato, andar descalço sobre a geada não era uma exclusividade de sua família – todas as crianças da comunidade o faziam e, portanto, vivenciavam uma situação similar. De fato, relatos como este são recorrentes entre os entrevistados. O marco na vida daquelas crianças era a passagem da Primeira Comunhão – um sacramento religioso que se dava por volta dos dez anos de idade, atrelado também ao uso do primeiro par de sapatos. Este não necessariamente era novo – poderia ser “herdado” dos irmãos mais velhos, de primos ou tios – além de não significar que, a partir de então, andariam sempre calçadas. Após a Primeira Comunhão, as crianças apenas passavam a ter sapatos para passear.

¹⁵⁶ “Eles também iam para a escola descalços. Eram dois quilômetros para ir e para voltar, passavam pela ponte da estrada de ferro que fica na foz do Rio das Pedras e do Rio do Peixe e subiam o morro da Matriz para chegar ao Colégio das irmãs Salvatorianas” – Santos (2012, p. 54), sobre seus tios.

¹⁵⁷ No capítulo 02 desta dissertação é possível verificar que as crianças também carpiam descalças. Isso significava falta de proteção na execução da atividade, ocasionando em cortes acidentais.

¹⁵⁸ Entrevista concedida à Natalia Palhoza em 07 de dezembro de 2018.

Ainda sobre o depoimento transcrito acima, os pés rachados de frio são associados pelo participante, de modo específico, aos seus primeiros anos de escolarização, quando frequentava aulas na sua comunidade natal. Mais tarde, porém – ao concluir o primário e se mudar para a casa de seus avós na cidade¹⁵⁹ a fim de continuar seus estudos – ele contou que ganhou um par de calçados. Na cidade, usava sapato para ir à aula. A diferença marcada entre o campo e a cidade, no entanto, não pode ser generalizada devido à ausência de outros relatos que apontem que, efetivamente, andar descalços era uma realidade exclusiva das crianças do meio rural.

Além disso, se, para o participante supracitado, a geada no percurso matinal é associada às memórias ruins, para outros, remete à diversão. Um dos casais entrevistados contou que, ao irem para a escola nos dias gelados de inverno, – também andando descalços – aproveitavam a água que ficava congelada nas vegetações para chupar como se fosse um picolé. O senhor relata que “às vezes, em um barranco da estrada, levantava um cascão [*de gelo*] na terra úmida. Nós passávamos ali, pegávamos uma pelota de gelo e íamos comendo”¹⁶⁰. Isso era parte da interação daquelas crianças com o meio no qual estavam inseridas – tocar, sentir, brincar, saborear o próprio gelo que fazia parte do inverno. Considerado que os entrevistados não possuíam geladeira em suas infâncias, a água congelada era um fenômeno curioso e interessante que só podia ser apreciado em dias extremamente frios¹⁶¹.

Ainda acerca do trajeto entre casa e escola, aparece outra questão na fala de uma senhora entrevistada: a necessidade de conduzir os irmãos menores até a aula. O caminho que as crianças percorriam era composto por terrenos desertos, de inverno, que oferecia o risco iminente de se depararem com gado solto. Como a participante era a irmã mais velha e os menores tinham medo de caminhar sozinhos, ela os acompanhava diariamente. Em decorrência disso, estudou por mais tempo do que os irmãos. Contudo, como a escola de sua comunidade ofertava apenas as séries do primário, a senhora contou que repetiu por quatro vezes o quarto ano, mesmo sem nenhuma reprovação. Somente aos 14 anos ela deixou de frequentar a escola porque, segundo ela, já era considerado vergonhoso ir às aulas naquela idade e, como os irmãos já estavam maiores, não era mais preciso acompanhá-los.

¹⁵⁹ Atualmente, a localidade onde o entrevistado estudava compõe o Município de Iomerê/SC, mas naquela época ainda era Videira

¹⁶⁰ Entrevista concedida à Natalia Palhoza em 09 de dezembro de 2018.

¹⁶¹ Na infância dos participantes desta pesquisa, não havia geladeira. Picolés eram, então, uma guloseima especial que poderia ser consumida apenas no inverno. Um senhor participante relata, que, quando “Sabia que ia dar geada, pegava o leite, colocava açúcar, colocava num copinho e colocava lá fora [de casa]” – entrevista concedida à Natalia Palhoza em 09 de dezembro de 2018. Pela manhã, estava congelado e as crianças consumiam.

O fato narrado pela entrevistada evidência uma flexibilidade na organização interna à instituição escolar, que permitia a frequência de uma estudante que já havia concluído, por diversas vezes, a mesma série. A ausência de rigor pode ser atribuída à própria falta de fiscalização estatal, bem como ao caráter comunitário da escola, em que todos os indivíduos se conheciam – professores e comunidade. Além desta, outras questões relatadas pelos participantes dessa pesquisa demonstram uma organização pouco rigorosa, como a permissão para que uma criança cursasse duas séries simultaneamente, uma pela manhã, outra à tarde; ou que uma criança fosse “passada” para determinada série sem concluir as anteriores em virtude de alguma facilidade com determinada matéria, ou pela idade.

Mas, para além da organização escolar, o depoimento da entrevistada denota a responsabilidade atribuída às crianças maiores pelo cuidado com as pequenas. Ao menos desde seus dez, onze anos, ela era incumbida de tal tarefa no caminho até a escola. No entanto, essa função não se dava apenas naquele período: ela o fazia também em casa, como relatou em diversos trechos de sua entrevista. Na verdade, cuidar dos irmãos, bem como limpar a casa e lavar a roupa, eram atividades de trabalho comum à todas as entrevistadas e a apenas um dos entrevistados. Este último não possuía irmã mais velha, tendo em vista que, na divisão familiar do trabalho, as tarefas inerentes ao lar eram designadas preferencialmente ao sexo feminino.

Há de se considerar também que, para além das atividades domésticas, haviam outros trabalhos destinados aos meninos e meninas no cultivo das roças e no cuidado com os animais. No caso de uma participante, suas tarefas no contraturno influenciavam a forma pela qual ela se deslocava até a escola, como ela aponta no trecho a seguir:

Até, inclusive, [...], nós que fomos na escola, na aula lá na colônia, a gente ia a cavalo, pra gente chegar em casa mais descansado pra depois, o outro meio dia, ajudar o pai e a mãe na roça. O pai tinha cavalo bom. Então a gente ia pra escola rápido, porque daí ia a galope. Não tinha carro que passava nas estradas. Então você saía a galope. Dava o quê? Quatro quilômetros e pouco, por aí. E a gente ia pra escola, parava o cavalo lá, estudava e, de meio-dia, pegava o cavalo, num instante estava em casa. Eu sempre que eu estudei, eu fui a cavalo.¹⁶²

A entrevistada contou que ia cavalgando para a aula a fim de não se desgastar para o trabalho que precisava ser desempenhado à tarde. Mesmo que seja o único relato em que algum participante conte que não se deslocava a pé para a escola, o trabalho não era uma exclusividade da senhora supracitada. Todos os demais participantes expõem que, quando crianças,

¹⁶² Entrevista concedida à Natalia Palhoza em 20 de dezembro de 2018.

trabalhavam nas pequenas propriedades com suas famílias nos períodos em que não estavam na escola – como um entrevistado resume, “nas horas que estava em casa, tinha que ajudar”¹⁶³.

Por *ajuda*, entende-se aqui *trabalho*. Isso porque é através do verbo *ajudar* que os idosos relatam as memórias de infância em que se referem propriamente a atividades de trabalho: “ajudar a tirar leite”, “ajudar na roça”, “ajudar a limpar a casa”. Além de significar um olhar atual sobre um fato vivido no passado – característico da narrativa de memória – isso está associado ao fato de que eram os pais e irmãos mais velhos que tomavam as decisões acerca das atividades desempenhadas. As crianças os acompanhavam submetendo-se às ordens, “ajudando”. Nunca estavam sozinhas. Essa ajuda, porém, traveste-se de trabalho na medida em que as crianças acompanhavam os pais em todos os cultivos na roça, tinham responsabilidades próprias com os animais e isso não dependia de suas vontades individuais. Em essência, o trabalho das crianças estava atrelado à própria sobrevivência do núcleo familiar, tendo em vista que era necessário produzir para o mercado e para a própria subsistência e não haviam máquinas disponíveis para tal. As crianças, então, “faziam os mais leves”¹⁶⁴ – no caso, os trabalhos mais leves.

Em suma, evidencia-se que, no contraturno da escola, havia uma rotina de trabalho constante para as crianças na propriedade familiar. Assim, os indivíduos que estudavam de manhã, trabalhavam de tarde; os que estudavam de tarde, tinham que trabalhar pela manhã¹⁶⁵. Na intersecção com a escola, o trabalho é, inclusive, citado como a razão para que alguns entrevistados interrompessem seus estudos. Isso fica evidente, por exemplo, no trecho a seguir:

Eu não consegui completar o segundo grau. Não consegui.... Quando eu peguei o segundo grau logo em seguida o pai e a mãe... o pai estava sempre doente, a mãe me chamou de volta trabalhar e eu voltei para começar a trabalhar... não tinha nem 14 anos. Eu estudei pouco na minha vida.¹⁶⁶

Esse relato corresponde às memórias de um senhor de 72 anos que, após concluir o primário na escola multisseriada de sua comunidade, mudou-se para a casa de seus avós em uma área urbana a fim de prosseguir os estudos. Todavia, o adoecimento de seu pai foi determinante para seu retorno à casa paterna, considerando que ele precisou assumir as responsabilidades do trabalho na roça. Além disso, depois de sua volta, um irmão mais novo

¹⁶³ Entrevista concedida à Natalia Palhoza em 07 de dezembro de 2018.

¹⁶⁴ Entrevista concedida à Natalia Palhoza em 20 de dezembro de 2018.

¹⁶⁵ Em alguns casos, como o de um entrevistado especificamente, mesmo estudando de manhã, seu trabalho se iniciava antes de ir à escola: ele tirava leite das vacas e, em seguida, entregava na cidade onde ficava sua escola ainda antes de sua aula começar.

¹⁶⁶ Entrevista concedida à Natalia Palhoza em 07 de dezembro de 2018.

saiu para estudar em seu lugar. Como a família precisava da labuta dos filhos de forma ainda mais intensificada pela incapacidade de trabalho do progenitor, apenas um deles poderia ficar fora de casa por vez. Ocorria uma espécie de revezamento, que oferecia a oportunidade para que todos os filhos e filhas estudassem ao menos por alguns anos antes de se dedicarem exclusivamente ao trabalho.

Outro participante homem, por sua vez, relatou: “eu fiz três dias da sexta [*série*]. Então, daí eu parei de estudar, porque não tinha condição! Ir a pé daqui a Videira todo dia. Chegava em casa 12h30. Às 12h45 almoçava e ia pra roça. Não tinha descanso quase. Era assim, por isso eu parei de estudar”¹⁶⁷. Em sua fala, pode-se observar que novamente o trabalho aparece como razão para a descontinuidade no estudo. Desta vez, porém, associado à distância entre a instituição escolar e a residência do entrevistado, que já havia concluído o primário na sua comunidade. Era aceitável, então, que o garoto parasse de estudar, mas não que deixasse de trabalhar ou que o fizesse em uma jornada reduzida. O trabalho era a prioridade para aquele grupo de indivíduos e não poderia ser atrapalhado ou impedido pelos estudos.

Em adição, o terceiro participante do sexo masculino contou que, como sua casa na zona rural era distante demais da escola, estudou apenas um ano naquela localidade antes de se mudar para a cidade¹⁶⁸. Isso ocorreu somente quando ele já tinha 13 anos. A partir de então, passou a trabalhar concomitantemente no colégio mantido pelas freiras como construtor, depois como motorista. Inclusive, abandonou os estudos antes de concluir o ginásio para se dedicar exclusivamente à profissão de motorista – na qual, anos depois, aposentou-se. Neste caso, o trabalho também não foi o único responsável pelo fim da trajetória escolar: o participante relata que tinha grandes dificuldades com as disciplinas de Geografia, Ciências e Inglês – o que o fez reprovar e influenciou diretamente sua decisão de largar os estudos.

Observa-se que todos os homens envolvidos nesta pesquisa chegaram a estudar no centro urbano, ainda que por um curto período. Isso significa que todos concluíram o ensino primário e ainda deram prosseguimento aos estudos até onde lhes foi possível, isto é, antes de se dedicarem exclusivamente ao trabalho. Já entre as mulheres entrevistadas, vislumbra-se uma realidade diferente: além da participante que cursou por quatro vezes o quarto ano para cuidar

¹⁶⁷ Entrevista concedida à Natalia Palhoza em 09 de dezembro de 2018.

¹⁶⁸ “Na verdade, eu fiz um ano na colônia e vim na cidade, como eu já tinha 13 anos, comecei muito... porque era longe a escola. Lá era quatro quilômetros a distância. Vinha a pé, descalço e levava um lanche. Era uma batata doce quando tinha, ou polenta com um pedaço de salame, um ovo... alguma coisa pro lanche. Não tinha mordomia de buscar na porta, largar, como tem hoje, esse tipo de coisa” – relatou A.Z., em entrevista concedida à Natalia Palhoza, em 20 de dezembro de 2019.

dos irmãos, outra apenas concluiu o primário na escola multisseriada de sua comunidade. Tendo em vista que o Decreto-Lei nº 8.529/46, previa em seu artigo 41 que “o ensino primário elementar é obrigatório para todas as crianças nas idades de sete a doze anos, tanto no que se refere à matrícula como no que diz respeito à frequência regular às aulas e exercícios escolares” (BRASIL, 1946), logo, onde havia oferta de tal nível de ensino, as crianças eram obrigadas a frequentar. Em outros termos, pode-se dizer que aquelas participantes, quando meninas, estudaram apenas o considerado obrigatório nos termos da Lei¹⁶⁹.

Já a terceira entrevistada do sexo feminino, por sua vez, não chegou a frequentar escola em algum momento de sua vida. Segundo ela:

[...] porque eu, a minha irmã e o meu irmão mais velho, que nós estávamos no Rio Grande... daí tinha começado uma aula, que davam aula como [...] ainda puro italiano, sabe? E eu então não, que eu tinha que cuidar o mais pequeninho, não podia ir. E depois eu estava fora, com a minha tia, porque a minha vovó... Morreu meu vovô, daí eu fui morar com ela pra ajudar a cuidar da vovó [...]. E daí eu fiquei três anos lá com a minha tia [...].¹⁷⁰

Como migrante que é, a senhora teve parte de sua infância vivida no Rio Grande do Sul. Nascida no final da década de 1910, ela foi criança em um tempo em que as escolas eram escassas e – conforme sua fala indica as aulas eram em italiano – ainda mantidas pelos núcleos coloniais. Naquele momento, ela não pode frequentá-las porque precisava cuidar de seu irmão ainda mais jovem, depois da avó idosa. Posteriormente, quando migrou para Santa Catarina, ainda não haviam escolas próximas à sua residência para que pudesse ir às aulas. A senhora contou que se alfabetizou apenas na idade adulta, a partir da mediação de sua filha que havia se formado professora. Em suas memórias de infância, prevalecem os relatos do trabalho doméstico e agrícola.

De forma geral, é nítido que as mulheres desta pesquisa estudaram menos do que os homens. Situação similar pode ser observada por Simoni (2003) ao estudar a colonização do Oeste de Santa Catarina nas primeiras décadas do século XX. Segundo as constatações daquela pesquisadora, o conhecimento prático acerca das atividades do lar – como costurar, cozinhar e cuidar da casa – se faziam suficientes para as mulheres daquelas colônias. Como eram os homens que geriam os negócios das propriedades, os conhecimentos formais transmitidos pela

¹⁶⁹ A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961, LDB 4.024/61 (BRASIL, 1961), reforça a obrigatoriedade do ensino primário, estipulando a responsabilidade dos pais em matricular seus filhos a partir dos 07 anos, sujeitando-se a punições em caso de descumprimento. A lei, no entanto, tinha brechas, considerando que isentava os pais de punição caso comprovado estado de pobreza do pai ou responsável; insuficiência de escolas; matrícula encerrada; ou doença ou anomalia grave da criança.

¹⁷⁰ Entrevista concedida à Natalia Palhoza em 04 de agosto de 2018.

escola adquiriam um caráter secundário para as mulheres. Elas não precisavam, por exemplo, ler contratos ou calcular as vendas das mercadorias produzidas. Por isso, a escola se tornava, de certa forma, dispensável. Se no contexto analisado por Simoni (2003), as mulheres geralmente não iam para a escola, entre as entrevistadas aqui consideradas, porém, resumia-se ao mínimo requerido na legislação.

Por fim, além das relações já citadas entre trabalho e escola, o livro “História da família de Dosolina Binotto e Eugênio Menegazzo” (SANTOS, 2012) traz um contexto que não aparece na fala dos indivíduos entrevistados – como pode ser observado no fragmento a seguir:

Os nonos deixavam os filhos irem para as aulas somente de abril até o final de setembro, isto é, depois da safra de uva até o início da safra de trigo. Nestes períodos de safra precisavam de ajuda em casa. Assim, com somente seis meses de aula no ano, precisavam fazer mais seis meses no outro ano para completar a série escolar. (SANTOS, 2012, p. 55)

Naquela família, as crianças precisavam faltar na aula para trabalhar com os seus pais e demais irmãos na vitivinicultura. A escola, novamente, adequou-se ao trabalho das crianças, tendo em vista que admitia o “parcelamento” de uma série em dois anos a fim de que estes cumprissem a sua demanda laboral nas pequenas propriedades familiares. Em contraste, entre as fontes orais da presente pesquisa, o período de safra da uva – principal cultivo comercial daqueles grupos familiares – foi delimitado por eles próprios como ocorrente entre os meses de janeiro e fevereiro. Por anteceder o início do ano letivo, não influenciava na frequência escolar das crianças. Além disso, ao longo dos outros meses, os cuidados com a parreira não eram tão dispendiosos, apesar de constantes no contraturno do período de estudo.

A título de síntese, tendo em vista os trechos apresentados anteriormente, é possível observar que a trajetória escolar dos indivíduos pesquisados esteve diretamente relacionada às atividades laborais que eles desenvolviam. As narrativas da memória acerca da escola são a todo momento atravessadas por relatos de trabalho – por exemplo, no caso da senhora que precisava acompanhar os irmãos para cuidá-los, ou da outra idosa que relatou a necessidade de chegar em casa descansada para a labuta durante a tarde. E foi este trabalho que contribuiu para abreviar os anos de estudo daqueles indivíduos, como fica evidente nas memórias de um senhor que precisou deixar de estudar para substituir o pai na roça, ou de outro, que parou de ir às aulas porque era cansativo demais conciliá-las com o trabalho. Estes elementos se somam, é claro, à distância de suas residências em relação à escola para além do ensino primário. Para prosseguir os estudos era necessário se deslocar a um centro urbano.

Além disso, torna-se nítido nas memórias relatadas que, proporcionalmente ao tempo de trabalho, a trajetória escolar dos entrevistados era muito curta – durava no máximo cinco anos. Já o período de labuta começava por vezes antes da idade escolar – quando começavam a caminhar e a executar as atividades consideradas mais leves – perdurava concomitantemente às aulas e, ao findar o tempo de escola, tornava-se atividade integral, ainda que no final da infância ou início da adolescência. Já no caso da participante que não frequentou a escola, como ela mesma apontou, houve apenas o trabalho durante seu tempo de criança.

Fica evidente que, se as famílias precisassem optar entre o trabalho e a escola para seus filhos, escolhiam o trabalho. Ora, mas como isso se fazia possível tendo em vista a relevância da escola para a reprodução do sistema capitalista, sob o qual as pequenas propriedades eram calcadas? Pelo fato de que o próprio trabalho se tornava um meio para educação das crianças. Como pertencentes a famílias de pequenos agricultores, aqueles grupos de indivíduos eram proprietários das terras, dos insumos, de ferramentas e demais meios de produção, bem como do próprio conhecimento para a produção de mercadorias. E eram tais mercadorias – como a uva – que eram postas no mercado, não a força de trabalho individual. De certa forma, isso nos remete ao período histórico da produção artesanal, estudado por Manacorda (1989), que antecede o avanço da maquinaria. As máquinas, ao se expandirem e tomarem o lugar dos trabalhadores nas fábricas, passaram a reter todo o conhecimento historicamente acumulado acerca da produção – além de fragmentar o processo produtivo. O vácuo deixado pela expropriação do saber dos trabalhadores passou a ser, então, preenchido apenas pela ignorância.

Todavia, na materialidade das pequenas propriedades estudadas, o processo produtivo não era maquinizado e dependia do dispêndio físico dos trabalhadores, bem como de seus próprios saberes sobre a produção de suas mercadorias¹⁷¹. Por se configurar como um contexto análogo ao artesanal, a forma de educar as futuras gerações para o trabalho também apresentava similaridade a tal momento histórico. Não ocorria, porém, em corporações de ofício, por meio de mestres-artesões – conforme Rugiu (1998) explicita – mas no bojo da família, através de atividades práticas. Na escola, as crianças aprendiam apenas os rudimentos do conhecimento formal necessário à própria reprodução de si mesmas como pequenos agricultores, tais quais seus pais. Isso incluía noções básicas de matemática, ciências, leitura e escrita – e, além do

¹⁷¹ Estes poderiam ser transmitidos geracionalmente, através do contato com os pais e avós, ou também por formações externas. No caso da vitivinicultura, haviam Estações Experimentais responsáveis por ensinar aos produtores rurais as formas corretas de se produzir uvas dentro dos padrões requeridos pela indústria. Esses saberes eram incorporados e transmitidos dentro da própria família também.

civismo e da moralidade, próprias da formação de indivíduos sob as bases materiais do capital. O trabalho, por sua vez, era aprendido na prática desde muito jovens, ao acompanharem os pais e irmãos mais velhos e ao assumirem, gradativamente, tarefas na divisão familiar do trabalho.

A conotação educativa atribuída por aquele grupo de indivíduos ao trabalho é explicitada de maneira direta quando, por exemplo, algumas entrevistadas denotam que a mãe as fazia trabalhar para aprender como se executavam as atividades domésticas. Ou na medida em que as mesmas contaram que eram obrigadas a refazer aquelas tarefas quando suas mães não as julgavam suficientemente bem feitas. Ou ainda no relato de um participante ao contar que, depois de casado, levava seus filhos na roça a fim de que aprendessem a trabalhar, a carpir¹⁷². Segundo os depoimentos analisados, o trabalho precoce era originado pela necessidade dos pais ensinarem aos filhos os serviços da propriedade e o valor do próprio trabalho. Em outros termos, as crianças tinham que trabalhar para aprender a trabalhar.

Neste sentido, Santos (1989) – ao analisar os colonos do vinho, classificados por ele como camponeses, no Rio Grande do Sul no início de 1970 – acrescenta que:

A reprodução da força de trabalho familiar efetiva-se pela procriação e complementa-se através do processo de socialização das crianças. Como a unidade produtiva camponesa condensa um núcleo familiar e um núcleo produtivo, nela vão confundir-se também a socialização primária, por meio da qual o indivíduo se converte em membro da sociedade, e a socialização secundária, através da qual o indivíduo adquire o conhecimento específico de papéis determinados pela divisão social do trabalho (SANTOS, 1989, p. 44 - 45)

Isso quer dizer que a família era o meio no qual os indivíduos se reproduziam como membros do gênero humano pertencentes a uma sociedade e, portanto, onde contatavam aspectos da produção sócio-histórica acumulada, aprendiam seus direitos e deveres e os comportamentos socialmente adequados. Mas, também era onde se formavam como trabalhadores tais quais seus pais. Dada a similaridade entre as famílias estudadas pelo pesquisador supracitado e as aqui consideradas – todas ítalo-descendentes, pequenas proprietárias rurais e produtores de uva como matéria-prima – observa-se que em ambos os contextos, a socialização primária e secundária se dava prioritariamente por meio do trabalho. Isso ocorria porque as crianças eram inseridas desde muito cedo em atividades laborais – por volta dos cinco anos, já tinham algumas tarefas.

¹⁷² Nas palavras dele: “Eu levava os meus [filhos] na roça, quando [...] nós trabalhávamos na enxada ainda. Então era os mais velhos [...] Cada um tinha a enxadinha dele: “Ola, vocês vão ali, naquele pedacinho mais limpo né. Cada um de vocês tem que me limpar vinte pés de milho. Carpir um quadrinho de 20 pés de milho”. Assim nós fazia, pra eles aprender a trabalhar. Eu fazia isso ali” – entrevista concedida à Natalia Palhoza em 07 de dezembro de 2018.

A partir do exposto, cabe sinalizar que emerge uma noção ampliada de educação, tal e qual Mészáros (2008) propõe. Para o autor, a educação acontece para além de sua forma institucionalizada ou escolar: se dá ao longo de toda a vida dos indivíduos do gênero humano, em qualquer contexto no qual estes estejam inseridos. Logo, poderia ocorrer inclusive no trabalho dentro da pequena propriedade familiar. Há de se considerar, entretanto, que o viés socializador atribuído ao trabalho – que, aprioristicamente aparece como a *causa* da labuta precoce daquelas crianças – derivava da própria condição de necessidade da utilização da força de trabalho infantil. Portanto, o caráter educativo do trabalho para aqueles indivíduos era, na verdade, a *consequência* da forma pela qual produziam e reproduziam sua existência, que independia de sua vontade individual porque lhes era imposta socialmente. Infere-se isso considerando que não são as ideias que definem a materialidade, mas ao contrário, as relações concretas que determinam como os indivíduos pensam inclusive a própria realidade.

Dito de outro modo, as crianças trabalhavam nas pequenas propriedades analisadas porque isso era condição *sine qua non* à sobrevivência do grupo familiar – e não porque os pais queriam lhes ensinar as tarefas próprias do ofício, como os entrevistados apontam. O trabalho das crianças se originava, portanto, da condição de submissão daqueles grupos ao capital e à obrigação de circularem uma mercadoria para a própria sobrevivência. Na produção dessa mercadoria, pela ausência de maquinários – restritos aos grandes produtores – e pela necessidade de produzirem maior quantidade em menor tempo a fim de competirem no mercado, não podiam abrir mão da utilização de nenhuma força de trabalho. Nem mesmo daquelas que não tinham como contribuir para além dos pequenos serviços. Isso porque, mesmo ao coletarem ovos ou ajuntarem lenha – “servicinhos” aparentemente simples – as crianças realizavam tarefas que precisariam ser desempenhadas por adultos se elas não as tivessem feito.

4.2 QUANDO O TEMPO PARA BRINCAR ERA A FOLGA DO TRABALHO

A infância – enquanto um período específico da vida do homem, bem como categoria determinada social, histórica e biologicamente –, teve suas singularidades reconhecidas apenas em um período recente da história da humanidade. Mais especificamente, essa nova forma de entender as crianças se desdobrou há pouco mais de duzentos anos, coincidindo com a ascensão da burguesia. Esse processo não decorreu do “nascimento” de uma ideia, de um sentimento sem precedentes, tal qual uma iluminação que surgiu na mentalidade dos indivíduos em determinado momento histórico – como Ariès (1986) permite inferir.

Conforme Klein (2012, p. 3391) sintetiza:

Em contraposição ao modelo idealizado de Ariès, é esta outra criança, capturada pela fábrica, objeto da violência sistemática do capital, que obriga a sociedade a pensar sobre ela. Essa preocupação emerge no processo social de luta pelas leis fabris, fulcradas na proibição do trabalho de crianças menores de 8 anos, na proibição de trabalho noturno de adolescentes e mulheres e diminuição da jornada de trabalho (inicialmente, para crianças, depois para adultos). É esse debate, que se impõe a toda a sociedade europeia ao longo do século XIX, que torna presente uma preocupação específica com as crianças, fazendo com que essa categoria se consolide no universo discursivo com um conteúdo historicamente dado, vale dizer, com o conteúdo das lutas fabris. Desdenhar esse fato histórico é construir ilusões que inviabilizam uma compreensão mais objetiva da condição de crianças e adolescentes na sociedade contemporânea.

A infância se consolidou, em outros termos, com base na materialidade das relações de produção, em meio às tensões da luta de classes. Acresce-se a isso também os avanços das forças produtivas que, segundo Mello (2007), permitiram a existência de um tempo de não-trabalho para certa faixa etária. Nesse sentido, a infância se configura como um período privilegiado para a inserção das crianças no repertório cultural humano (MELLO, 2010). Isso significa a apropriação de saberes, habilidades e comportamentos construídos sócio-historicamente, por meio da ação intencional do homem diante da natureza, em um processo dialético em que transforma simultaneamente a si mesmo. A infância se caracteriza, em outros termos, pela apreensão do conjunto de características propriamente humanas que são resultantes da atividade de trabalho.

Essencialmente, foi por meio do trabalho que o homem aprimorou as suas habilidades físicas e adquiriu novas capacidades cerebrais. Tornou-se capaz de criar instrumentos concretos, como machados, para mediar a transformação da natureza (ENGELS, 2004); bem como instrumentos simbólicos, como a linguagem que permeia a estruturação do pensamento e a comunicação nos grupos sociais. O homem conquistou funções psicológicas superiores, permitindo a antecipação teleológica de suas ações e, assim, distanciou-se de sua condição puramente animalesca e biológica. A própria capacidade de acumular conhecimentos e de transmiti-los às novas gerações – no que se chama de educação – caracteriza-se como uma condição exclusivamente humana. E é esta que possibilita que seja observado na singularidade de cada criança uma síntese do processo acima descrito. O aprender a equilibrar-se sobre dois membros, a aquisição de habilidades de coordenação motora fina em suas mãos, o ensaio das primeiras palavras, o desenvolvimento da atenção seletiva, do pensamento estruturado, da memória: habilidades que foram conquistas do gênero humano e que passam a ser parte do desenvolvimento de cada indivíduo.

É mister ressaltar que esse processo de inserção das crianças na cultura humana não se dá de modo passivo, a partir de uma transmissão de saberes e comportamentos por parte dos indivíduos mais experientes. Pelo contrário, ocorre pelas relações sociais, através da própria atividade de interação entre as crianças com os demais sujeitos e o ambiente que as cerca. Desde o nascimento, em cada fase do desenvolvimento da criança, há uma atividade-guia distinta que orienta a sua forma de interagir e conhecer o mundo¹⁷³. Segundo Martins, Abrantes e Facci (2006), até o primeiro ano de vida, a atividade-guia é a comunicação emocional direta; na primeira infância, a atividade objetual-manipulatória; na idade pré-escolar, o jogo de papéis; na idade escolar, a atividade de estudo; na adolescência inicial, a comunicação íntima-pessoal; na adolescência, idade adulta e velhice, o trabalho. A qualidade que a atividade-guia assume ao ser mediada por seres humanos mais experientes é determinante para um desenvolvimento mais amplo do indivíduo.

Em suma, a partir da concepção histórico-cultural, observa-se que até a fase inicial da adolescência, os indivíduos interagem dialeticamente com o mundo e com a cultura – apropriando-se e atuando sobre ambos – a partir de atividades-guia referentes ao estudo e ao brincar. Por meio destas, as crianças se inserem de modo ativo na cultura humana; se humanizam. Se o brincar e o estudar são próprios do desenvolvimento infantil em sua fase inicial, fica evidente que o trabalho, por sua vez, não é. Este adquire *status* de atividade-guia somente na fase mais madura da adolescência, perpetuando-se pela idade adulta e velhice. A antecipação da atividade de trabalho para idades mais precoces tende a competir com o tempo de brincadeira e de estudo, comprometendo-os.

Todavia, no bojo do capitalismo, a infância também é marcada pela contradição radical entre classes sociais que caracteriza esta forma de sociabilidade. A criança que tem o direito de viver sua meninice de modo pleno – dedicando-se exclusivamente à brincadeira e ao estudo – é aquela pertencente à classe burguesa. Os filhos da classe trabalhadora, historicamente, tiveram seu ócio suprimido pela exploração precoce de sua força de trabalho. Ainda que a escola os tenha retirado do chão da fábrica, não impediu que continuassem trabalhando – especialmente quando diz respeito às camadas mais empobrecidas, nos espaços privados familiares e com

¹⁷³ Tendo por base as proposições dos estudiosos da Teoria da Atividade no livro “Periodização histórico-cultural do desenvolvimento psíquico: do nascimento à velhice” (MARTINS; ABRANTES; FACCI, 2006), reitera-se que o processo do desenvolvimento humano não pode ser concebido de modo linear e evolutivo. Além da evolução, há a revolução, os saltos qualitativos que fazem a criança transpor suas ações de uma atividade-guia a outra. Há momentos de estabilidade, mas também de crises e rupturas, que geram neoformações. Há uma relação dialética entre o biológico, que é próprio da espécie e possui especificidades em cada indivíduo, e o social.

baixa utilização de maquinários. Isso é o que pode ser observado nas pequenas propriedades familiares aqui pesquisadas, que, ao serem submetidas ao mercado capitalista, precisavam produzir de forma competitiva. Neste caso, as crianças necessitavam trabalhar seguindo o ritmo dos adultos, muitas vezes, por longas jornadas. O trabalho tomava boa parte do tempo que poderia ser destinado à escola, mas não apenas a esta, como também para o brincar.

Nesta pesquisa, quatro dos seis entrevistados relatam que suas brincadeiras tinham um período semanal determinado: ocorriam geralmente aos domingos, considerando que os demais dias da semana eram ocupados pelas atribuições relacionadas ao trabalho e à escola. Nesse sentido, os ambientes de cultivo da propriedade – frequentados diariamente pelas crianças – configuravam-se apenas como espaço de trabalho. Isso pode ser exemplificado quando um participante contou que não tem memórias de brincadeiras sob o parreiral, “[...] porque se ia para a parreira durante a semana era pra trabalhar”¹⁷⁴. Da mesma forma, nas palavras de outra participante, ao considerar que: “na roça nunca que a gente brincava. Era só trabalhar. Brincar era só nos dias de domingo quando a gente ficava em casa. Se não, não tinha tempo para brincar”¹⁷⁵. Isso significa que a brincadeira ficava suprimida pela necessidade de carpir, buscar pequenos objetos, ajuntar grãos de uva, encaixotar os cachos, recolher ovos, tratar os animais – atividades que parecem banais e leves à primeira vista, mas que tomavam todo o tempo daquelas crianças; exceto no domingo.

Em contraste, outra participante acrescentou que, na sua infância, era possível brincar durante a semana, se “de repente chegasse em casa mais cedo da roça, que não tivesse muito trabalho e que desse uma folguinha no anoitecer, o pai e a mãe deixavam [...] Eles sentavam para tomar um chimarrão e a gente brincava no terreiro da casa”¹⁷⁶. Dito de outro modo, se o trabalho – que era a prioridade de toda a família, inclusive dos membros mais jovens – fosse concluído antes do previsto, as crianças eram liberadas para brincar. Neste caso, é possível perceber que as crianças folgavam simultaneamente com os adultos: enquanto os pequenos brincavam, os pais desfrutavam do tempo ocioso conversando e mateando.

Os domingos também tinham caráter de folga para adultos e crianças. Foi o único dia classificado por todos os participantes como livre para a brincadeira, tanto com os irmãos, quanto com vizinhos e primos. Todavia, mesmo sendo um dia prioritariamente destinado ao ócio, mantinha-se a execução de atividades essenciais para a própria sobrevivência, bem como

¹⁷⁴ Entrevista concedida à Natalia Palhoza em 09 de dezembro de 2018.

¹⁷⁵ Entrevista concedida à Natalia Palhoza em 04 de agosto de 2018.

¹⁷⁶ Entrevista concedida à Natalia Palhoza em 20 de dezembro de 2018.

a dos animais da propriedade. Também era indiscutível e inegociável o compromisso de frequentar a missa que ocorria na Igreja Católica da comunidade ou na Matriz do centro urbano. Como todos eram católicos, a própria folga dominical era carregada de sentido religioso. Acreditava-se que era um dia criado por Deus para o descanso depois do árduo trabalho semanal¹⁷⁷. Assim, da mesma forma que os demais dias da semana deveriam ser trabalhados a fim de conquistar o pão através do próprio suor, o domingo precisava ser permanentemente destinado ao resguardo do corpo físico, bem como ao culto e à devoção. Inclusive, essa determinação consiste no terceiro dos *Dez Mandamentos da Lei de Deus*, seguidos pela Igreja Católica, que pode ser enunciado como “Guardar domingos e festas de guarda”.

Em suma, da mesma forma que a Igreja pregava o amor ao trabalho como uma virtude cujo desvio era passível da maior de todas as punições – a danação eterna (THOMPSON, 1987)¹⁷⁸ – também assegurava a existência de um dia de ócio. Este, do ponto de vista do trabalhador, era de suma importância para a reposição de sua força de trabalho, que voltaria a ser utilizada intensamente já no dia seguinte. Além disso, tanto a imposição do trabalho como virtude como o dia de ócio tinham implicações diretas sobre as crianças: no primeiro caso, como o trabalho adquiria caráter virtuoso, não devia ser evitado às crianças – pelo contrário, precisava ser estimulado desde cedo. Portanto refletia em um reforço moral positivo à labuta infantil. Já a folga dominical consistia na oportunidade do livre brincar infantil, junto com outras crianças.

O domingo apresentava, ainda, mais uma atribuição religiosa às crianças: a catequese. Esta era um espaço de formação para os jovens fiéis, destinado à apreensão dos princípios daquela religião. É nesse sentido que um dos participantes reclamou que, mesmo tendo sua folga aos domingos, às vezes sobrava pouco tempo para brincar devido aos compromissos religiosos. No seu caso, a missa ocorria pela manhã na cidade; a catequese, em sua comunidade durante a tarde – ambas longe de sua residência, sendo que precisava se deslocar para os compromissos à pé. Assim, praticamente seu domingo todo era empregado na profissão de fé. Além disso, ele sugeriu que o pecado de trabalhar no domingo era perdoado no caso da

¹⁷⁷ Essa compreensão deriva da passagem bíblica de que Deus criou o mundo em seis dias; no sétimo – que seria o domingo – apenas descansou.

¹⁷⁸ Historicamente, a religião foi corresponsável (junto com a legislação e a escola, por exemplo) pela perpetuação do trabalho como virtude, como elemento moral. Neste sentido, Thompson (1987), ao analisar a formação da classe operária inglesa, identifica que a Igreja teve função de “educar” o trabalhador para o trabalho fabril, ensinando-o a respeitar os horários e a figura do patrão. “As consequências da indisciplina no trabalho poderiam ser não só a demissão, mas também as chamas do inferno [...] O trabalho correspondia à cruz do trabalhador industrial ‘convertido’” (THOMPSON, 1987, p. 249). O sofrimento era associado pela religião às chagas de Cristo e à redenção dos pecados, enquanto a alegria era vinculada à culpa. Por estas, a classe trabalhadora passou a, minimamente, conformar-se com as péssimas condições de trabalho e de vida.

ocorrência de imprevistos na produção – como formigas atacando o parreiral, por exemplo. A urgência de resolver situações inesperadas não era reprimida nem mesmo pelas regras religiosas e acabava por resultar em trabalho também no único dia em que tinha folga.

Além do já exposto, acerca especificamente do tempo destinado às brincadeiras, dois participantes relatam que tinham a possibilidade de brincar bastante durante a semana. O primeiro deles, do sexo masculino, afirma que começou a trabalhar apenas aos quatorze anos na roça e que, antes disso, podia brincar o quanto quisesse. Inclusive, que não brincava o dia todo porque cansava. Todavia, em vários momentos da entrevista, ele relatou memórias que contradizem essa posição inicial – como ao mencionar que detestava descascar milho, mas tinha que fazer porque os pais o mandavam. Mais esclarecedor ainda é quando ele disse que precisava tomar conta dos irmãos menores e dos primos, bem como limpar a casa. E eram justamente esses os sujeitos que ele afirmava serem os seus companheiros de brincadeira no dia a dia. Isso significa que ele brincava durante a semana, mas esse brincar ocorria permeado pelo trabalho de cuidar das crianças pequenas.

Outra entrevistada – essa do sexo feminino – afirmou não ter motivos para reclamar de sua infância, considerando que ela brincou bastante. Assim como no caso do senhor supracitado, no entanto, seu brincar também estava associado à sua responsabilidade com o cuidado dos irmãos menores. O trecho a seguir demonstra que seu tempo realmente livre para brincadeira se dava quando o bebê dormia:

A mãe ia... Imagine! Ela tinha os serviços. Nós éramos em seis, que daí eu tinha dois irmãos mais velhos, que eles já... desde que eu me lembro como gente, eles já ajudavam o pai, [...] a ir buscar pasto pros porcos, pasto para as vacas. Daí a mãe tirava o leite, daí eu cuidava do meu irmão... De vez em quando, eu judiava dele. Eu pegava aquele carrinho e empurrava assim... eu jogava ele na parede. Eu dizia “Durma! Durma!”, eu dizia, porque depois eu queria ir brincar [...]. Às vezes jogava aquele carrinho assim pra ele d... E eu acho que o coitado ficava tonto e ele dormia. Aí nós “óh” pra fora, brincar.¹⁷⁹

Neste caso, o tempo destinado às brincadeiras eram determinadas pelo trabalho: enquanto havia a necessidade de atender o irmão bebê, a entrevistada não estava livre para recreação. E, segundo seu relato de memória – especialmente no que se refere à sua pressa em fazer o bebê dormir – é possível inferir que, entre a brincadeira e o trabalho, ela preferia a brincadeira.

¹⁷⁹ Entrevista concedida à Natalia Palhoza em 09 de dezembro de 2018.

As memórias dos participantes desta pesquisa no que concerne ao brincar – nos limites de espaço e tempo dados pelo trabalho – são ligadas a brinquedos feitos de modo artesanal por eles próprios quando crianças. Para isso, utilizavam-se de materiais naturais encontrados no meio no qual estavam inseridas¹⁸⁰. São recorrentes relatos acerca da elaboração de artefatos como peteca, feita de palha de milho e penas de galinha; balanço no galho das árvores; bola, feita com uma trouxa de tecido ou uma meia estufada com palhas ou “cabelo” de milho. Eram comuns também as brincadeiras de pega-pega, esconde-esconde, pula-tábua, pula-corda e bolinha de gude. Além das já citadas, o livro *Memórias em tempos de mudanças* (BALDISSERA et. al., 2016) acrescenta a construção de carrinhos de madeira para descer as ladeiras nos poteiros, e a cetra (ou estilingue), construída com um pequeno galho de árvore e borracha. Esta última utilizava pedras como munição e servia como “arma” para caçar passarinhos, derrubar pinhas de araucárias, bem como para fazer competições de tiro ao alvo.

Uma das participantes – a que mais se dedicou ao relato de suas memórias de brincadeiras na infância – explica que em cada época do ano haviam determinadas brincadeiras específicas:

Porque tinha suas épocas. A época da peteca era mais da colheita do milho. Era no inverno. Essa época [*janeiro*] era de brincar... assim, era mais brincar de se esconder, de queimar com a bola, de bolinha de gude, de pular tábua. [...] De boneca, quando tinha as espiguinhas de milho. [...] Às vezes a gente até fazia a própria boneca com a espiguinha de milho. A gente fazia até competição. Mas aquilo a gente fazia escondido do pai, porque ele não queria que nós tirasse as espiguinhas do milho, claro. Que daí as bonequinhas... surgia assim as bonequinhas com os cabelos diferentes. Tinha umas com os cabelos rosa, uns tinha os cabelos branco, outros, cabelo amarelo.¹⁸¹

A necessidade de esconder a “bonequinha” do pai se dava porque ela correspondia à espiga ainda embrionária do milho e, ao retirá-la, inutilizava toda aquela planta. Havia, então, uma proibição por parte dos adultos, porque caso contrário, as crianças poderiam causar prejuízos grandes na produção do que viria a ser farinha para a polenta, insumo para os animais

¹⁸⁰ Medeiros, Silva e Silva (2012), em pesquisa com a memória de velhos na Ilha de Santa Catarina, também percebem que os brinquedos eram confeccionados com os materiais disponíveis na natureza. Porém, considerando que o contexto por eles analisado é distinto desta pesquisa, diferenciavam-se também as brincadeiras lembradas pelos participantes. Isso fica evidente, por exemplo, nos relatos analisados por Medeiros, Silva e Silva (2012) acerca do brincar com folha de bananeira e gravetos, transformados ludicamente em linha e bilro. Tal elemento, presente na cultura açoriana, não faz parte do repertório de italo-descendentes videirenses – portanto, não poderia aparecer como memória dos participantes desta pesquisa. Em adição, os autores supracitados consideram, que o mundo adulto era grande inspiração para a brincadeira infantil. E isso não significa uma mera imitação, tendo em vista que as crianças se constituem como indivíduos ativos perante o meio em que vivem e eram capazes de recriar a realidade de acordo com seus interesses. Entre os participantes aqui entrevistados, porém, apenas uma senhora relata que as meninas representavam o papel de suas mães na execução das atividades domésticas, ao brincarem de casinha.

¹⁸¹ Entrevista concedida à Natalia Palhoza em 09 de dezembro de 2018.

e excedente comercializável. No entanto, isso não impedia que, na forma de segredo, houvesse uma transgressão¹⁸² infantil à regra a fim de alimentar o lúdico. E a ludicidade dessa brincadeira pode ser observada de modo claro na fala da entrevistada, tendo em vista que o objeto por ela manuseado tem como característica algo similar a um cabelo, que o aproxima de uma boneca – em meio a tantas outras características que os distanciam radicalmente. Isso impunha àquela menina a necessidade de considerar alguns elementos e ignorar outros, transpondo o significado real daquele artefato para lhe atribuir um novo, imaginativo. A espiga de milho atuava como um pivô para a brincadeira, como pode ser observado a partir de Vygotski (1991).

Figura 24: Giovanni Simonetto e os filhos com seus brinquedos na década de 1930, em Perdizes/SC



Fonte: Hoeller, Zago e Sinzker (p. 288).

Nos relatos de memória dos entrevistados, os brinquedos industrializados eram raros, mas presentes. A foto acima foi a única encontrada no acervo do Museu do Vinho Mário de Pellegrin com registros afins, ainda que retrate um período um pouco anterior à infância dos participantes dessa pesquisa. Dentre estes, um senhor contou que, quando tinha sete anos de

¹⁸² Outro exemplo de transgressão é dado pela mesma entrevistada em entrevista concedida à Natalia Palhoza em 09 de dezembro de 2018. Segundo ela, sua mãe não deixava usar a máquina de costura para fazer roupas para as bonecas e essa regra era burlada: “De boneca também, fazer roupinha de boneca, na mão, tudo costuradinho. Quando a gente conseguia pegar a máquina da mãe, nossa que festa! Quando a mãe ia longe né, que daí ela não escutava, porque era a maquininha a mão. Daí nós cortava algum tecido alguma coisa assim e costurava as roupinha das bonecas. Era uma diversão. Era uma diversão, sabe?”.

idade, ganhou sua primeira bola de borracha para brincar com os irmãos. Outra senhora, por sua vez, relatou que era comum ganhar brinquedos como presente de Natal. Era uma forma de recompensa à labuta que ela e os irmãos desempenhavam diariamente. Nas palavras dela:

[...] até a gente tinha boneca. Na época assim no Natal a gente ganhava uma bonequinha. Porque daí assim, [*o trabalho*] não foi só na parreira [...] A gente ajudava muito no trigo também. Então o trigo era nessa época assim [*metade de dezembro, que estávamos falando*]. Então a gente ajudava o pai a colher o trigo, a puxar os feixes para, no Natal, a gente ganhar um presentinho. Então eu cheguei a ganhar boneca, uma bolsinha que era... Nossa! Era muito chique as meninas sair com uma bolsinha. Eu ganhei uma azul e a minha irmã ganhou uma cor de rosa. E a outra minha irmã que era já mais pequena, ela ganhou um boneco [...]. Então eu e a minha irmã estávamos naquela fase de ganhar a bolsinha. Então como nós ajudamos o meu pai a colher o trigo, né, naquela época, nós ganhamos a bolsinha no Natal. [...] E uma coisa que até lembro até hoje que eu queria e não consegui ganhar foi a sombrinha. [...] Porque aquela época, o guarda-chuva era uma coisa rara também.¹⁸³

Mais uma vez o brincar é interseccionado pelo trabalho. O brinquedo industrializado – um objeto de interesse e desejo por parte das crianças – era usado como motivador para que a participante e suas irmãs trabalhassem nos cultivos familiares. E este não foi o único depoimento do gênero: outra entrevistada contou que os pais a motivavam a trabalhar a fim de que, ao final do ano, ganhasse uma peça de roupa como retribuição¹⁸⁴. Ao relatarem essas passagens, ambas manifestam felicidade e sorriem, demonstrando que se remetem a memórias felizes de seus tempos de crianças. Tais *presentinhos*, no entanto, podem ser considerados como uma estratégia dos adultos para reforçar a imagem positiva do trabalho, assimilando-o de forma meritocrática. Isto é, quem trabalhava recebia uma recompensa prazerosa ao final de determinado período; mas apenas quem trabalhava, quem fizesse por merecer. Reitera-se que esta era a forma positiva de incentivo ao trabalho – outros entrevistados contaram que precisavam trabalhar quando os pais designavam sob risco de punições físicas: os adultos “passavam o chinelo” diante de uma recusa.

Em conclusão, fica evidente que o trabalho estava presente na infância dos ítalo-descendentes em Videira/SC. Tanto que não é possível considerar as memórias sobre o brincar de modo dissociado do trabalho – tal e qual ocorre também em relação à escola. Na verdade, é nítido que as atividades laborais determinavam os momentos destinados à recreação e ludicidade – que ocorriam geralmente aos domingos, ou, de forma eventual, durante os demais

¹⁸³ Entrevista concedida à Natalia Palhoza em 09 de dezembro de 2018.

¹⁸⁴ Nas palavras desta outra senhora: “Gostava [*de trabalhar*] porque eles tinham uma maneira assim de incentivar bastante, sabe? De dizer ‘opa, esse ano vamos fazer a tal coisa, daí vamos comprar roupa nova pra vocês’. E pra nós, a roupa nova era uma coisa muito boa, porque nós passava meio ano sempre com a mesma roupa” - entrevista concedida à Natalia Palhoza em 20 de dezembro de 2018.

dias da semana, nos intervalos do trabalho. De fato, todos os participantes rememoram a existência de algum tempo para além do trabalho, a ser dedicado exclusivamente às brincadeiras. Esses momentos envolviam irmãos, primos, vizinhos e, por vezes, incluíam a construção coletiva dos brinquedos, tendo a própria natureza como matéria-prima. Desta forma, as crianças construía instrumentos simbólicos que lhes permitiam criar um diálogo mudo com a realidade na qual estavam inseridas – enquanto parte de um povo, de uma classe (BENJAMIN, 1987).

É importante considerar que a atividade de brincar, de acordo com Vygotski (1991), tem papel fundamental no desenvolvimento humano por contribuir com a construção do pensamento abstrato. Através do ato de brincar, a criança se utiliza do imaginário – uma função exclusivamente humana, que também não está presente nas crianças muito pequenas – a fim de transpor o significado de um objeto, de uma relação e satisfazer um desejo seu que não pode ser realizado de outra forma. Esse desejo pode ser, por exemplo, trocar de papel com a mãe. Segundo o pesquisador russo, o brincar é uma atividade consciente, dotada de regras e que se difere de todas as demais atividades humanas, inclusive do trabalho. É por meio do brincar que a criança cria e recria o mundo a sua volta, apropriando-se dele.

Todavia, entre os participantes da presente pesquisa, o tempo destinado à brincadeira era muito pequeno, se observado em proporção àquele empenhado nas atividades laborais. As crianças trabalhavam muito mais do que brincavam. Assim sendo, o trabalho se tornava também a forma de mediação entre a criança e o mundo, transformando-se em meio de humanização. Humanização limitada, evidentemente, porque submetida a um contexto de relações desumanizadoras, pautadas na exploração, na simplificação e fragmentação do trabalho. Em outros termos, ao serem submetidas ao trabalho na forma capitalista, também eram submetidas a um “desenvolvimento distorcido do potencial humano” (VYGOTSKY, 2004). O que não se pode negar é que o trabalho era tão ou mais determinante do que o brincar na vivência da infância dos participantes dessa pesquisa.

4.3 SERIA O TRABALHO DOS ÍTALO-DESCENDENTES UMA QUESTÃO DE CULTURA? – O QUE DIZEM AS DEMAIS PESQUISAS ACADÊMICAS

O trabalho das crianças ítalo-descendentes é uma constante em várias pesquisas acadêmicas que se dedicam ao estudo de objetos relacionados às memórias de idosos nas antigas

colônias¹⁸⁵. De forma geral – e muito próxima ao que pode ser observado na presente pesquisa – percebe-se que as crianças eram iniciadas no mundo do trabalho desde muito cedo, com cerca de seis ou sete anos de idade (OSTETTO, 1997; STIMAMIGLIO, 2005; PRADO, 2013; SCARPIN, 2016). Elas ficavam encarregadas das mais diversas tarefas: carpiam junto à família, roçavam, plantavam e colhiam variedades – como arroz¹⁸⁶, milho, feijão, uvas, trigo – bem como desempenhavam atividades domésticas. As primeiras responsabilidades adquiridas pelas crianças consistiam em apanhar frutas no pomar ou legumes na horta, tratar animais, recolher gravetos para o fogo, varrer o quintal, cuidar dos irmãos menores, varrer o chão da casa e secar a louça (SIMONI, 2003). Ou seja, correspondiam às pequenas tarefas cotidianas, que iam se complexificando e se tornando mais exigentes quando a criança chegava perto dos dez anos de idade. Assim que possível, começavam a trabalhar na roça, “ajudando” a família:

[...] desde crianças, ajudavam a criar seus irmãos mais novos e descrevem que o tempo de lazer era pouco. As brincadeiras de criança destacadas trazem lembranças carinhosas e muitas boas: peteca, futebol, caçador com bola de meia, pular corda (“puladeira”), banho de rio, balanço nas árvores, corda, gata cega, esconde-esconde, roda, ovo choco, sentar em baixo dos pés de vergamotas e contar histórias. Iam à missa [...], iam nos poteiros, pegavam as folhas de coqueiros, entravam nelas como se fossem canoas, arrastavam um ao outro e desciam o morro, chupavam cana. Brincavam de boneca e de casinha, faziam bonecas de pano, observavam as imagem que as nuvens formavam. Quando ficavam maiores, tinham que ajudar no trabalho da “roça”. Geralmente, aos domingos após a missa, vinham as brincadeiras com irmãos, irmãs, primos, colegas de aula e vizinhos. (FABRO, 2010, p. 129 - 130)

Do trecho acima, emergem algumas questões importantes. A primeira delas é que a pesquisadora trata o trabalho das crianças como ajuda, tal e qual os próprios entrevistados se referem às suas atividades na infância. Como se torna nítido a partir de uma análise mais aprofundada do contexto em que aqueles indivíduos estavam inseridos, o que se tinha majoritariamente era trabalho – não apenas assistência, auxílio ao trabalho alheio. Além de não ultrapassar o âmbito aparente do fenômeno, a utilização de termos como “ajuda” atua suavizando a dimensão assumida pela labuta infantil dentro do núcleo familiar. Outra questão a ser pontuada é que Fabro (2010), da mesma forma que Simoni (2003), traz relatos de trabalho imbricados aos de brincadeira, sinalizando que existiam possibilidades para o brincar na vida

¹⁸⁵ As pesquisas analisadas e seus focos geográficos de estudo são: Fabro (2010) analisa o meio oeste de Santa Catarina, mais especificamente, Joaçaba; Ostetto (1997), Nova Veneza/SC; Prado (2013), São Caetano/SP; Scarpim (2016), Campo Largo/PR; Simoni (2003), Xavantina/SC; Stimamiglio (2005), Antonio Prado/RS; Trivilin (2009), Bento Gonçalves e Garibaldi/RS.

¹⁸⁶ Na pesquisa de Ostetto (1997), um informante conta que seu trabalho era colocar o arroz nas covas e que passava tanto tempo abaixado que, ao chegar em casa à noite, não conseguia mais dobrar a coluna. Apesar da distância histórica, relatos desse tipo também foram identificados na atualidade em crianças trabalhadoras na horticultura (FEITOSA, 2003) e na fumicultura (CONDE, 2012).

daquelas crianças. O que precisa ser frisado, no entanto, é que estas se restringiam aos domingos, considerando que os demais dias da semana eram dedicados às obrigações com o trabalho¹⁸⁷.

Além destes, outro ponto que aproxima a memória dos ítalo-descendentes videirenses dos demais participantes de outras pesquisas se dá no âmbito escolar. É observável que todos aqueles indivíduos estudaram por pouco tempo durante suas vidas – dificilmente frequentavam a escola para além do primário (STIMAMIGLIO; SCARPIN, 2016). Dentre os motivos identificados, pode-se listar a necessidade de trabalhar, ou porque não tinham roupas adequadas para o frio da região, porque não existiam escolas próximas às casas, faltavam vagas, além das dificuldades financeiras que requisitavam o trabalho das crianças nas pequenas propriedades (SIMONI, 2003, SCARPIN, 2016)¹⁸⁸. Se, no período em que frequentavam a escola, a vida daquelas crianças era dividida entre as aulas e a roça (SIMONI, 2003), depois de deixarem os estudos, restava apenas trabalho em tempo integral.

Ao analisarem a relação constante do trabalho com a infância nas memórias de seus entrevistados – principalmente quando consideradas as brincadeiras e a escolarização – os pesquisadores supracitados apontam que não se tratava de negligência por parte das famílias ou de mera desconsideração em relação às crianças. De acordo com tais estudos, duas razões eram determinantes para que indivíduos fossem postos precocemente na condição de trabalhadores: a questão econômica e o viés moralizante atribuído ao trabalho.

Acerca do primeiro aspecto – o trabalho infantil como decorrência de questões materiais – Trivilin (2009), Simoni (2003), Prado (2013) e Ostetto (1997) sinalizam que a capacidade produtiva das pequenas propriedades rurais era composta essencialmente pela força de trabalho familiar. Assim, a labuta na roça aglutinava homens e mulheres, adultos e crianças – todos os membros da família, atuando de forma cooperada como corresponsáveis pelo próprio sustento. Na esteira de Scarpin (2016), os demais autores atribuem o trabalho das crianças à necessidade de sobrevivência diante das dificuldades encontradas no trabalho rural – especialmente quando se referiam aos primeiros colonos, que precisaram abrir a mata para fazer

¹⁸⁷ Stimamiglio (2005), também constata entre seus entrevistados que o domingo era o dia destinado para as orações e para o brincar. Já Ostetto (1997, p. 19 - 20), é enfática ao afirmar: “Não há tempo durante a semana para as brincadeiras, ou espaço para diversão: “a nossa diversão era o trabalho na roça””.

¹⁸⁸ Além disso, em alguns casos, a frequência escolar era determinada pelo trabalho. Segundo um participante entrevistado por Stimamiglio (2005), ele só podia ir às aulas quando chovia: nos dias de sol, tinha que trabalhar na roça. Prado (2013), por sua vez, relata que as crianças não eram obrigadas a frequentar as aulas, por isso acabavam faltando muito para “ajudar seus pais nos afazeres domésticos” (PRADO, 2013, p. 500). Mesmo assim, segundo a autora, isso não se constituía como um empecilho à aprendizagem, já que as crianças acabavam permanecendo matriculadas por mais tempo do que os três anos necessários para aquisição do diploma do primário.

suas roças. Ademais, as famílias não podiam abdicar do trabalho dos filhos, porque não dispunham de força de trabalho adulta suficiente para dar conta dos trabalhos na propriedade, da mesma forma que não tinham recursos financeiros para a contratação de trabalhadores assalariados.

Sobre o segunda nuance relacionada ao trabalho infantil entre os ítalo-descendentes, Simoni (2003) destaca que a labuta diária era entendida pelas famílias como um meio para educar as crianças de forma que estes não se tornassem vagabundos e preguiçosos depois de adultos. O trabalho assumia, então, importante papel moralizador. É bastante ilustrativo o relato de uma senhora entrevistada por Simoni (2003), que afirma que era ameaçada e impelida a trabalhar aos quatro anos de idade por sua tia, porque esta “não iria criar gente que não trabalha” – algo vergonhoso para aquelas famílias¹⁸⁹. Scarpin (2016) completa que o trabalho era exaltado como um valor, além de ser ensinado como o meio para se alcançar o sucesso – desde que acompanhado por parcimônia nas despesas. Assim, para os ítalo-descendentes, “o trabalho era inerente ao processo educativo” (SCARPIN, 2016, p. 40), responsável por formar indivíduos virtuosos.

A soma da necessidade material do trabalho dos filhos e a conotação moralizante atribuída às atividades laborais, identificadas pelos pesquisadores como razões para o trabalho infantil, os conduzem à conclusão de que as crianças eram vistas sob outro prisma nas antigas colônias italianas. Para Scarpin (2016) e Trivilin (2009), a infância era percebida como um período específico por aquelas famílias, configurando-se como uma época privilegiada tanto para a educação – que também ocorria, em partes, por meio do trabalho – quanto para o brincar. Por isso, reservava-se sempre momentos de lazer aos pequenos, mesmo que semanalmente. Nesse sentido, segundo os pesquisadores supracitados, a infância não era entendida como época exclusiva para atividades escolares e lúdicas: também era tempo para a inserção no mundo do trabalho¹⁹⁰.

Prado (2013) vai ao encontro dessas compreensões, afirmando que o trabalho das crianças emergia de forma muito naturalizada no contexto de vida dos ítalo-descendentes. Segundo esta pesquisadora, aquelas crianças trabalhavam “[...] porque era uma prática aceita

¹⁸⁹ É interessante perceber que a justificativa do trabalho infantil por seu caráter moralizador – comum em meados do século XX nos grupos de ítalo-descendentes – permanece quase que inalterada pelas populações rurais quase um século depois. Isso pode ser evidenciado contrapondo as pesquisas supracitadas às referentes à atualidade, como a de Conde (2012).

¹⁹⁰ Em adição, Tisott (2008) e Simoni (2003) também apontam que o trabalho aparece como integrado à vida familiar, não como algo extraordinário ou isolado.

na sociedade da época, que as crianças trabalhassem ajudando seus pais” (PRADO, 2013, p. 495). Além disso, inserir as crianças desde cedo nas atividades laborais seria uma forma das famílias reproduzirem as tradições de seus países de origem – no caso, a Itália. Dito em outros termos, o trabalho infantil se associava à visão de infância da época e à cultura difundida naqueles grupos sociais.

Ostetto (1997), por sua vez, questiona que tipo de infância era aquela com a qual se depara em sua pesquisa, em que as crianças quase não tinham tempo para o lúdico por conta do trabalho. Sua resposta passa pela crítica à teorias evolucionistas, que compreendem a criança como um ser imaturo e incompleto, e a infância como uma mera decorrência da pouca idade. A pesquisadora pauta-se em Phillippe Ariès para afirmar a infância como uma construção histórica e social. Assim, não se apresentaria de forma homogênea em todas as épocas e lugares. A ideia da criança como um ser inocente, doce e frágil – como percebido atualmente – seria resposta a um modelo burguês de infância e não corresponde àquela dos ítalo-descendentes nas pequenas propriedades familiares em meados do século XX. Nas palavras dela:

[...] as crianças que fazem parte desta narrativa fogem ao modelo dominante. São crianças (porque tem pouca idade), mas não infantes (pois não podem viver o tempo social da infância). Sobretudo constroem-se através do trabalho familiar, o qual se impõe como um traço cultural marcante. (OSTETTO, 1997, p. 20)

Stimamiglio (2005) segue pelo mesmo caminho teórico. A pesquisadora afirma que as infâncias são plurais e que são compreendidas de modo distinto ao longo do tempo – em decorrência, por exemplo, do próprio desenvolvimento das ciências humanas. O trabalho infantil das crianças ítalo-descendentes em Antônio Prado/RS no início do século XX – analisado pela pesquisadora em sua dissertação – não teria a mesma conotação daquela assumida na atualidade: era um elemento fundamental para a economia familiar e apresentava especificidades de acordo com o local em que a família morava (campo ou cidade), com a condição econômica, a oportunidade de instrução. Em outros termos, a autora também defende que o trabalho era parte intrínseca daquela infância, decorrendo de outra forma de perceber as crianças¹⁹¹.

De forma geral, fica evidente que os pesquisadores aqui considerados – que, em alguma medida, dedicaram-se à compreensão da infância dos ítalo-descendentes nas antigas colônias – entendem o trabalho precoce das crianças como decorrência de uma concepção

¹⁹¹ Também baseada em Ariès e ressaltando o sentimento de infância como influenciado por um “projeto burguês”, Simoni (2003) afirma que as crianças se integrava à unidade familiar, tornando-se corresponsáveis pelo sustento do grupo.

própria de infância. Isso quer dizer que tais famílias concebiam a infância de seus filhos de uma forma distinta do que se difunde atualmente: viam-na como um tempo de escola, de brincadeira, mas, principalmente, de inserção no mundo do trabalho. De fato, a labuta infantil não era tida como nenhuma anormalidade, considerando que todas as crianças trabalhavam. Porém, é indispensável evidenciar as bases materiais que implicavam em tal modo de compreender a infância. Antes de uma ideia que legitimava o trabalho infantil naquele contexto, havia a necessidade objetiva da labuta das crianças para o próprio sustento, bem como para o de sua família. O entendimento acerca do trabalho infantil como algo corriqueiro, natural derivava da própria materialidade vivida, porque não se tinha alternativa além do trabalho de toda família na pequena propriedade.

Tendo em vista que os homens se reproduzem em meio a relações que já estão postas e que independem de sua vontade, é necessário apreender tais determinantes a fim de contextualizar os fatos e situações próprios a algum grupo em determinado momento histórico. Nesse sentido, reitera-se que as pequenas propriedades fundadas com a colonização fazem parte de uma totalidade, não são fechadas em si mesmas: elas estiveram desde sempre inseridas no modo de produção capitalista, assumindo importante papel na produção de matéria-prima para a grande indústria. Seus trabalhadores, os colonos, nesse modo de sociabilidade, precisavam vender algo no mercado a fim de trocar por outras mercadorias que eram incapazes de produzir, mas essenciais para sua sobrevivência. Para a produção destas mercadorias, necessitavam da força de trabalho de todos os familiares, incluindo seus próprios filhos, considerando que realmente não possuíam máquinas, nem condições para contratar outros trabalhadores e eram obrigados a produzir em grande quantidade, no menor tempo possível. É aí que se tornava fundamental e indispensável também o trabalho das crianças.

Naquele contexto, fica evidente que o trabalho infantil era produto da posição que tais indivíduos assumiam nas relações capitalistas: eram membros da classe trabalhadora. Ainda que pertencessem à famílias proprietárias de algum meio de produção, viviam através do dispêndio da própria força de trabalho – e, caso não o fizessem, não conseguiriam reproduzir a sua existência. Essa relação entre a particularidade daqueles grupos com a totalidade do sistema não está explicitada nas análises feitas pelos pesquisadores que abordam a infância entre os ítalo-descendentes – especialmente para aquelas que pontuam a labuta das crianças como necessidade para as famílias, como Trivilin (2009), Simoni (2003), Prado (2013), Ostetto (1997) e Scarpin (2016). Isso os impede de transpor a aparência do fenômeno, de ultrapassar

suas formas imediatas a fim de entender os motivos reais que punham aquelas crianças na condição de trabalhadores.

Ademais, o trabalho também estaria associado à formação moral das crianças, como indivíduos virtuosos. Tal atribuição dada a essa atividade humana não ocorre desvinculada do modo de produção vigente. Historicamente, os trabalhadores foram educados e docilizados a fim de se adequarem ao trabalho na forma capitalista. Este processo decorre da ação de instituições que produzem consensos – como a Igreja, conforme pontua Thompson (1987) – bem como pela ação coercitiva do Estado e suas legislações com severas punições à vagabundagem (MARX, 2017). Os trabalhadores aprenderam a *amar* o trabalho e atribuir-lhe sentido como única forma de sucesso possível. Tanto *amor* é, inclusive, objeto da crítica de Lafargue (2003), ao afirmar que os trabalhadores deveriam, verdadeiramente, odiar o trabalho. Isso porque, em sua forma capitalista, a labuta lhes rouba o direito à preguiça, ao tempo de prazer, na mesma medida em que ceifa a infância de seus filhos e a vitalidade das mulheres por submetê-los a jornadas extensas e desgastantes.

Assim, o trabalho como princípio moralizador das gerações mais jovens tem sua origem intimamente ligada à ascensão do capitalismo. É na Europa – berço de tal modo de sociabilidade e em um período já posterior ao desenvolvimento das relações capitalistas – que nasceram e foram educados os ascendentes dos indivíduos participantes desta e das demais pesquisas aqui citadas. Ao se instalarem no Rio Grande do Sul e, posteriormente, em Santa Catarina, eles reproduziram o mesmo contexto de relações sob o qual foram forjados. De forma geral, porém, a reprodução das relações de trabalho são analisadas pelos pesquisadores da temática como mera reprodução cultural.

Nesta esteira, por exemplo, Colbari (1997) sinaliza que os imigrantes italianos, com seu *capital cultural elevado* e espírito empreendedor baseado no familismo e na ética do trabalho, foram determinantes para a construção da cultura brasileira. Não fica evidente em sua análise, contudo, as transformações no mundo do trabalho que desencadearam as imigrações e a formação das colônias no Brasil. Dentre estas, talvez a mais importante seja a passagem do trabalho escravo para o trabalho livre, que demandou um novo tipo de trabalhador. Os italianos já eram educados para essa configuração do trabalho, da mesma forma que já produziam pautados na propriedade privada da terra e na circulação mercantil – diferente dos indígenas e caboclos, que habitavam grande parte do território nacional, onde foram instaladas colônias. Assim sendo, os europeus e seus descendentes foram os responsáveis por expandir e perpetuar no país as relações de produção propriamente capitalistas.

Todavia, é importante ressaltar que não é equivocado dizer que a valorização do trabalho fazia parte do contexto cultural dos ítalo-descendentes. Para os estudiosos da Teoria Histórico-Cultural (LEONTIEV, 1978; VYGOTSKY *apud* REGO, 1995), os indivíduos se tornam propriamente humanos com a aquisição de habilidades, como as funções psicológicas superiores, a partir da interação com o meio social e cultural no qual estão inseridos. Dentro dessa perspectiva, a cultura tem seu significado relacionado ao aparato de saberes (teóricos, artísticos, simbólicos, filosóficos, científicos) produzidos pela humanidade. Porém, com a cisão da sociedade em classes sociais, também são divididas as possibilidades de aquisição do que há de mais elevado da cultura humana – esse direito fica restrito à determinada classe que também detêm os meios de produção. Os trabalhadores, por sua vez – como os ítalo-descendentes se posicionam enquanto classe – podem somente se apropriar e se reproduzir a partir de uma cultura alienada e alienante¹⁹². Em síntese, torna-se evidente que a cultura apresenta um vínculo estreito e indissociável com a posição assumida pelo trabalho na sociedade. Não pode ser dada como a causa de algum fenômeno por si própria, somente quando apontada como fruto das relações objetivas.

A análise do trabalho infantil sob uma perspectiva cultural não se resume aos estudos acerca da infância dos ítalo-descendentes nas antigas colônias, tal qual já expresso em Ostetto (1997), Stimamiglio (2005) e Prado (2013), dentre outros. Diversas pesquisas que se dedicam à compreensão do trabalho infantil em espaços não-urbanos na atualidade também apontam fatores culturais como determinantes para a persistência deste que, nos dias de hoje, é considerado um grave problema social – como Becker, Costa e Pavão (2014), Reis e Moraes (2016), Stropassolas (2012) e Santos (2009). Nestes casos, o trabalho infantil também é entendido como uma manifestação própria da cultura de determinados grupos sociais, como dos trabalhadores do campo. Se o objetivo último é erradicar o trabalho infantil sob as exploratórias relações capitalistas, a premissa dos autores pode ser considerada contraditória, tendo em vista que as teorias culturalistas pressupõem o respeito às diferentes manifestações

¹⁹² “A usurpação de territórios dos países menos avançados, a pilhagem de populações indígenas e a sua redução à escravatura, a colonização destes países, tudo isto é que interrompeu o seu desenvolvimento e provocou uma regressão da sua cultura. Regressão devida não apenas ao fato de os povos sujeitos, na sua grande maioria, se verem privados dos meios materiais mais indispensáveis ao seu progresso cultural, mas também ao fato de terem sido levantadas barreiras artificiais entre eles e a cultura mundial. Se bem que os colonizadores tenham sempre dissimulado os seus objetivos interesseiros sob frases exaltando a sua missão cultural e civilizadora, de fato reduziram países inteiros à miséria cultural. Quando importavam riquezas culturais destinadas às massas, tratava-se o mais das vezes de riquezas fictícias, levando-lhes menos cultura verdadeira do que a espuma que sobrenada à superfície das águas” (LEONTIEV, 1978, p. 284).

culturais, sob pena de cair em um “etnocentrismo” – isto é, em um julgamento negativo da cultura alheia a partir da ótica da cultura do observador.

Além desta, a explicação culturalista atribuída ao trabalho precoce apresenta outra fragilidade. Se efetivamente a labuta das crianças fosse apenas uma questão de cultura, bastaria um investimento massivo na formação dos sujeitos a fim de que ampliassem seu referencial cultural e passassem a ver o trabalho dos infantes de forma diferente – e não mais como algo bom. Porém, tomando a materialidade das relações de trabalho como central para a compreensão do trabalho infantil, fica evidente que o problema está ligado às necessidades mais elementares de sobrevivência para muitos indivíduos e famílias. Assim, pensar em soluções para o trabalho infantil nesta sociedade não é tão simples. Na verdade, Aued e Vendramini (2009) e Conde (2012) pontuam que a erradicação desse problema social passa pela própria superação dessa organização do trabalho baseada na exploração. Somente a partir disso, mudar-se-á também a forma como a infância será entendida na sociedade.

Isso significa que, para entender as causas desse fenômeno, é necessário olhar de modo crítico ao trabalho das crianças nos espaços rurais, especialmente quando se considera os ítalodescendentes ao longo do século XX – objeto da presente pesquisa. Para isso, pressupõe-se sempre o estabelecimento da relação entre a pequena propriedade e a totalidade das relações capitalistas, que impõem aos agricultores a necessidade de subsistir utilizando a própria força de trabalho familiar na produção de mercadorias. Torna-se perceptível, assim, que o trabalho infantil é uma questão de classe social, própria dos trabalhadores nesse modo de sociabilidade. A cultura é também um desdobramento desta questão elementar e, portanto, por si só não pode ser considerada a razão última para o trabalho infantil.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo a compreensão do trabalho infantil na produção vitivinícola familiar do início do século XX até a década de 1970, no Município de Videira/SC. Buscou-se conhecer como ocorria a inserção das crianças naquele processo produtivo e quais as eram as razões que motivavam seu trabalho precoce. Também foram ponderadas as relações estabelecidas entre o tempo de trabalho, a escolarização e o brincar para aqueles indivíduos. Para isso, desenvolveu-se uma investigação que combinou a análise de entrevistas e de dados coletados em fontes documentais e bibliográficas. Além disso – a partir de outras pesquisas acadêmicas – foram analisadas as conexões entre as causas do trabalho infantil e a cultura dos ítalo-descendentes.

A labuta das crianças foi entendida tendo como pressuposto a posição assumida pelo trabalho nesta sociedade, que se organiza em sua forma capitalista. Verificou-se que a adesão a tais relações de produção não é voluntária, isto é, não depende da escolha individual do sujeito ou de suas famílias. São, sim, relações “herdadas” das gerações anteriores. Isso significa que, ao nascer em um determinado contexto, os indivíduos precisam assumir sua condição e reproduzir sua existência dentro dos limites e das possibilidades que lhes são dados. Há, portanto, um caráter determinantemente histórico no ser e estar da humanidade. Afirmar isso é o mesmo que dizer que o ser humano não é regido exclusivamente pelas leis da natureza: enquanto gênero humano é capaz de impor sua vontade e, em muitos aspectos, de dominar a forma natural de ser. Portanto, o modo como os seres humanos vivem não reside simplesmente no terreno do natural, mas do social, dado que respondem diretamente às novas necessidades que surgem em cada momento histórico.

A partir disso, ficou evidente que a produção vitícola nas pequenas propriedades videirenses era necessária à sobrevivência daqueles indivíduos. Era por meio da uva que comercializavam como matéria-prima para a indústria que as famílias obtinham o dinheiro para trocar por outras mercadorias que eram incapazes de produzir individualmente. É importante ressaltar que a força de trabalho utilizada na produção das vinhas provinha dos próprios membros da família. Isso não acontecia por uma questão de cultura, ideologia ou tradição, que priorizaria os possíveis segredos centenários no cultivo artesanal da planta, mas pela impossibilidade financeira de comprar a força de trabalho de terceiros. Além disso, como a produção das propriedades familiares era essencialmente braçal e seu produto concorria no mercado com outras oriundas de produtores maiores, que tinham maquinaria e conseguiam

produzir maior quantidade em menor tempo. A única opção aos pequenos produtores era a utilização intensa de toda a força de trabalho que dispunham, inclusive das crianças. Era por essa razão que elas se inseriam no processo produtivo vitivinícola.

De acordo com as memórias narradas pelos entrevistados, os registros fotográficos e os relatos de livros de família, as crianças trabalhavam na vitivinicultura familiar em atividades variadas. Estas se relacionavam diretamente ao ciclo biológico da planta e aos diferentes cuidados que ela demandava ao longo do ano. Há relatos de idosos que, em suas infâncias, carpavam sob o parreiral; outros, que tinham a função de “catar” formigas quando estas atacavam os pés de videira; há ainda fotografias e relatos escritos denotando crianças junto aos seus pais durante a sulfatagem – um processo descrito pelos pesquisados como restrito aos mais velhos, já adolescentes; também, relatos de crianças que trabalhavam assessorando seus pais na pulverização de agrotóxicos. Todavia, a participação mais intensa das crianças se dava no período de maior demanda de força de trabalho na produção vitícola: a colheita. Entre os meses de janeiro e fevereiro, elas participavam do processo recolhendo grãos que caíam no chão, carregando os cachos em cesto para fora do parreiral, encaixotando a fruta para posterior comercialização. Essas atividades de trabalho não ocorriam apenas dentro do espaço familiar, já que era comum a permuta de dias de trabalho entre as famílias vizinhas, além de existirem casos esporádicos de assalariamento.

Além disso, as famílias ainda produziam vinho artesanal para o autoconsumo. Com técnicas bastante rudimentares e artesanais, a uva era esmagada com instrumentos de madeira, depois era acondicionada em pipas onde se transformava em vinho. Os participantes da pesquisa contaram que também estavam presentes nesse processo, por exemplo, separando os grãos de uva no momento da moagem. Os mais velhos relataram que chegaram a esmagar a uva pisoteando-a – procedimento abandonado assim que as forças produtivas evoluíram com a criação de outras tecnologias. Porém, como a vinificação própria não rendia lucros às famílias, ocorria em uma escala muito pequena se comparada ao volume e ao trabalho destinado ao preparo da uva vendida. Por isso, as memórias sobre essa parte do processo produtivo são mais escassas e não tão significativas nos relatos orais.

De fato, estas constatações corroboram a primeira hipótese levantada: as crianças estavam inseridas em todas as fases do processo produtivo vitivinícola dentro da pequena propriedade familiar. E sim, as razões dessa labuta tinham relação direta com a necessidade de competir no mercado. É possível, entretanto, ampliar essas afirmações. Embora acompanhasse todo o processo de produção, a demanda pelo trabalho das crianças se apresentava em escalas

diferentes: enquanto a colheita era o auge, a vinificação se mostrou um processo pouco lembrado. Outrossim, as relações que colocavam aquelas crianças na condição de trabalhadoras também lhes impunha a cobrança por um ritmo intenso e por uma precisão em suas tarefas, dado que tinham que produzir a melhor uva possível a fim de conseguir comercializá-la a um bom preço.

Ademais, as atividades executadas pelas crianças, por vezes apresentavam riscos à saúde, seja a curto, médio ou a longo prazo. São exemplos os trabalhos braçais, como carpir com enxada e carregar caixas repletas de uva. Segundo um dos entrevistados, o trabalho em sua infância o levou, na atualidade, a recorrer à fisioterapia semanalmente para tratar problemas adquiridos em função do demorado esforço realizado na época — em suas palavras, o trabalho precoce “não matou ninguém, mas deixou todo mundo meio torto”. Outro participante, aos 71 anos, afirmou estar “todo duro e cheio de dores”, porque ele tinha que trabalhar pesado ainda no início da adolescência. Além dos já citados, havia ainda o contato com agroquímicos, com riscos de intoxicação; ou, do perigo de ferimentos imediatos, causados pelo manuseio de objetos cortantes ou por eventuais picadas de animais peçonhentos, por exemplo. Todas essas situações compunham o ambiente ao qual as crianças eram submetidas no trabalho vitivinícola na pequena propriedade.

O contexto aqui retomado permite concluir que, no âmbito da pequena propriedade rural, as crianças se submetiam à exploração de sua força de trabalho. Por mais que não se concretizasse uma relação de assalariamento direto, os vitivinicultores tinham sua subsistência garantida somente na medida em que comercializavam seu produto com a indústria. Era uma relação necessária, ainda que fosse pautada em uma aparente autonomia pela posse dos meios de produção por parte do trabalhador. Autonomia que, realmente, não passa de aparência, já que a indústria determinava quando iria receber as uvas, como pagá-las e, até mesmo, a forma de produzi-las, dado que compravam apenas as frutas que se adequavam ao padrão imposto. Isso implicava em uma intensificação no trabalho dentro da pequena propriedade, resultando em um ritmo mais acelerado – o que evidentemente refletia diretamente sobre o trabalho dos indivíduos mais jovens.

Pode-se perceber também que a labuta desempenhada nas pequenas propriedades, mesmo com suas técnicas e instrumentos rústicos, interligava-se ao que havia de mais moderno produzido pelo homem em relação à vitivinicultura: o maquinário da indústria de vinhos, local ou paulista. A matéria-prima produzida naqueles confins do mundo se unia às tecnológicas máquinas das vinícolas sob a propriedade do capitalista até mesmo em grandes centros. O

produto final – um vinho, um suco – carregava em seu corpo o resultado do trabalho coletivo no campo e na cidade, por adultos e crianças, combinando trabalho braçal e tecnologia. Enfim, configurava-se como produto do trabalho coletivo – e, por assim ser, escamoteava todos os processos e os trabalhadores envolvidos em sua fabricação. Não menos importante, estes vinhos ou sucos pertenciam ao capitalista, não ao produtor rural, caracterizando a alienação, o distanciamento, entre produtor e produto final.

Outra questão a ser pontuada é que o trabalho na vitivinicultura não representava a totalidade da labuta dispendida pelas crianças nas pequenas propriedades familiares. Elas também trabalhavam nos cultivos de subsistência, nas tarefas domésticas, no cuidado com os irmãos menores. Assim, tinham um papel próprio dentro da divisão familiar do trabalho: faziam as atividades que os pais consideravam mais leves, a partir de cinco ou seis anos de idade, sendo que essas responsabilidades aumentavam em dificuldade e intensidade conforme a criança crescia. De forma geral, o trabalho ocupava quase todos os dias da semana da criança, seguindo a mesma jornada dos adultos.

Quando aquelas crianças frequentavam a escola, seus dias eram divididos entre as aulas e o trabalho. Todavia, como as instituições escolares multisseriadas de suas comunidades possuíam apenas as séries do primário, dificilmente estudavam para além desse nível. Isso porque, tornava-se necessário se deslocar até a cidade. Como os indivíduos já eram mais velhos, esse fato coincidia com a necessidade de assumir maiores responsabilidades no trabalho em suas pequenas propriedades. Entre os entrevistados, somente os homens prosseguiram por pelo menos um ano o estudo nas escolas urbanas. Assim mesmo, nenhum deles terminou o ginásial: deixaram de estudar para se dedicar integralmente à labuta, porque precisaram, por exemplo, substituir o pai adoentado ou porque a combinação do estudo com o trabalho se tornava exaustiva. O que se torna nítido é que, na vida daqueles indivíduos, ainda na infância ou início da adolescência, a atividade de trabalho era a prioridade. Isso significa que, caso fosse necessário escolher entre estudo e trabalho, era este último a opção adotada. A partir daí, os indivíduos dedicavam-se integralmente à labuta na pequena propriedade.

Se durante a semana as crianças tinham seus dias divididos entre a escola e o trabalho – ou somente este último – restava apenas os finais de semana para o tempo livre. Mais especificamente, o domingo. Este era o dia reservado pelas famílias às atividades religiosas e ao descanso. Para as crianças, representava também o dia livre para brincar. Segundo os relatos dos participantes, ao longo da semana não havia tempo para as brincadeiras, a menos que terminassem uma tarefa antes do previsto ou que fossem incumbidos do cuidado com irmãos

menores. Neste caso, a brincadeira se misturava à responsabilidade do zelo pelos mais pequenos. Além disso, os relatos de brincadeira dos entrevistados envolvem quase sempre artefatos produzidos pelas próprias crianças, com elementos abundantes na natureza. O brinquedo comprado, industrial, era algo raro e bastante desejado, pois tinha um preço alto e as famílias raramente podiam adquiri-lo.

Observa-se que o trabalho não apenas concorria com a brincadeira e com a escola: ele determinava o tempo destinado a estas últimas, conforme já havia sido hipotetizado. Todavia, pressupunha-se inicialmente que a infância se subsumia ao trabalho. Isso não pôde ser corroborado, tendo em vista que eram apenas as atividades de brincar e de estudar que se encontravam subsumidas à labuta. O trabalho era também parte da infância daquelas crianças e, por vezes, se mostrava uma experiência tão ou mais determinante que o próprio brincar e estudar. As atividades de brincadeira e de estudo são consideradas pelos estudiosos da teoria histórico-cultural como atividades-guia em boa parte da infância. Isto significa que é por meio delas que as crianças interagem e se apropriam do mundo a sua volta. O trabalho assumiria essa posição apenas ao final da adolescência. Entretanto, dentro dos limites e possibilidades impostos pela materialidade vivida, o trabalho precoce era necessário para a reprodução da própria vida das crianças, bem como a de suas famílias. Assim, concomitantemente, também assumia um relevante papel na humanização daqueles sujeitos por se tornar, desde cedo, a atividade mediadora entre as crianças e o meio em que viviam.

A partir do exposto, é possível concluir que o trabalho infantil nas pequenas propriedades rurais familiares em Videira/SC, em meados do século XX, se apresentava como fruto de múltiplas determinações. Localizado sob o modo capitalista de produção, suas razões últimas residiam na necessidade dos pequenos vitivinicultores subsistirem utilizando a própria força de trabalho, tendo em vista a produção de itens para autoconsumo e para a circulação. Isso influenciava diretamente a divisão familiar do trabalho, no que se refere à distribuição das tarefas de acordo com o sexo e a idade. Em suma, da mesma forma que a compreensão desse fenômeno passa pela objetividade calcada no modo de produção, também reside no privado, no interior das células familiares que se organizam de forma dialética com a superestrutura social. Por isso o trabalho infantil se constitui como um fenômeno tão complexo.

Em contraste, para outros pesquisadores que abordam a infância dos italianos e de seus descendentes nas antigas colônias – como Ostetto (1997), Stimamiglio (2005) e Prado (2013) – o trabalho precoce pode ser considerado como produto da cultura daqueles grupos. Segundo suas constatações, a labuta das crianças seria decorrência de uma compreensão distinta de

infância, que não a resumiria ao brincar e ao estudar, como se entende atualmente. Isso vai ao encontro do que anuncia a terceira hipótese levantada previamente, todavia, não corresponde à realidade encontrada nesta pesquisa, quando se toma por pressuposto as bases materiais da sociedade capitalista.

De fato, o trabalho é um elemento próprio da cultura dos ítalo-brasileiros. Seus ascendentes são oriundos de uma Europa em que o capitalismo já se encontrava bastante desenvolvido. Portanto, já haviam internalizado uma série de ideais afirmados pela sociedade – o amor ao trabalho, por exemplo. Isso era decorrência direta da atuação de aparelhos ideológicos, como a igreja e a escola, combinada às punições severas à vagabundagem. Assim, esses valores foram reproduzidos culturalmente aos filhos e netos que viriam a ter no Brasil. Seus descendentes nas antigas colônias atribuíam o sucesso financeiro e a boa índole à labuta, ao pão conquistado sob o sol com o suor do próprio rosto. Não havia razões, então, para proteger as crianças de algo que era tido como positivo.

Entretanto, a cultura tem suas origens também nas bases materiais. Ela resulta das possibilidades encontradas pelos homens para suprir suas necessidades, em um movimento dialético com a natureza. Isto é, a cultura é fruto do trabalho e se caracteriza como o aparato de saberes, lendas, costumes e formas de vida dos homens. Sob o modo capitalista, a cultura também se deforma, na medida que determinado grupo é impedido do acesso ao que há de mais novo e complexo produzido pela humanidade. Estes indivíduos podem então se reproduzir culturalmente apenas por meio de fragmentos alienados e alienantes da própria cultura. Desta forma, é possível concluir que a cultura não é a causa última do trabalho precoce. Suas razões estão relacionadas ao próprio modo de sociabilidade vigente.

E, com a persistência do modo de produção capitalista, que torna as pequenas propriedades rurais uma extensão da própria fábrica, perpetuou-se também a utilização da força de trabalho infantil no campo catarinense. Nas pequenas propriedades rurais, em ambientes privados de cunho familiar, as crianças continuam trabalhando em atividades agrícolas e agropecuárias, produzindo matérias-primas diretamente para a indústria. Não necessariamente uva, mas fumo, milho, trigo, soja, suínos, leite. O trabalho precoce das crianças nesses ambientes persiste porque não são alteradas as bases materiais que pressupõem a necessidade de reproduzir a própria existência. A solução para tal problema é a construção de um novo modo de sociabilidade em que as relações sociais não permitem que crianças sejam colocadas na posição de trabalhadoras. Uma sociedade constituída sob outras bases que não a exploração e a miséria, em que todos possam usufruir igualmente dos avanços tecnológicos e do repertório

cultural produzido pela humanidade. Tendo em vista que reformar as manifestações desse modo de produção não elimina suas contradições essenciais, faz-se necessário a transformação radical e revolucionária das bases materiais. E isso só é possível com a ação conjunta dos próprios trabalhadores, indignados com as correntes que prendem a eles e a seus filhos em um mundo de necessidades impostas.

REFERÊNCIAS

- ALCUBIERRE, Karina Strohhaecker Lisa. **Crianças migrantes: Sentidos e memória da objetividade vivida**. 2017. 285 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Florianópolis, 2017. Disponível em: http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/16_10_2018_15.53.53.32d8ba2f577f9442195a54377466aa32.pdf. Acesso em: 20 jan. 2019.
- ALMEIDA, Sandro Henrique Vieira de; ANTUNES, Mitsuko Makino. A teoria Vigotskiana sobre memória: possíveis implicações para a educação. In: 28ª REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 28., 2005, Caxambu. **Anais eletrônicos**. Caxambu: Anped, 2005. p. 1 - 18. Disponível em: <http://28reuniao.anped.org.br/gt20.htm>. Acesso em: 18 dez. 2018.
- ARIÈS, Phillipe. **História Social da Criança e da Família**. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabarra, 1986.
- AUED, Bernardete Wurblevski; VENDRAMINI, Célia (org.). **A persistência do trabalho Infantil na indústria e na agricultura: Santa Catarina no contexto brasileiro**. Florianópolis/SC: Insular, 2009. 128 p.
- BALDISSERA, Deolino *et al.* **Memórias em tempos de mudanças**. Joinville: Clube dos Autores, 2016. 130 p.
- BASSANEZI, Maria Silvia Casagrande Beozzo. Crianças a caminho: Imigrantes e filhas de imigrantes nas terras paulistas. In: XVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - CONHECIMENTO HISTÓRICO E DIÁLOGO SOCIAL, 27, 2013, Natal. **Anais [...]**. Natal: ANPUH, 2013. p. 1 - 17. Disponível em: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364329162_ARQUIVO_BASSANEZI,M SCB.pdf. Acesso em: 30 mar. 2019.
- BASSANEZI, Maria Silvia Casagrande Beozzo; SCOTT, Ana Silvia Volpi. Criança e jovem *oriundi* na terra do café, no final do século XIX e início do século XX. In: RADIN, José Carlos. **Cultura e identidade italiana no Brasil: algumas abordagens**. Joaçaba: UNOESC, 2005. p. 141-162.
- BECKER, Kalinca L.; COSTA, Jaqueline S.; PAVÃO, Andressa R.. Determinantes do trabalho infantil no Brasil rural. **Revista de Economia Agrícola**, São Paulo, v. 61, n. 1, p.49-61, jan. 2014. Disponível em: <http://www.iea.sp.gov.br/ftp/iea/publicar/rea2014-1/rea3.pdf>. Acesso em: 31 jul. 2018.
- BENJAMIN, Walter. História cultural do brinquedo. In: BENJAMIN, Walter. **Obras Escolhidas: Magia e Técnica, Arte e Política**. 3. ed. Brasília: Brasiliense, 1987. p. 244-248.
- BORGES, Jorge Luis. Funes, o Memorioso. In: BORGES, Jorge Luis. **Prosa Completa**. Barcelona: Bruguera, 1979. p. 477-484. Disponível em: <http://www.gradadm.ifsc.usp.br/dados/20141/SLC0630-1/Funes,%20o%20Memorioso.pdf>. Acesso em 10 jun. 2019.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: lembranças de velhos**. 9. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOSI, Ecléa. **O tempo vivido na memória: ensaios de psicologia social**. 2. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003. 220 p.

BOSI, Ecléa. Memória: enraizar-se é um direito fundamental do ser humano. **Dispositiva**, Campinas, v. 1, n. 2, p.196-199, nov. 2012. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/dispositiva/article/view/4301/4454>. Acesso em: 20 dez. 2018.

BOTTON, Marcos; SORIA, Saulo de Jesus; HICKEL, Eduardo Rodrigues. **Uvas Viníferas para Processamento em Regiões de Clima Temperado: Pragas da Videira**. 2003. Disponível em: <https://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Uva/UvasViniferasRegioesClimaTemperado/pragas.htm#formigas>. Acesso em: 02 maio 2019.

BRASIL. Decreto nº 17,943, de 12 de dezembro de 1927. Consolida as leis de assistência e proteção a menores. Rio de Janeiro, Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/D17943A.htm. Acesso em: 06 maio 2019.

BRASIL. Decreto-lei nº 8.529, de 02 de janeiro de 1946. Lei Orgânica do Ensino Primário. Rio de Janeiro, 04 jan. 1946. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8529-2-janeiro-1946-458442-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 02 jun. 2019.

BRASIL. Lei nº 4.024, de 20 de novembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Rio de Janeiro, 27 dez. 1961. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 01 jun. 2019.

CARVALHO JUNIOR, Luiz Carlos de; SOARES, Mariana Mossini. A cadeia produtiva de uvas e vinhos de Santa Catarina: Uma análise das transformações entre os seus segmentos. **Textos de Economia**, Florianópolis, v. 14, n. 1, p.103-117, 29 abr. 2011. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/economia/article/view/2175-8085.2011v14n1p103/21687>. Acesso em: 01 mar. 2019. <http://dx.doi.org/10.5007/2175-8085.2011v14n1p103>

CASTRO, Vera Lucia Scherholz Salgado de. Uso de Misturas de Agrotóxicos na Agricultura e Suas Implicações Toxicológicas na Saúde. **Journal Of The Brazilian Society Of Ecotoxicology**, [s.l.], v. 4, n. 1-3, p.87-94, 2009. Ecotoxicology and Environmental Contamination. Disponível em: <https://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/bitstream/doc/576992/1/2009AP38.pdf>. Acesso em: 01 maio 2019. <http://dx.doi.org/10.5132/jbse.2009.01.012>.

CATÁSTROFE ambiental e a lógica capitalista – por Virgínia Fontes. [s.l. : s.n.], 2019. 1 vídeo (ca. 11 min). Publicado pelo canal TV Boitempo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qBGvo3felYc>. Acesso em: 15 fev. 2019.

CHALFUN, Nilton Nagib Jorge; PIO, Rafael; VILLA, Fabíola. **Recomendações Técnicas Para a Cultura Da Videira**. Lavras/MG: PROEX-UFLA, 2002. Disponível em: <http://www.editora.ufla.br/index.php/component/phocadownload/category/56-boletins-de-extensao?download=1115:boletinsextensao>. Acesso em: 05 fev. 2019.

CIAVATTA, Maria. **O mundo do trabalho em imagens: a fotografia como fonte histórica** (Rio de Janeiro, 1900-1930). Rio de Janeiro: Dp&a, 2002. 144 p.

CIAVATTA, Maria. O mundo do trabalho em imagens: memória, história e fotografia. **Psicologia Organizações e Trabalho**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p.33-46, abr. 2012. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-66572012000100004. Acesso em: 20 jan. 2019.

COLBARI, Antonia. Familismo e Ética do Trabalho: O Legado dos Imigrantes Italianos para a Cultura Brasileira. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 17, n. 34, p.53-74, 1997. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881997000200003. Acesso em 25 nov. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-01881997000200003>.

CONDE, Soraya Franzoni. **A escola e a exploração do trabalho infantil na fumicultura catarinense**. 2012. 190 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Florianópolis, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/96464>. Acesso em: 24 ago. 2018.

CONDE, Soraya Franzoni. **Trabalho Invisível**. 2007. 94 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Programa de Pós-graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Florianópolis, 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/90228/242053.pdf?sequence=1>. Acesso em: 10 out. 2018.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984. Publicado originalmente em 1884.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2010. 388 p. (Coleção Ma). Publicada originalmente em 1845.

ENGELS, Friedrich. **O Papel do Trabalho na Transformação do Macaco em Homem**. 2004. Publicado originalmente em 1876. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1876/mes/macaco.htm>. Acesso em: 30 ago. 2018.

FABRO, Maristela Fátima. **A Política de nacionalização e a educação no Vale do Rio do Peixe (1937-1945)**. 2010. 211 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Programa de Pós-graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Florianópolis, 2010. Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/94175>. Acesso em: 30 jul. 2018.

FALCADE, Ivanira. Geografía de la vitivinicultura brasileña. *In*: III CONGRESO DE HISTORIA VITIVINÍCOLA URUGUAYA / I CONGRESO DE HISTORIA

VITIVINÍCOLA REGIONAL, 3., 2005, Montevideo. **Anais [...]**. Montevideo: CHVU/CHVR, 2005. p. 196 - 222. Disponível em: <http://www.fhuce.edu.uy/images/CEIL/eventos/III%20Congreso.pdf>. Acesso em: 08 mar. 2019.

FARIA, Neice Müller Xavier *et al.* Processo de produção rural e saúde na serra gaúcha: um estudo descritivo. **Cadernos de Saúde Pública**: Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p.115-128, jan. 2000. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/csp/2000.v16n1/115-128/pt>. Acesso em: 01 maio 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-311x2000000100012>.

FEITOSA, Izabel Christina do Nascimento. **Trabalho infantil na agricultura**: sentidos produzidos pelas mães e pelos professores. 2003. 151 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, Natal, 2003. Disponível em: <http://www.natal.rn.gov.br/bvn/detalheBVN.php?valorRegistro=1807>. Acesso em: 24 ago. 2018.

FIGUEIRA, Fani G. O trabalho como primeira necessidade histórica. *In*: FIGUEIRA, Fani G. **Diálogos de um novo tempo**. 1989. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. Universidade de São Paulo, São Paulo. Cap. 1. p. 1-23.

FIOD, Edna Garcia Maciel. **Escola e Trabalho**: Forças que resistem no tempo. Florianópolis: Insular, 2008. 224 p.

FNPETI - FÓRUM NACIONAL DE PREVENÇÃO E ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL. **O Trabalho Infantil nos Principais Grupamentos de Atividades Econômicas do Brasil**. Brasília: FNPETI, 2016. Disponível em: <https://www.chegadetrabalhoinfantil.org.br/wp-content/uploads/2018/02/trabalho-infantil-nas-atividades-economicas.compressed.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2018.

FOLHA ONLINE. Especialistas afirmam que uso de arsênico está praticamente "banido". **Folha de São Paulo**. Campinas, p. 0-0. 03 fev. 2005. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u105120.shtml>. Acesso em: 05 maio 2019.

HELLER, Agnes. O futuro das relações entre os sexos. *In*: MARIE, Elisabeth (org.). **Da velha à nova família**. São Paulo: Proposta Editorial, 1980. p. 29-46.

HEREDIA, Vania; TISOTT, Ramon Victor. A vitivinicultura no Rio Grande do Sul: Apontamentos históricos. *In*: III CONGRESSO DE HISTÓRIA VITIVINÍCOLA URUGUAYA / I CONGRESSO DE HISTÓRIA VITIVINÍCOLA REGIONAL, 1., 2005, Montevideo. **Anais [...]**. Montevideo: CHVU/CHVR, 2005. p. 561 - 571. Disponível em: <http://www.fhuce.edu.uy/images/CEIL/eventos/III%20Congreso.pdf>. Acesso em: 08 mar. 2019.

HOELLER, Maria Luiza dal Bó (org.). **A arte de Tanoar**. Videira: Êxito, 2017. 80 p.

HOELLER, Maria Luiza dal Bó; ZAGO, Denize; SINZKER, Rita Catarina. **Pioneiros da Uva e do Vinho**. Videira: Êxito, 2018. 370 p.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Videira: História & Fotos**. 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/videira/historico>. Acesso em: 10 fev. 2019.

KARAN, Francisco. **Memórias de um médico do interior**. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2000. 160 p.

KLEIN, Lígia Regina. Cadê a criança do Ariès que estava aqui?: A fábrica comeu.... In: IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”, 9., 2012, João Pessoa. **Anais [...]**. João Pessoa: HISTEDBR, 2012. p. 3374 - 3393. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario9/PDFs/4.26.pdf. Acesso em: 01 jun. 2019.

LAFARGUE, Paul. **O direito à preguiça**. São Paulo: Claridade, 2003. 93 p. Publicado originalmente em 1883.

LEÃO, Patrícia Coelho de Souza. Breve histórico da vitivinicultura e sua evolução na região semiárida brasileira. **Anais da Academia Pernambucana de Ciência Agrônômica**, Recife, v. 7, n. 1, p.81-85, jan. 2010. Disponível em: <http://www.journals.ufrpe.br/index.php/apca/article/view/121/110>. Acesso em: 28 fev. 2019.

LEONTIEV, Alexis. O homem e a cultura. In: LEONTIEV, Alexis. **O desenvolvimento do psiquismo**. Lisboa: Horizonte, 1978. p. 261-284. Disponível em: <http://ead.bauru.sp.gov.br/efront/www/content/lessons/61/LEONTIEV%20O%20homem%20e%20a%20cultura.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2019.

LOPES, Gentila Porto. **Glória de Pioneiros: Vale do Rio do Peixe 1930-1984**. 2. ed. Curitiba: Gáfica Vicentina, 1989.

MACHADO, Paulo Pinheiro. **Guerra do Contestado: Os reflexos cem anos depois**. Entrevista especial com Paulo Pinheiro Machado para a IHU On-line. 2016. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/514385-guerra-do-contestado-os-reflexos-cem-anos-depois-entre>. Acesso em: 12 out. 2018.

MANACORDA, Mario Alighiero. **História da educação: Da antiguidade aos nossos dias**. São Paulo: Cortez, 1989.

MANFIO, Vanessa. Vinho e cultura italiana: aspectos presentes na paisagem rural de Nova Palma, RS. **Geographia Meridionalis**, Pelotas, v. 2, n. 2, p.234-252, 29 dez. 2016. Universidade Federal de Pelotas. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/Geographis/article/view/8933>. Acesso em: 08 mar. 2019. <http://dx.doi.org/10.15210/gm.v2i2.8933>

MARIE, Elisabeth (org.). **Da velha à nova família**. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

MARTINS, José de Souza. **O Cativo da Terra**. São Paulo: Contexto, 2010. 288 p.

MARTINS, José de Souza. Prólogo. In: SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Colonos do Vinho**: Estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1984. p. 9-18.

MARTINS, Lúcia Márcia; ABRANTES, Angelo Antonio; FACCI, Marilda Gonçalves (org.). **Periodização histórico-cultural do desenvolvimento psíquico**: Do nascimento à velhice. Campinas: Autores Associados, 2006.

MARX, Karl. **O Capital**: Crítica da Economia Política. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017. 894 p. (Coleção Ma). Publicado originalmente em 1867.

MARX, Karl. Prefácio. In: MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 45-50. Publicado originalmente em 1859.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. Porto Alegre: L&pm, 2001. Publicado originalmente em 1848.

MEDEIROS, Francisco Emilio de; SILVA, Ana Marica; SILVA, Maurício Roberto da. A Dimensão Lúdica da Experiência de Infância na Memória de Velhos: a brincadeira com referência no mundo adulto acadêmicas. **Licere**: Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer, Belo Horizonte, v. 15, n. 2, p.1-11, jun. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/725>. Acesso em: 05 jun. 2019.

MELLO, Loiva Maria Ribeiro de. **Árvore do Conhecimento**: Uva para processamento. Disponível em: http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/uva_para_processamento/arvore/CONT000g56mkakt02wx5ok0dkl. Acesso em: 28 ago. 2018.

MELLO, Suely Amaral. Infância e humanização: Algumas considerações na perspectiva histórico-cultural. **Perspectiva**, Florianópolis, p.83-104, jan. 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/viewFile/1630/1371>. Acesso em: 10 out. 2018.

MELLO, Suely Amaral. O lugar da criança na pesquisa sobre infância: Alguns posicionamentos na perspectiva da teoria histórico-cultural. **Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 18, n. 2, p.183-197, jul. 2010. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/view/1525>. Acesso em: 10 out. 2018.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MÉSZÁROS, István. A alienação e a crise da educação. In: MÉSZÁROS, István. **A teoria da alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2006. Cap. 10. p. 263-282.

MORUZZI NUMISMÁTICA. **O florim**. Disponível em: <https://www.moruzzi.it/lang6/o-florim.html>. Acesso em: 16 abr. 2019.

MOURA, Esmeralda Blanco Bolsonaro de. Crianças operárias na recém-industrializada São Paulo. In: PRIORE, Mary del (org.). **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1999. p. 259-288.

MUSEU DO VINHO MÁRIO DE PELLEGRIN. **Exposição de Longa Duração**. Videira, 2014.

NAVA-RUÍZ, Concepción; MÉNDEZ-ARMENTA, Marisela. Efectos neurotóxicos de metales pesados (cadmio, plomo, arsénico y talio). **Archivos de Neurociencias**, México, v. 16, n. 3, p.140-147, jul. 2011. Disponível em: <https://www.medigraphic.com/pdfs/arcneu/ane-2011/ane113f.pdf>. Acesso em: 05 maio 2019.

OLIVEIRA, Lucas Augusto Duarte de. Os desejos agora são recordações: marxismo, memória e escrita da história no século XXI. In: XXIX SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - CONTRA OS PRECONCEITOS: HISTÓRIA E DEMOCRACIA, 29., 2017, Brasília. **Anais eletrônicos**. Brasília: Unb, 2017. p. 1 - 12. Disponível em: https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1502803917_ARQUIVO_VF-OsDesejosAgoraSaoRecordacoes-LucasDuarte.pdf. Acesso em: 05 dez. 2018.

OLIVER, Graciela de Souza. Debates científicos e a produção do vinho paulista, 1890-1930. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 27, n. 54, p.239-260, dez. 2007. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882007000200013&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 05 mar. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-01882007000200013>.

OSTETTO, Lucy Cristina. **Vozes que recitam, lembranças que se refazem**: narrativas de descendentes italianas/os Nova Veneza - 1920-1950. 1997. 192 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Florianópolis, 1997. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/77051>. Acesso em: 30 jul. 2018.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da História**: Operários, mulheres e prisioneiros. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006. Publicado originalmente em 1988.

PINTO, Pe. Clemente. **Ecoss de um Paroquiato**: Ecoss da História de Videira. 2. ed. Videira: Blumen, 2018. 92 p. Reeditado por Pe. Deolino Baldissera.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricoss**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p.200-212, 1992. Disponível em: <http://www.pgedf.ufpr.br/memoria%20e%20identidadesocial%20A%20capraro%202.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2018.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricoss**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p.3-15, jan. 1989. Disponível em: http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf. Acesso em: 12 dez. 2018.

PRADO JUNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. 26. ed. Brasília: Brasiliense, 1995.

PRADO, Eliane Mimesse. O infausto cotidiano dos pequenos ítalo-brasileiros em um antigo núcleo colonial no princípio do séc. **Cadernos de História da Educação**, Uberlândia, v. 12, n. 2, p.483-502, dez. 2013. Disponível em:
<http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/25016>. Acesso em: 30 jul. 2018.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Lucvan. **Manual de investigação em Ciências Sociais**. 4. ed. Lisboa: Gradiva, 2005.

RADIN, José Carlos. **Companhias colonizadoras em Cruzeiro**: Representações sobre a civilização do sertão. 2006. 210 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Florianópolis, 2006. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/101591>. Acesso em: 30 jul. 2018.

RADIN, José Carlos. **Italianos e Ítalo-descendentes na colonização do oeste catarinense**. Joaçaba: Unoesc, 1997. 176 p.

RADIN, José Carlos. Italianos e ítalo-descendentes no Vale do Rio do Peixe. In: PIAZZA, Walter (org.). **Italianos em Santa Catarina**: v. 2. Florianópolis: Lunardelli, 2001. p. 673-717.

REGO, Teresa Cristina. **Vygotsky**: Uma perspectiva histórico-cultural da educação. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

REIS, Thais Barbosa; MORAES, Maria Dione Carvalho de. Trabalho infantil e cultura camponesa: interpelações às políticas públicas. In: **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, v. 52, n. 2, p.244-252, maio 2016. Disponível em:
http://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/view/csu.2016.52.2.11. Acesso em: 24 ago. 2018.

RODRIGUES, Carlos Henrique Machado. **Vida Difícil na “Terra de Baco”**: A Questão Agrária na Microrregião Vinicultora de Caxias do Sul e o Caso dos Vitivinicultores Familiar (1880 – 1930). 2008. 149 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, São Gonçalo, 2008. Disponível em:
http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=204068. Acesso em: 30 jul. 2018.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil (1930/1973)**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

RUGIU, Antonio. **Nostalgia do mestre artesão**. Campinas/SP: Autores Associados, 1998.

SANTA CATARINA. SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO. **Boletim Temático**: Trabalho infantil em Santa Catarina. Florianópolis : Secretaria..., 2016. Disponível em:
<http://www.sds.sc.gov.br/index.php/trabalho-e-renda/informacao-e-analise-do-mercado-de-trabalho/estudos-tematicos/1756-trabalho-infantil-em-santa-catarina/file>. Acesso em 20 nov. 2018.

SANTOS, Beatriz Boclin Marques dos. O currículo das escolas brasileiras na década de 1970: novas perspectivas historiográficas. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 82, p.149-170, mar. 2014. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v22n82/a08v22n82.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-40362014000100008>

SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Colonos do Vinho: Estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1984.

SANTOS, Jovania Maria Perin. **História da família de Dosolina Binotto e Eugênio Menegazzo**. Curitiba: Via Laser Gráfica e Editora, 2012. 124 p.

SANTOS, Miriam de Oliveira. Notas de pesquisa sobre o trabalho infantil no contexto do trabalho familiar. *In: 32 REUNIÃO NACIONAL DA ANPED*, 32., 2009, Caxambu. **Anais [...]**. Caxambu: ANPED, 2009. p. 1 - 13. Disponível em: <http://32reuniao.anped.org.br/arquivos/trabalhos/GT09-5567--Int.pdf>. Acesso em: 02 maio 2019.

SCAPIN, Alzira. **Videira nos caminhos de sua história**. Videira: Prefeitura Municipal de Videira/SC, 1997.

SCARPIM, Fábio Augusto. Memórias e o cotidiano da infância em colônias formadas por imigrantes italianos. **Revista Acadêmica Licencia&acturas**, Ivoti/RS, v. 4, n. 2, p.37-49, jul. 2016. Semestral. Disponível em: <http://www.ieduc.org.br/ojs/index.php/licenciaeacturas/article/view/120>. Acesso em: 27 ago. 2018.

SCHÜLLER, Milto. **Distrito de Anta Gorda e sua história**. Videira: Não Consta, [entre 2000 e 2010]. 105 p.

SILVA, Jandira Maciel da *et al.* Agrotóxico e trabalho: uma combinação perigosa para a saúde do trabalhador rural. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 4, p.891-903, dez. 2005. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: https://www.scielosp.org/scielo.php?pid=S1413-81232005000400013&script=sci_arttext&tlng=en. Acesso em: 01 maio 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/s1413-81232005000400013>.

SIMONI, Karine. **Além da enxada, a utopia: A colonização italiana no oeste catarinense**. 2003. 221 f. Dissertação (Mestrado em História) –Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Florianópolis, 2003. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/85446>. Acesso em: 30 jul. 2018.

SOUZA, Ricardo Luiz de. Cachaça, vinho, cerveja: Da Colônia ao século XX. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 33, p.56-75, jan. 2004. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2211>. Acesso em: 08 mar. 2019.

STANDAGE, Tom. **História do mundo em 6 copos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

STEDILLE, João Pedro. Introdução. In: STEDILLE, João Pedro (org.). **A questão agrária no Brasil: O debate tradicional: 1500 - 1960**. São Paulo: Expressão Popular, 2005. p. 15-31.

STIMAMIGLIO, Neusa Maria Roveda. **Lembranças de infâncias: Narrativas entrelaçando espaços-tempos na cidade de Antônio Prado**. 2005. 241 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, Antônio Prado, 2005. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/8938>. Acesso em: 30 jul. 2018.

STOPASSOLA, Douglas Bender *et al.* Resgate da memória sobre produção da uva e do vinho a partir da década de 1940 no Município de Videira SC. In: FEIRA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E EXTENSÃO DO IFC CAMPUS VIDEIRA, 2., 2014, Videira/sc. **Anais [...]**. Videira/SC: IFC/Videira, 2014. p. 1 - 10. Disponível em: <http://videira.ifc.edu.br/fice/wp-content/uploads/sites/27/2015/11/13-artigo-Karina-e-Douglas.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2018.

STROPASOLAS, Valmir Luiz. Trabalho infantil no campo: do problema social ao objeto sociológico. **Revista Latino-americana de Estudos do Trabalho**, Buenos Aires, v. 17, n. 27, p.249-286, out. 2012. Semestral. Disponível em: http://relet.iesp.uerj.br/Relet_27/Cap%C3%ADtulo%2010%20-%20Trabalho%20Infantil%20no%20Campo%20RELET. Acesso em: 24 ago. 2018.

TESTOLIN, Ceslo (Comp.). **Retrospecto histórico e fotográfico da Comunidade de Santa Lúcia - Videira/SC**. Videira: Êxito, 2011. 186 p.

THOMÉ, Nilson. A nacionalização do Contestado, Centro-Oeste de Santa Catarina, na primeira metade do século XX. **Linhas**, Florianópolis, v. 8, n. 1, p.74-98, jan. 2007. Semestral. Disponível em: revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/download/1353/1160. Acesso em: 27 ago. 2018.

THOMPSON, Edward P.. **A formação da classe operária inglesa II: A maldição de Adão**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 345 p. Coleção Oficinas da História.

TISOTT, Ramon Victor. **Pequenos trabalhadores: Infância e industrialização em Caxias do Sul** (fim do Séc. XIX e início do Séc. XX). 2008. 222 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS, São Leopoldo/RS, 2008. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/3542>. Acesso em: 27 ago. 2018.

TRICHES, Divanildo; SIMAN, Renildes Fortunato; CALDART, Wilson Luis. Identificação e análise da cadeia produtiva da uva e do vinho na região da Serra gaúcha. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 2004, Cuiabá. **Anais [...]**. Cuiabá/MT: SOBER, 2004. p. 1 - 26. Disponível em: https://fundacao.ucs.br/site/midia/arquivos/IPES_TD_005_MAR_2004.pdf. Acesso em: 28 fev. 2019.

TRIVILIN, Samara. **A família operária: o processo de industrialização e a inserção da família no espaço industrial da vinícola Armando Peterlongo**. 2009. 203 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade do Vale do

Rio dos Sinos - UNISINOS, São Leopoldo/RS, 2009. Disponível em:
<http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/1871>. Acesso em: 27 ago. 2018.

TRIVIÑOS, Augusto N. S.. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: A pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987. 175 p.

TROTSKY, Leon. Escritos sobre a questão feminina. In: MARIE, Elisabeth (org.). **Da velha à nova família**. São Paulo: Proposta Editorial, 1980. p. 47-92.

VENDRAMINI, Célia Regina. O trabalho e a escola para jovens migrantes. *In: ANPED SUL - REUNIÃO CIENTÍFICA REGIONAL DA ANPED*, 11., 2016, Curitiba. **Anais [...]**. Curitiba: ANPED SUL, 2016. p. 01 - 12. Disponível em:
http://www.anpedsul2016.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2015/11/eixo21_C%C3%89LIA-REGINA-VENDRAMINI.pdf. Acesso em: 20 jan. 2019.

VENENO. *In: DICIO, Dicionário Online de Português*. Porto: 7Graus, 2018. Disponível em:
<https://www.dicio.com.br/veneno/>. Acesso em: 10 abr. 2019.

VERAS, Mariluce de Macedo. **O Trabalho Infanto-Juvenil nas Atividades Rurais: desvendando a persistente inserção nas unidades familiares de produção**. 2005. 181 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, Recife, 2005. Disponível em:
<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/9674>. Acesso em: 24 ago. 2018.

VIEIRA, Guilherme Lopes. O museu como lugar de memória: o conceito em uma perspectiva histórica. **Mosaico**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 12, p.139-162, 5 jun. 2017. Fundação Getúlio Vargas. <http://dx.doi.org/10.12660/rm.v8n12.2017.65900>. Disponível em:
<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/mosaico/article/view/65900>. Acesso em: 05 maio 2019.

VYGOTSKI, Lev Semyonovich. **A formação social da mente**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. **A Transformação Socialista do Homem**. 2004. Escrito em 1930. Disponível em:
<https://www.marxists.org/portugues/vygotsky/1930/mes/transformacao.htm>. Acesso em: 28 ago. 2018.

ZAGO, Denise. **A campanha de nacionalização em Videira: "um tempo para ser esquecido"**. 2007. 133 f. Dissertação (Mestrado em História) – Mestrado em História, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2007. Disponível em:
<http://tede.upf.br/jspui/bitstream/tede/62/1/2007DeniseZago.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2019.